

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA ORGÂNICA**

Dissertação

Residência agronômica com enfoque agroecológico: o caso dos canais de venda direta na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Letícia Ribeiro Pinto dos Santos

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

**INSTITUTO DE AGRONOMIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA ORGÂNICA**

Residência agrônômica com enfoque agroecológico: o caso dos canais de venda direta na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

LETÍCIA RIBEIRO PINTO DOS SANTOS

Sob a Orientação da Professora
Anelise Dias

e Co-orientação da Professora
Maria Fernanda de Albuquerque Costa Fonseca

Dissertação submetida
como requisito parcial para
obtenção do grau de **Mestre em**
Agricultura Orgânica, no
Curso de Pós-Graduação em
Agricultura Orgânica

Seropédica, RJ

Abril de 2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237 r Santos, Leticia Ribeiro Pinto dos , 1988-
Residência agrônômica com enfoque agroecológico: o
caso dos canais de venda direta na Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro / Leticia Ribeiro
Pinto dos Santos. - 2018.
130 f.

Orientadora: Anelise Dias.
Coorientadora: Maria Fernanda de Albuquerque Costa
Fonseca.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação de
Agricultura Orgânica, 2018.

1. Agronomia. 2. Agricultura Orgânica. 3. Feira de
agricultura familiar. 4. Mercados institucionais. 5.
Programa de Aquisição de Alimentos. I. Dias, Anelise,
1977-, orient. II. Fonseca, Maria Fernanda de
Albuquerque Costa, 1954-, coorient. III Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
graduação de Agricultura Orgânica. IV. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA ORGÂNICA

LETÍCIA RIBEIRO PINTO DOS SANTOS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Agricultura Orgânica**, no Curso de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 16/04/2018

Anelise Dias. Dra. UFRRJ
(Orientadora)

Renato Linhares de Assis. Dr. Embrapa Agrobiologia

Juliana Pereira Casemiro. Dra. UERJ

DEDICATÓRIA

À minha avó agricultora e grande inspiradora (in memoriam), aos meus pais meus grandes incentivadores e ao meu amor pelo apoio constante.
À todos os agricultores e agricultoras que compartilharam seus ensinamentos.

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida e por ter me sustentado até aqui.

Aos meus amados pais, Lucy Ribeiro Pinto dos Santos e Edson André dos Santos, meus grandes amigos, incentivadores, exemplos de força e honestidade. por sempre acreditarem e me ensinarem a buscar meus objetivos.

À minha madrinha, Helena Ibiapina Lima, pela torcida, amizade, carinho, auxílio com a língua inglesa e suporte financeiro.

Ao meu amor e companheiro, Leandro Bieluczyk, pela paciência e apoio incondicional.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro pelo apoio e concessão da bolsa de residência em agronomia.

À ex-reitora professora Dra. Ana Maria Dantas, ao atual reitor professor PhD Ricardo Luiz Louro Berbara, à ex Pró-reitora de Assuntos Financeiros professora Dra. Nídia Majerowicz e à professora Dra. Lia Maria Teixeira de Oliveira por acreditarem e estarem abertos ao diálogo para melhor condução do projeto.

Ao professor Dr. Eduardo Lima idealizador do programa de residência em agronomia que trabalhei como recém-formada pelo qual pude aplicar os conhecimentos adquiridos na graduação, bem como, aperfeiçoar minha atuação profissional sob supervisão.

À minha orientadora, professora Dra. Anelise Dias pela parceria, orientação e todo suporte para vencer esta etapa.

Ao diretor do Instituto de Agronomia professor Dr. Alexis Rosa Nummer por todo suporte e apoio oferecido para viabilizar a execução do projeto.

Aos professores e amigos de turma do PPGAIO pela enriquecedora troca de conhecimentos e pela demonstração novas formas de interagir com a agricultura e seus atores.

À Patrícia, Barbara e Eric, extensionistas da Emater-Rio sem a parceria com vocês nada disso seria possível, meu muito obrigada.

Aos agricultores e agricultoras familiares da Baixada Fluminense pela disponibilidade e contribuição a este trabalho.

À todas as pessoas que estão fortalecendo a feira, comunidade acadêmica e comunidade de Seropédica.

RESUMO

SANTOS, Letícia Ribeiro Pinto dos. **Residência agrônoma com enfoque agroecológico: o caso dos canais de venda direta na UFRRJ.** 2018. 130p. Dissertação (Mestrado Profissional em Agricultura Orgânica). Instituto de Agronomia, Departamento de Fitotecnia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

A Residência em Engenharia Agrônoma é um programa do Instituto de Agronomia que oportuniza a engenheiros agrônomos formados há três anos, no máximo, o aprimoramento de conhecimentos, habilidades e atitudes para o exercício profissional por meio de treinamento em serviço sob supervisão de um docente da UFRRJ. O Projeto de extensão intitulado: “Fortalecimento da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: construção de mercados e assistência técnica para o desenvolvimento local sustentável” foi realizado com o objetivo de estimular mecanismos alternativos de mercados na UFRRJ, bem como promover capacitação, assistência técnica e extensão rural, visando fortalecer a agricultura familiar na Baixada Fluminense, com geração de renda e aprimoramento da produção, dispondo da assessoria de engenheiros agrônomos residentes. Nesta pesquisa, realizou-se a descrição da experiência de construção da Feira da Agricultura Familiar (FAF-Rural) e da primeira Chamada Pública do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na UFRRJ, ambas sob o ponto de vista da autora, que atuou no projeto como residente em agronomia, por um período de 24 meses. A FAF-Rural, inicialmente, foi realizada nas duas primeiras quartas-feiras do mês, passando a ser semanal graças ao reconhecimento, pela comunidade acadêmica e de Seropédica, da qualidade dos produtos oferecidos, bem como de sua diversificação, apresentação e preços acessíveis. A metodologia utilizada na construção da FAF-Rural foi a pesquisa descritiva e o levantamento de características socioeconômicas, assim como o grau de satisfação de feirantes e clientes por meio de entrevistas, seguindo roteiros semiestruturados. Para a elaboração e condução da primeira Chamada do PAA-UFRRJ foi também realizada pesquisa bibliográfica e documental. Após 41 edições, com faturamento bruto de 196 mil reais até o mês de outubro de 2017, a FAF-Rural beneficiou cerca de 30 feirantes, em sua maioria, do município de Seropédica, e vem se consolidando como um espaço de integração entre agricultores e a comunidade acadêmica, contribuindo para aumentar a oferta de alimentos orgânicos localmente produzidos. O PAA, na modalidade Compra Institucional, foi pioneiro no Estado do Rio de Janeiro, permitindo a aquisição direta de gêneros alimentícios de agricultores familiares. Foram adquiridas 354 caixas de banana prata climatizada, 127 caixas de aipim e 134 kg de abóbora, totalizando 9.434 kg de alimentos com um faturamento bruto de 25 mil reais, beneficiando diretamente três agricultores. A demanda da primeira Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, direcionada ao Restaurante Universitário, cujo percentual atendido foi de 25%, impactou significativamente os fornecedores, estimulando a agricultura familiar no território de Seropédica, gerando renda e aumentando a oferta de alimentos orgânicos à comunidade acadêmica.

Palavras-chave: Agricultura orgânica; Feira de agricultura familiar; Mercados institucionais.

ABSTRACT

SANTOS, Letícia Ribeiro Pinto dos. Agronomic Residency with an agroecological approach: the case of direct sales channels at UFRRJ. 2018. 130p. Dissertation (Professional Master's Degree Program in Organic Agriculture). Institute of Agronomy, Department of Plant Science, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

The Residency is a Program of the *Instituto de Agronomia* (Institute of Agronomy) that allows agronomist engineers graduated less than three years to improve their knowledge, skills, and attitudes pertaining their professional activities by means of training under the supervision of a professor at UFRRJ. The extension project called “Fortification of the Family Farming at Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: markets creation and technical assistance for local sustainable development” (free translation from the Portuguese “*Fortalecimento da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: construção de mercados e assistência técnica para o desenvolvimento local sustentável*”) was held to stimulate marketing alternative strategies at UFRRJ, and to promote training, technical assistance, and rural extension for family farming fortification in the region known as Baixada Fluminense, by generating income and enhancement of the production with the support of resident agronomist engineers. This research encompassed a description of the experience of creation of the Family Farming Fair (FAF-Rural as the acronym for *Feira da Agricultura Familiar*), and of the First Public Call for the Food Acquisition Program at UFRRJ, from the perspective of the author as a Resident in Agronomy for a 24-month period. The FAF-Rural, was initially held on the first two Wednesdays of the month. Thanks to the recognition from the academic and the Seropédica’s communities, as well as to the quality, variety, presentation and accessible prices of its produce, the FAF-Rural came to be weekly held. The methodology applied for the creation of the FAF-Rural was the descriptive research and the collection of socioeconomic features, as well as the assessment of the satisfaction degree of the merchants and customers, through interviews, according to semi-structured protocols. A documental and bibliographic research was conducted for the elaboration and execution of the PAA-UFRRJ First Call. After 41 editions, with gross revenue of 196 thousand reais, up to October 2017, the FAF-Rural benefited approximately 30 merchants, most of whom are from the Seropédica County, consolidating itself as a space for integration between farmers and the academic community, contributing to increase the offer of locally produced organic food. The PAA, in its Institutional Purchase modality, was a pioneer in the Rio de Janeiro State, allowing the purchasing of foodstuff directly from family farmers. A total of 354 cartons of climate-controlled lady’s finger bananas, 127 boxes of cassava, and 134 kg of pumpkin were acquired, totaling 9,434 kg of produce, which equals to a gross revenue of 25 thousand reais, benefiting directly three farmers. The demand of the First Public Call for foodstuff purchase from family farming, which was forwarded to the *Restaurante Universitário* (the university restaurant), which was supplied for up to 25%, had a meaningful impact on the suppliers, fostering the family farming in the Seropédica’s territory, generating income, and increasing the supply of organic food to the academic community.

Keywords: Organic agriculture; Family agriculture fair; Institutional markets.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1.** Execução do Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade Compra Institucional nos estados da Federação brasileira. Fonte: MDS, 2016 adaptado..... 12
- Figura 2.** Identidade visual da Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica-RJ). Fonte: Juliana Affonso – Imprensa Universitária, 2016.....26
- Figura 4.** Faturamento bruto mensal da Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal do Rio de Janeiro (Campus Seropédica-RJ). Fonte: Letícia Ribeiro Pinto dos Santos.29
- Figura 5.** Faturamento bruto mensal mínimo e máximo da Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica-RJ). Fonte: Letícia Ribeiro Pinto dos Santos.30
- Figura 6.** Número de itens ofertados na Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), nos anos de 2016 e 2017. Fonte: Letícia Ribeiro Pinto dos Santos.31
- Figura 7.** Hortaliças folhosas ofertadas na Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), nos anos de 2016 e 2017. Valores em percentual. Fonte: Letícia Ribeiro Pinto dos Santos.....31
- Figura 8.** Hortaliças fruto ofertadas na Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), nos anos de 2016 e 2017. Valores em percentual. Fonte: Letícia Ribeiro Pinto dos Santos.....33
- Figura 9.** Hortaliças raízes, bulbos e tubérculos ofertados na Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), nos anos de 2016 e 2017. Valores em percentual. Fonte: Letícia Ribeiro Pinto dos Santos.35
- Figura 10.** Principais plantas aromáticas, condimentares e medicinais ofertados na Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), nos anos de 2016 e 2017. Valores em percentual. Fonte: Letícia Ribeiro Pinto dos Santos.37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Estrutura da Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em dezembro de 2017.	27
Tabela 2. Balanço de comercialização de hortaliças folhosas na Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), nos anos de 2016 e 2017.	32
Tabela 3. Balanço de comercialização de hortaliças fruto na Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), nos anos de 2016 e 2017.	34
Tabela 4. Balanço de comercialização de hortaliças raízes, bulbos e tubérculos na Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), nos anos de 2016 e 2017.....	35
Tabela 5. Balanço de comercialização de brotos na Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), nos anos de 2016 e 2017.	36
Tabela 6. Balanço de comercialização de plantas aromáticas, condimentares e medicinais na Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), nos anos de 2016 e 2017.....	38
Tabela 7. Balanço de comercialização de frutas na Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), nos anos de 2016 e 2017.	39
Tabela 8. Balanço de comercialização de produtos minimamente processados e processados na Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), nos anos de 2016 e 2017.....	40
Tabela 9. Balanço de comercialização de mudas na Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), nos anos de 2016 e 2017.	42
Tabela 10. Perfil socioeconômico de feirantes da Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em dezembro de 2017.	43
Tabela 11. Pesquisa dos feirantes da Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal do Rio de Janeiro em dezembro de 2017.....	45
Tabela 12. Pesquisa de clientes da Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em dezembro de 2017.	49
Tabela 13. Itens e quantidade de gêneros alimentícios do edital da Chamada Pública nº. 1/ 2016 para aquisição direta da agricultura familiar pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA) em junho de 2016.	61
Tabela 14. Gêneros alimentícios, quantidade demandada, contratada e percentual de atendimento por agricultores familiares na Chamada Pública nº. 1/2016 do Programa de Aquisição de Alimentos, Modalidade Compra Institucional, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.	63
Tabela 15. Itens, quantidades contratadas e entregues ao Restaurante da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica) por agricultores familiares por meio da Chamada Pública n. 01/2016 do Programa de Aquisição de Alimentos, no período de setembro de 2017.	64

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO GERAL	1
2. OBJETIVO GERAL	3
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	3
3.1 Agricultura Familiar no Brasil	3
3.2 Agricultura Familiar na Baixada Fluminense	4
3.3 Comercialização de Alimentos da Agricultura Familiar	5
3.3.1 Feiras livres	7
3.3.2 Mercados institucionais	8
3.3.3 Modalidade compra institucional	10
3.4 Canais de Venda Direta de Produtos da Agricultura nas Universidades Públicas	11
3.4.1 Compras institucionais nas universidades públicas	11
3.4.2 Feiras da agricultura familiar	13
3.5 Agroecologia e Agricultura Orgânica	14
3.6 Residência Agrônoma com Enfoque Agroecológico	17
CAPÍTULO I	19
4.1 Introdução	22
4.2 Objetivos	24
4.3 Metodologia	24
4.3.1 Histórico da Feira de Agricultura Familiar na UFRRJ (Campus Seropédica) ...	24
4.3.2 Relatórios de comercialização e de faturamento bruto	26
4.3.3 Pesquisa com os feirantes	26
4.3.4 Pesquisa de satisfação dos clientes.....	27
4.3.5 Atividades de integração entre a FAF-Rural e a comunidade acadêmica e do entorno	28
4.4 Resultados e Discussão	28
4.4.1 Faturamento bruto da FAF-Rural	28
4.4.2 Análise da oferta e comercialização de hortaliças na FAF-Rural	30
4.4.3 Pesquisa com os feirantes da FAF-Rural	42
4.4.4 Pesquisa de satisfação dos clientes da FAF-Rural	47
4.4.5 Atividades de integração da FAF-Rural com as comunidades acadêmica e do entorno da UFRRJ	51
4.5 Considerações Finais	52
CAPÍTULO II	54
5.1 Introdução	57
5.2 Objetivos	59
5.3 Metodologia	59
5.3.1 Pesquisa bibliográfica e documental	59
5.3.2 Histórico do Programa de Aquisição de Alimentos na UFRRJ	59
5.3.3 Atuação da Residência Agrônoma na Chamada nº. 01/ 2016 do PAA na UFRRJ	60
5.3.4 Pesquisa dos fornecedores do PAA na UFRRJ	60
5.4. Resultados e Discussão	61
5.4.1 Chamada nº.01/2016 do Programa de Aquisição de Alimentos na UFRRJ	61
5.4.2 Pesquisa dos fornecedores e de técnicos do Restaurante Universitário	65
5.5 Considerações Finais	67
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68
7 ANEXOS	81

1 INTRODUÇÃO GERAL

A agricultura familiar é de fundamental importância para a agropecuária brasileira como fornecedora de alimentos para o mercado interno, sem a qual não seria possível alcançar um sistema nacional de segurança alimentar. Este segmento produtivo responde por 10% do Produto Interno Bruto (PIB), 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária e 74,4% da ocupação de pessoal no meio rural (12,3 milhões de pessoas), acessando 30% da superfície agrícola e 25% dos financiamentos públicos destinados ao conjunto do setor (SABOURIN 2007; NOGUEIRA JUNIOR et al., 2014).

No Estado do Rio de Janeiro, em função dos processos de desruralização e metropolização, houve uma redução da população rural de 1.400.000 pessoas na década de 1960 para 526.587 pessoas na última contagem realizada pelo IBGE em 2010 (ALENTEJANO, 2005; FRANÇA, 2009; IBGE, 2010). Destarte a limitação territorial, persiste no estado a agricultura familiar que se desenvolve predominantemente em pequenas áreas que representam 23% (470.221 hectares) do total de 2.045.868 hectares ocupados por 44.145 estabelecimentos agrícolas (75% do total) (IBGE, 2006). Esse segmento se notabiliza no estado pela produção de hortaliças assumindo importante papel na geração de renda e emprego no campo (450 mil empregos diretos e indiretos), e para o abastecimento do mercado interno, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional de 16 milhões de pessoas.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) é uma instituição centenária que detém expressiva tradição na formação de recursos humanos e na produção de pesquisas para o avanço das ciências agrárias, grande área na qual são ofertadas anualmente 900 vagas em 11 cursos. O campus de Seropédica na Baixada Fluminense (RJ), é considerado o maior da América Latina com área de 3.000 hectares aproximadamente. De acordo com relatório emitido pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro, em 2016 o município produziu principalmente vinte culturas, em uma área cultivada de cerca de 1.500 hectares e faturamento bruto de 18 milhões de reais (EMATER-RIO, 2016). Não obstante, de acordo com IBGE (2009), a agricultura local tem inexpressiva participação no PIB do município. Com cerca de 80.000 habitantes e densidade demográfica de 242,9 hab/km², o índice de desenvolvimento humano é de 0,71, classificando Seropédica com médio desenvolvimento humano. A incidência de pobreza objetiva é de 50,85% e de pobreza subjetiva de 31,23%. Um terço da população tem renda abaixo de ½ salário mínimo e mais da metade, de até um salário mínimo, sendo a renda *per capita* da população urbana equivalente à da rural (IBGE, 2015).

Ao longo de sua história, Seropédica se notabilizou como pólo de produção agrícola e enquanto distrito de Itaguaí, movimentos sociais rurais culminaram com ocupações de terra do Sol da Manhã (1983) e Eldorado (1990), reconhecidas como assentamentos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Atualmente, os setores de serviços que movimentam a economia local dão destaque a 69 empreendimentos de extração de pedra, areia e argila. A extração de areia ao longo da Reta do Piranema criou dezenas de lagoas, cuja profundidade e contaminação impedem o uso deste recurso. Além disto, houve a instalação do Centro de Tratamento de Resíduos que significou aumento da degradação ambiental do território com a deposição diária de nove mil toneladas de lixo sobre o segundo maior aquífero de água potável do estado, o Piranema, capaz de abastecer 140 mil pessoas (ALCANTARA, 2014).

A agricultura local vem sendo progressivamente desmantelada pela ausência de ações articuladas e intersetoriais que a estimulem e fortaleçam. Além dos problemas ambientais, a ausência do estado nas áreas rurais se notabiliza pela má qualidade das estradas, insegurança, falta de transporte público, postos de saúde, escolas e saneamento básico. A agricultura constitui uma forma de resistência diante desses problemas e vem se reinventando em novas ruralidades a partir da reinserção de agricultores excluídos estimulados pela inclusão nos grupos do Sistema Participativo de Garantia da Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (SPG-Abio).

Depreende-se das falas de técnicos, professores e estudantes da UFRRJ, uma percepção fortemente arraigada de que a agricultura no território de Seropédica, compreendido entre os municípios de Itaguaí, Paracambi e Japeri, é invisível. Pode-se supor que o crescimento desordenado das áreas urbanas alija os estabelecimentos agrícolas cada vez mais para periferia. Uma parte expressiva da comunidade universitária (professores, estudantes, pesquisadores e funcionários) não reside no município, que se caracteriza como cidade-dormitório¹. Não se percebe na estrutura curricular técnica dos cursos de graduação em agrárias uma identificação com a base social e biofísica da agricultura desse território.

As disciplinas acadêmicas sob enfoque positivista-reducionista², caracterizado pela divisão estanque do conhecimento, não dialogam com a lógica de exploração familiar, os solos arenosos e distróficos, as temperaturas elevadas e as chuvas intensas no verão. Como a agricultura local não se identifica com a exploração de commodities em larga escala, não é valorizada no meio acadêmico, reforçando o distanciamento da Universidade, que acaba contribuindo para o baixo desenvolvimento dessa atividade e sua invisibilidade. Apesar dos vários projetos importantes de pesquisa e extensão que são desenvolvidos pela comunidade acadêmica, percebe-se que por falta de ações intersetoriais o alcance dos resultados é limitado no sentido de transformar essa conjuntura.

A produção orgânica de acordo com os princípios da agroecologia é uma vocação natural do estado do Rio de Janeiro e tem sido viabilizada, por exemplo, por meio dos Sistemas Participativos de Garantia (SPG) vinculados à Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (Abio) aliado as feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Nos SPG, a responsabilidade sobre a conformidade orgânica dos produtos é solidária. Estimulam-se o associativismo e a autonomia dos pequenos agricultores que por estarem isolados e sem assistência técnica e extensão rural (ATER), encontram nesse sistema de garantia da qualidade orgânica, possibilidade de ATER, busca de canais de comercialização de venda direta que favorecem os fluxos entre os atores das redes de produção, comercialização e consumo de produtos orgânicos.

Com intuito de contribuir para superação dessa problemática, foi elaborado o Projeto de Extensão Universitária “Fortalecimento da Agricultura Familiar na UFRRJ: construção de mercados e assistência técnica para o desenvolvimento local”, como parte de uma política Institucional da Universidade com ações integradas de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional capazes de fortalecer a produção da agricultura familiar, a comercialização, o consumo local e consciente de alimentos

¹ Termo utilizado por Geiger (1960), Soares (1968) e Ojima (2008) para definir o predomínio de uma função residencial sobre as demais funções urbanas (administrativa, comercial, industrial) de uma cidade.

² Na maioria das ações de ensino, pesquisa, desenvolvimento e extensão rural, predomina a visão reducionista. O foco é no objeto e o enfoque é disciplinar. O técnico estuda, de forma isolada, um componente de um sub-sistema específico (ex. uma planta, animal ou lavoura), geralmente relacionado com a sua área de interesse ou formação. Um biólogo, por exemplo, focaliza o estudo em uma planta, já um veterinário se preocupa, principalmente, com um animal. Outros sub-sistemas, assim como o sistema total, ou não são considerados ou são analisados separadamente, em outros momentos e por outros técnicos (PINHEIRO, 2000).

orgânicos. Dentre os eixos de ação no Campus Seropédica, destacam-se a realização da Feira de Agricultura Familiar (FAF-Rural) e o abastecimento do Restaurante Universitário com gêneros alimentícios, localmente produzidos através da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A inserção das universidades públicas nesse contexto pode ser refletida sob a perspectiva da responsabilidade social que vai além da formação de pessoas e se alicerça na construção de valores éticos e estímulo à cidadania na comunidade universitária; assim como na promoção social baseada em princípios éticos para o desenvolvimento social equitativo e sustentável, por meio da construção de conhecimentos e formação de cidadãos responsáveis (NASCIMENTO, HELAL, 2015). Desse modo, a criação de ambientes ótimos à integração entre a comunidade acadêmica e os agricultores pode propiciar: (i) oferta de alimentos saudáveis; (ii) visibilidade e estímulo à agricultura familiar; (iii) valorização e socialização de práticas e de saberes tradicionais e contemporâneos para o manejo e desenho de agroecossistemas mais sustentáveis; (iv) ampliação do número de agricultores orgânicos (v) difusão do consumo consciente; (vi) estímulo ao associativismo e à inserção de jovens e mulheres; (vii) incentivo ao ingresso de agricultores e seus filhos ao ensino técnico e superior (viii) orientação de pesquisas acadêmicas para problemas locais; (viii) articulação entre as universidades, agricultores, empresas de pesquisa, extensão, poder público e privado para promover o desenvolvimento local; (ix) aumentar a frequência de pessoas do município na Universidade. Além disso, a Feira e o Restaurante Universitário podem ser qualificados como espaços de ensino-aprendizagem de conteúdos de várias disciplinas que podem ser desenvolvidas com a integração de docentes de diferentes institutos e com a vivência dos estudantes nesses espaços.

No presente estudo de caso (YIN, 2010), realizou-se a descrição dessa experiência, do ponto de vista da autora, engenheira agrônoma, recém-formada na UFRRJ, que participou ativamente desse processo, atuando como Residente em Agronomia por um período de 24 meses.

2. OBJETIVO GERAL

Descrever e analisar as experiências da Feira de Agricultura Familiar (FAF-Rural) e da aquisição de gêneros alimentícios pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 Agricultura Familiar no Brasil

No imaginário coletivo, a agricultura familiar gradualmente incorporou um sentido concreto razoavelmente bem definido e se refere ao vasto conjunto de pequenos produtores rurais, aqueles estabelecimentos que detêm menores áreas e comandam recursos escassos de equipamentos, terra e capital. São usualmente as famílias rurais mais pobres (PEDROSO, 2014). Ou seja, agricultura familiar é sinônimo de pequena produção rural e, por isto, engloba os estabelecimentos produtores de rendas mais baixas e também aqueles de menores tamanhos de área. Segundo Navarro e Pedroso (2014), sociologicamente, seria o grande conjunto de famílias que formariam a baixa classe média e uma fração do subproletariado,

ambas as classes moradoras das regiões rurais brasileiras e envolvidas com as atividades agrícolas.

Por meio de ações de movimentos sociais do campo houve muitas mudanças no ambiente político e ideológico e a agricultura familiar é hoje reconhecida pelo Estado brasileiro, pela lei 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006), que a define e estabelece diretrizes para a formulação de políticas públicas específicas para esse segmento. Para o efeito desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Apesar desse avanço no plano oficial, seguiram-se novas contradições, como por exemplo, nunca antes no País foram investidos tantos recursos públicos na agricultura familiar, porém nunca antes o grande capital agroindustrial e financeiro se apropriou tanto das riquezas geradas pelo trabalho de agricultores e agricultoras familiares e pela exploração dos ecossistemas onde eles vivem e produzem (PETERSEN, 2009). Esta aparente contradição se deve ao fato de que, mais uma vez, o modo de produção reconhecido como merecedor do apoio estatal é o empresarial. A agricultura camponesa permanece sendo frequentemente considerada por parcela significativa de estudiosos do mundo rural e tomadores de decisões como um resíduo histórico em vias de extinção (PETERSEN, 2009).

Segundo Censo agropecuário (2006) foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares representando 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Estes agricultores familiares ocupavam uma área de 80,25 milhões de hectares equivalendo a 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros.

A região Sudeste é a terceira com maior número de estabelecimentos familiares girando em torno 699.978 estabelecimentos, ou seja, 16% do total. Estes ocupavam 12.789.019 ha, ou seja, 15,9% do total da área ocupada por este tipo de estabelecimento no País. Nela, os estabelecimentos familiares representaram 76% do total de estabelecimentos e 24% do total da área.

3.2 Agricultura Familiar na Baixada Fluminense

No Estado do Rio de Janeiro, em função dos processos de desruralização e metropolização, houve uma redução da população rural de 1.400.000 pessoas na década de 1950 para 526.587 pessoas na última contagem realizada pelo IBGE em 2010 (ALENTEJANO, 2005; FRANÇA, 2009; IBGE, 2010; IDEC, 2018). Não obstante, persiste no estado uma agricultura familiar atuante que se desenvolve predominantemente em pequenas áreas que representam 23% (470.221 hectares) do total de 2.045.868 hectares ocupados por 44.145 estabelecimentos agrícolas (75% do total) no estado (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

A agricultura familiar apresenta diversidade socioambiental, o que pode ser verificado pela realização de um grande número de feiras, Associações de Agricultores Familiares, assentamentos e acampamentos rurais nas distintas regiões

do estado do Rio de Janeiro - Região Serrana, Baixada Fluminense, Região dos Lagos, Região Sul e Norte fluminense (FRANÇA, 2009; IBGE, 2010).

O município de Seropédica possui um território de 283,8 km², população de 78.183 habitantes (0,66% da região metropolitana) predominantemente urbana, ocupando o 47º lugar no PIB estadual (0,25% do PIB do Estado), apresentando um Índice de Desenvolvimento Humano Médio (IDH) de 0,759, sendo o terceiro maior em miserabilidade da Baixada Fluminense (IBGE, 2016; CRUZ, BIGANSOLLI, 2011; SEBRAE, 2010).

O município tem sua economia baseada na mineração de areia e argila, sendo o chamado distrito Areeiro Itaguaí-Seropédica, o principal fornecedor de areia para o setor de construção civil do Estado, cujo produto é extraído nos depósitos próximos à rodovia que liga Seropédica – Itaguaí - a chamada “reta do Piranema” (SEROPÉDICA, 2006).

A maioria dos estabelecimentos agrícolas do município são propriedades oriundas de desapropriações de fazendas improdutivas, realizadas no período em que Seropédica era distrito de Itaguaí. As desapropriações foram realizadas por órgãos federais de colonização e reforma agrária, dando origem aos assentamentos Sol da Manhã, Filhos do Sol e nas regiões de Casas Altas, Santa Alice, Coletivo, Carretão, INCRA e Piranema (SILVA, 2012).

No município de Seropédica boa parte dos produtores adota práticas agroecológicas, onde a olericultura e a fruticultura apresentam-se como as atividades mais exploradas na região, devido à sua localização e características favoráveis (GUIMARÃES, 2011). Destacam-se os sistemas orgânicos de produção incentivados por cursos de pós-graduação em agricultura orgânica da UFRRJ e o curso técnico em agropecuária orgânica do CTUR (Colégio Técnico da Universidade Rural). Além da Fazendinha Agroecológica do km 47 em Seropédica, outra atividade que merece destaque é o crescimento da pecuária, em especial para a piscicultura (SILVA, 2012; SEROPÉDICA, 2006; VILLA, 2008; CRUZ, BIGANSOLLI, 2011).

A produção agrícola de Seropédica tem como destaque as culturas do coco e da banana, esta última em sistema extrativista, com produção de manga e goiaba no assentamento Santa Alice. A localidade conhecida como INCRA é o polo produtor de olerícolas, contendo uma grande quantidade de produtores em fase de transição e conversão para o cultivo orgânico (SEROPÉDICA, 2006; VILLA, 2008). Atualmente observa-se uma perda de áreas destinadas à agricultura, as quais estão sendo transferidas para atividades pecuárias e atividades de extração de areia (SEROPÉDICA, 2006; VILLA, 2008).

No presente momento, Seropédica se caracteriza por ser um município rural, porém não agrícola, apesar de seu potencial agropecuário (SEROPÉDICA, 2006).

3.3 Comercialização de Alimentos da Agricultura Familiar

A mão-de-obra da família agricultora alia diferentes competências incluindo produção, transformação e comercialização dos produtos. Em virtude das pressões dos mercados por escala, qualidade e homogeneidade e especialização, a comercialização se constitui um verdadeiro entrave aos agricultores familiares, com ênfase para os menos capitalizados e com maiores dificuldades de inserção no mercado (STRAUCH et al., 2012).

De acordo com Darolt et al. (2013), definem-se basicamente dois tipos de circuitos de comercialização e consumo de alimentos ecológicos: longos e curtos de acordo com o número de intermediários entre produtores e consumidores.

Os circuitos longos mobilizam vários intermediários enquadrando-se o modelo de produção e comercialização *de commodities*. Nesse contexto, a soja que é

cultivada em grandes áreas na região central do País predominantemente visando a exportação, além das técnicas de motomecanização avançada, requer infraestrutura e logística para escoamento da produção incluindo silos, estradas de ferro, portos e navios. As distâncias que o alimento percorre implicam num balanço energético desfavorável e perdas expressivas. No caso da olericultura com grande uso de agrotóxicos nos cinturões verdes das grandes metrópoles, os alimentos passam por alguns intermediários até chegar à mesa dos consumidores.

Circuitos longos, ao contrário do que prega a ideologia do mercado, empobrecem o território em que operam, retirando dele recursos naturais e a riqueza gerada pela produção que é transferida para centros financeiros internacionais. Como seu objetivo não é o desenvolvimento do território, também não se comprometem com a degradação ambiental devido ao uso de agrotóxicos e fertilizantes minerais altamente solúveis. O Brasil ocupa a liderança mundial no consumo de agrotóxicos, para isto contribuindo a expansão dos cultivos transgênicos, a emergência crescente de resistência dos fitoparasitas aos princípios ativos e o incentivo do poder público isentando impostos relativos à produção de diversos agroquímicos e, em consequência, sobrecarregando a saúde pública com o aumento de casos de cânceres e intoxicações (ASSAD et al., 2012; CARNEIRO et al., 2012).

O País importa 90% dos sais de potássio e 70% de sais nitrogenados que utiliza. Além da dependência externa, impactam o solo, a água e contribuem com o aumento das emissões de gases de efeito estufa durante a produção, transporte e aplicação desses produtos. Somando-se a esses problemas, está a perda da biodiversidade devido à simplificação dos ecossistemas com o plantio de monoculturas em grandes áreas. A destruição de várias centenas de toneladas de biomassa vegetal por hectare faz com que desapareçam os estoques de água na vegetação e no solo, secando os lençóis freáticos que não se reconstituem a cada estação chuvosa (PRADO et al., 2010). Os problemas ambientais estão relacionados aos problemas sociais. A modernização agrícola no Brasil perpetuou a estrutura agrária concentradora de terras e riquezas do País. Adoção de novas tecnologias, dos avanços na mecanização e a automação, estes grandes empreendimentos absorvem pouca mão de obra local. O saldo para os atores locais e o desenvolvimento do território não é favorável. Um olhar crítico sobre os circuitos longos, sobre as grandes escalas e os grandes percursos que favorecem a concentração do capital e prejudicam o meio ambiente, a qualidade de vida e a estrutura social, é o ponto de partida para os questionamentos deste sistema de produção e consumo (BAVA, 2012).

A partir dos anos 1990, os supermercados, ícones dos circuitos longos dominaram os canais curtos de comercialização, inclusive no setor de alimentos de base ecológica (GUIVANT, 2003). Os supermercados impõem restrições e exigências quanto à quantidade, qualidade e regularidade da oferta de frutas, legumes e verduras (FLV) além de embalagens sofisticadas, repositores dos produtos, venda consignada, etc.; que acabam onerando o preço final aos consumidores. Devido a essas exigências, a produção vem se intensificando e se concentrando nos agricultores mais capitalizados e com maior “tino empresarial”, uma vez que agricultores familiares, encontram dificuldades em atender estas exigências, sendo frequentemente excluídos desse mercado (WUERGES et al., 2007).

Os circuitos curtos caracterizam-se por mobilizar no máximo um intermediário entre produtor e consumidor. A comercialização em circuitos curtos oferece ao produtor familiar o acesso ao mercado sem a presença de intermediários, sendo distinguida, a venda direta produtor-consumidor ou venda via um único intermediário

(outro produtor, cooperativa, associação, loja especializada, restaurante ou supermercado local). Esses circuitos impactam positivamente a economia local com o pagamento de preços mais justos, criação de oportunidades de trabalho e renda, aproximação de produtores e consumidores e valorização da paisagem e dos recursos naturais. Destaca-se ainda, a maior autonomia do agricultor em relação aos circuitos longos orientados pela lógica comercial e industrial (DAROLT et al., 2013).

Nesse sentido, os circuitos curtos criam condições para que a produção e o consumo, sempre que possível, se deem no mesmo território. Não se trata apenas de encurtamento de distâncias, mas de estruturar uma economia de empresas locais, pequenas e grandes, que estimulem a circulação de riqueza no local, articulem cadeias produtivas, absorvam a mão de obra local, necessitem de pouco capital e utilizem tecnologias apropriadas, abrindo espaço para que estas iniciativas sejam também empreendimentos populares (BAVA, 2012).

Esta abordagem, centrada no fortalecimento dos circuitos curtos de produção e consumo, é resultante dos ensinamentos de uma longa trajetória de experiências nascidas na sociedade civil, que são fruto das práticas de resistência e das iniciativas de movimentos sociais e redes de cidadania na busca por soluções para enfrentar os problemas da pobreza no Brasil (BAVA, 2012).

Os circuitos curtos são inspirados em experiências de desenvolvimento local, com todas suas variantes, economia solidária, comércio justo, e agrega um novo componente, a preocupação com a sustentabilidade ambiental. A proposta é que, ao fortalecer os circuitos curtos de produção e consumo, o projeto de desenvolvimento busque a criação de oportunidades para os atores locais, maiores possibilidades de promover a sustentabilidade ambiental, a equidade social e a qualidade de vida no território (BAVA, 2012).

Considerando a segurança alimentar e nutricional, o fomento à agricultura familiar, a redução das distâncias a serem percorridas pelos alimentos, a recuperação do cultivo de espécies locais e ampliar a diversidade, a comercialização via venda direta em menor escala de alimentos, são questões diretamente relacionadas aos circuitos curtos, e se contrapõem à grande produção baseada na grande propriedade, bem como nos sistemas de comercialização hiper e supermercados.

3.3.1 Feiras livres

Segundo Vieira (2004), as feiras livres constituem-se em uma prática comercial muito antiga, que garantia o suprimento de gêneros alimentícios das cidades. Estas constituem um espaço de comercialização que foge ao esquema habitual de distribuição de outros meios comerciais como supermercados, sacolões e mercados: seu caráter é temporário e sua estrutura possibilita grande capacidade de adaptação a diversas situações. As Feiras ocupam espaços urbanos com diferentes características, podendo atender tanto as demandas de consumo locais como metropolitanas (MDS, 2007).

As Feiras são caracterizadas de acordo com a periodicidade e locais de realização. Há aquelas que acontecem sempre no mesmo local, em dias da semana determinados; aquelas que a cada dia da semana acontecem em um local diferente da cidade; ou aquelas que são totalmente móveis (feiras volantes), se utilizando de um veículo – ônibus ou caminhão – adaptado para acomodar os produtos a serem comercializados (MDS, 2007).

Segundo Godoy e Anjos (2007), ainda hoje as feiras livres têm desempenhado papel importante na consolidação econômica e social da agricultura

familiar, representando também um espaço público, socioeconômico e cultural, extremamente dinâmico e diversificado.

As Feiras Livres oferecem a oportunidade para que o pequeno agricultor familiar possa comercializar o excedente de sua produção, podendo assim adquirir independência socioeconômica e oferece a população acesso a alimentos frescos e de qualidade provenientes da produção familiar e a consequente valorização deste produto.

Em geral, observa-se que quanto menor o município, mais importante é a feira para o desenvolvimento local, pois representa um espaço de comercialização da produção familiar, da pequena agroindústria e de produtos artesanais. A feira também favorece outros setores da economia, através da circulação de capital pelos feirantes, que após a comercialização de seus produtos, costumam comprar a vista em vários estabelecimentos do município, tais como supermercados, lojas de roupas, sapatos, produtos agrícolas, farmácias, material de construção, etc. (COUTINHO et al., 2006).

Jesus (1992) sugere que a inserção das feiras livres no circuito da economia urbana possui como característica a utilização de trabalho intensivo, movimentação de pequenos estoques. Devido à relação direta e personalizada com a clientela, operam com um custo fixo reduzido, fazendo com que este circuito seja mais eficiente na comercialização em áreas periféricas onde a rentabilidade é menor.

A aproximação entre produtores e consumidores nas feiras, influencia positivamente nos sistemas produtivos agrícolas, pois este processo tende a ampliar a autonomia, a biodiversidade, a complexidade, a cooperação e a geração de empregos nas propriedades rurais (WUERGES et al., 2007).

Um exemplo de como as feiras potencializam e possibilitam a inserção de categorias na economia de mercado é o caso do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO) coordenado pela Abio (Associação de Agricultores Biológicos do estado do Rio de Janeiro). Fundada em 1994, a Feira da Glória foi a primeira feira orgânica na cidade do Rio de Janeiro. Fruto da iniciativa da ABIO e de um grupo de consumidores da cooperativa COONATURA (vinculada à COOLMEIA no Rio Grande do Sul) que arrendou uma área no Brejal (Petrópolis-RJ) para que agricultores pudessem produzir e fornecer alimentos orgânicos para a cooperativa e para venda direta aos consumidores. Ao fomentar os circuitos curtos como as feiras do CCFO, os objetivos da ABIO foram valorizar o alimento orgânico e estimular a agricultura familiar; proporcionar momentos nos quais os agricultores realizam o diálogo com os consumidores, favorecendo o controle social e hábitos saudáveis de consumo; vincular a origem da matéria-prima e da forma de produzir, fortalecendo os elos produtores-consumidores e trazendo segurança sobre a qualidade e a procedência do produto orgânico (FONSECA et al., 2011).

Dentre as vantagens do produto orgânico produzido pela agricultura familiar estão a diversificação da produção conferindo segurança alimentar e nutricional e estabilidade da renda ao agricultor, a saúde dos agricultores e consumidores devido a exclusão do uso agrotóxicos, além da preservação da biodiversidade e a melhor remuneração conferida alimento orgânico justificado pelos riscos de produção assumidos, pela valorização ambiental e qualidade reconhecida e garantida pela Organização de Controle Social ou pela certificação de conformidade orgânica (NETO et al., 2010; DAROLT et al., 2013).

3.3.2 Mercados institucionais

O estado brasileiro desde a década de 1990, através de uma série de dispositivos jurídicos e políticas públicas, tem apoiado a estruturação de

mecanismos de suporte à comercialização que visam ao fortalecimento da agricultura familiar, tais como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF). Compras institucionais são caracterizadas como venda direta e, nesse caso, a sociedade é representada pelo estado que atua como consumidor coletivo (DAROLT et al., 2013).

Criado em 1996, o PRONAF nasceu como resposta às pressões do movimento sindical rural e “com a finalidade de promover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo eliminados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades em se manter no campo” (BRASIL, 2006 e BRASIL, 1996). O Programa reconhece e consolida a categoria de agricultor familiar como merecedora de um tratamento diferenciado por parte do Estado (NETTO, 2011). O Pronaf teve seus recursos consideravelmente aumentados a partir de 2003 e procurou-se fortalecer nas regiões Norte e Nordeste, uma vez que ele se mostrava muito concentrado no atendimento dos agricultores familiares mais capitalizados do Sul e Sudeste.

Os agricultores familiares financiaram R\$ 1,7 bilhão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em mais de 130 mil contratos durante outubro de 2015 (safra 2015/2016).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (BRASIL, 2009b; BRASIL, 2009c), destaca-se por suas diretrizes que explicitam apoio ao desenvolvimento sustentável, através de incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar (Art. 2º, inciso V). Exige-se que pelo menos 30% dos recursos recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam utilizados na compra direta da agricultura familiar de gêneros que promovam alimentação saudável e adequada à clientela do programa, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis (Art. 2º, inciso I). O PNAE atende a 42,6 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos, por meio de mais de 50 milhões de refeições por dia, com um volume de recursos anuais na ordem de R\$ 3,8 bilhões (MDA, 2015).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (BRASIL, 2003; BRASIL, 2011; BRASIL, 2012) inicialmente se apresentava como um programa de preços mínimos para determinados produtos e garantia de renda ao agricultor familiar, como também se propunha a contribuir com a segurança alimentar de segmentos menos favorecidos da população brasileira (CAMARGO et al., 2013). Como expõe Müller (2010), até a criação do PAA, a Política de Garantia de Preço Mínimos (PGPM), existente desde 1940, não conseguia contemplar as necessidades da agricultura familiar. Os instrumentos básicos da PGPM, até os anos de 1990, eram dois: a Aquisição do Governo Federal (AGF), executado com recursos provenientes do Tesouro Nacional e que contribuía para a formação de estoques reguladores públicos e o Empréstimo do Governo Federal (EGF), espécie de crédito de comercialização, operacionalizado com recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural.

No início, as modalidades do PAA eram geridas diretamente pela CONAB, ou executadas por estados e municípios conveniados com o Governo Federal. A partir da Resolução nº 50 de 26 de setembro de 2012 (BRASIL, 2012), a modalidade Compra Institucional passou a funcionar através de Chamadas Públicas, nos moldes do funcionamento do PNAE. Em 2013 antigos convênios também foram substituídos

por um Termo de Adesão, firmado por estados e municípios interessados em participar do PAA. Nessa nova forma de gestão, os produtores recebem o pagamento pelos produtos entregues diretamente numa conta bancária do Banco do Brasil, acessada por cartão magnético individual e exclusivo do PAA (BRASIL, 2016).

Atualmente, o PAA é executado pelos estados e municípios em parceria com o Ministério Social e Agrário (MDSA), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

Dentre as finalidades do PAA, destacam-se (i) incentivar a agricultura familiar, promovendo sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda; (ii) incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; (iii) promover o acesso à alimentação das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias; (iv) promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar; (v) constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares; (vi) apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar e (vii) fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização.

O PAA opera em cinco modalidades: Compra Direta da Agricultura Familiar, Compra com Doação Simultânea, Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, Incentivo à Produção e Consumo de Leite (para os estados do Nordeste e Minas Gerais) e Compra Institucional (antiga Aquisição de Alimentos para Atendimento da Alimentação Escolar).

3.3.3 Modalidade compra institucional

A Compra Institucional tem por finalidade garantir que estados, Distrito Federal, municípios e órgãos federais possam comprar com seus próprios recursos financeiros, alimentos da agricultura familiar para atendimento às demandas regulares de consumo de alimentos.

As aquisições de alimentos são realizadas com dispensa de licitação para (i) ações de promoção de segurança alimentar e nutricional; (ii) abastecimento da rede socioassistencial; (iii) abastecimento de equipamentos de alimentação e nutrição; (iv) abastecimento da rede pública de educação básica e superior, bem como da rede filantrópica, comunitária e confessional de ensino, que recebam recursos públicos; e (v) demais instituições públicas com fornecimento regular de refeições, tais como forças armadas, unidades do sistema de saúde e unidades do sistema prisional (BRASIL, 2012).

Além dos agricultores familiares, são beneficiários fornecedores assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, que comprovem aptidão ao PRONAF mediante ao atendimento dos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006).

Os editais de Chamadas Públicas devem ser amplamente divulgados e as propostas habilitadas podem ser classificadas priorizando (i) agricultores familiares do município; (ii) comunidades tradicionais, quilombolas ou indígenas; (iii) assentados da reforma agrária; (iv) grupos de mulheres; (v) produção agroecológica ou orgânica.

No âmbito da modalidade de Compra Institucional, podem ser adquiridos produtos alimentícios para o consumo humano, incluindo alimentos perecíveis e

característicos dos hábitos alimentares locais, “in natura” ou processados (BRASIL, 2012a; BRASIL, 2012b). Os preços pagos devem ser compatíveis com o mercado. Os valores máximos anuais para aquisições de alimentos por órgão comprador devem ser de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por unidade familiar ou de até R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) por organização fornecedora, respeitando-se os limites por unidade familiar (BRASIL, 2015b; BRASIL, 2012b).

A partir de 1º de janeiro de 2016, do total de recursos financeiros para a compra de gêneros alimentícios por órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, nos quais se incluem as universidades públicas, pelo menos 30% devem ser destinados à aquisição de produtos da agricultura familiar (BRASIL, 2015a).

3.4 Canais de Venda Direta de Produtos da Agricultura nas Universidades Públicas

Em sua inserção e significação social, as universidades públicas devem buscar interações com a comunidade de modo a contribuir para o desenvolvimento sustentável, com melhoria da qualidade de vida da população. Isso pressupõe o desenvolvimento de programas e projetos conjuntos que contribuam para a geração de renda em atividades sustentáveis do ponto de vista econômico e ambiental.

As medidas de apoio à agricultura familiar configuram-se como importantes estratégias de desenvolvimento local. Nesse contexto, instituições públicas de ensino superior detêm elevado potencial para apoiar técnica e politicamente agricultores rurais e urbanos nas atividades de produção, consumo e comercialização de seus produtos.

A inserção das universidades públicas como consumidores coletivos acessando canais de venda direta tais como as compras de produtos e as feiras de agricultura familiar, vai além da geração de renda. Essas ações permitem a criação de ambientes ótimos à integração entre a comunidade acadêmica e os agricultores, propiciando, dentre outros: (i) aquisição de alimentos saudáveis; (ii) visibilidade e estímulo à agricultura familiar; (iii) valorização e socialização de práticas e de saberes tradicionais e contemporâneos para o manejo e desenho de agroecossistemas mais sustentáveis; (iv) ampliação do número de agricultores orgânicos (v) difusão do consumo consciente; (vi) estímulo ao associativismo e à inserção de jovens e mulheres; (vii) incentivo ao acesso de agricultores e seus filhos ao ensino superior (viii) reorientação dos objetivos da pesquisa acadêmica para a busca de soluções de problemas locais; (ix) articulação entre as universidades, empresas de pesquisa, extensão, poder público e privado para promover o desenvolvimento local.

3.4.1 Compras institucionais nas universidades públicas

Os restaurantes universitários (RU's) são grandes consumidores de alimentos adquiridos por processo licitatório (BRASIL, 1993). As universidades federais mais antigas possuem em seus quadros funcionários concursados para trabalhar nos restaurantes. A gestão das compras é centralizada e as universidades detêm autonomia para definir a origem dos alimentos dos RU's bem como a qualidade da alimentação.

A aquisição de produtos da agricultura familiar pelas universidades públicas pela modalidade de Compra Institucional do PAA tem sido realizada para atender parcialmente as necessidades dos RU's. Cabe destacar a relevância do RU, frente ao atendimento diário de estudantes nas mais de 130 universidades brasileiras,

estaduais e federais (BRASIL, 2011), o que sugere a potencialidade dessas unidades de alimentação e nutrição no desenvolvimento da agricultura familiar na região onde estão inseridas (MARTINELLI et al., 2015).

No Brasil, 15 estados executam ou estão em fase de articulação e 9 municípios operacionalizaram o Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar na modalidade compra institucional (Figura 1). Além da Legislação Federal, que criou a modalidade do PAA Compra Institucional, existem legislações estaduais instituindo seus próprios programas de aquisição de produtos da agricultura familiar.

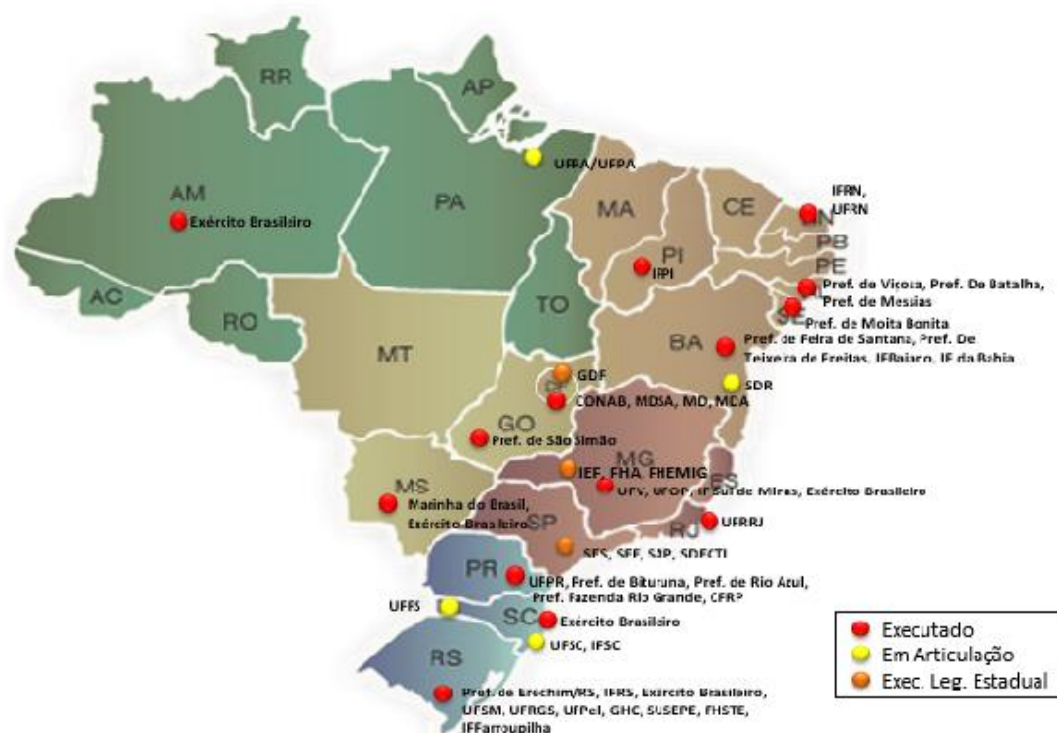


Figura 1. Execução do Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade Compra Institucional nos estados da Federação brasileira. Fonte: MDS, 2016 adaptado.

Dentre as Instituições de Ensino Superior (IES) que já consolidaram a Compra Institucional, destacam-se a Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Outras IES, tais como a Universidade Federal da Fronteira do Sul, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) se encontram em fase de consolidação dos Marcos Legais para aquisição de produtos da Agricultura familiar (MDS, 2014).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), seis universidades federais realizaram chamadas públicas (CP) para compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar, quatro na Região Sul, totalizando 14 chamadas sendo elas: Universidade Federal de Ouro Preto realizou 1 CP em 2016; Universidade Federal do Paraná realizou 3 CP em 2012, 2013 e 2015; Universidade Federal de Pelotas realizou 3 CP em 2014, 2015 e 2016; Universidade Federal do Rio Grande do Sul realizou 3 CP em 2016; Universidade Federal de Santa Maria

realizou 5 CP em 2013, 2014 (2), 2015 e 2016; Universidade Federal de Viçosa realizou 3 CP em 2013, 2014 e 2015 (MDS, 2016)

A Universidade Federal do Paraná foi a primeira IES a publicar um edital de chamada pública para aquisição de alimentos pela modalidade Compra Institucional em 2012. Esse pioneirismo possivelmente se deve ao fato de que a UFPR colaborou diretamente para a construção do PAA. Desde então, foram lançados editais para aquisição de 34 itens, incluindo semi-perecíveis, tais como açúcar mascavo; amido de milho; arroz; farinhas; feijão; macarrão, dentre outros. Todos os lotes recebem um parecer técnico, e cada item adquirido e aprovado individualmente. Os restaurantes da UFPR servem cerca de 10 mil refeições diárias, entre café da manhã, almoço e jantar. (UFPR, 2015)

O primeiro edital do PAA para a UFV foi publicado em 2013, para a aquisição de pó de café, banana prata e feijão carioca. Para a segunda compra, em 2014, mantiveram-se os três produtos e a terceira compra, em 2015, incluiu feijão comum (classe carioca e vermelho), pó de café, tangerina ponkan, banana prata e moranga (ASSIS, 2016).

3.4.2 Feiras da agricultura familiar

As feiras se caracterizam como espaços de interação entre agricultores e consumidores através de troca de informações, confiança, informações nutricionais, dentre outros. Há poucas informações disponíveis para consulta sobre feiras livres em IES no País, a maior parte em artigos de divulgação. Não obstante, observou-se que as feiras ocorrem por iniciativa de docentes e discentes desenvolvendo projetos de extensão em parceria com agricultores familiares.

Os agricultores são periféricos às universidades e os consumidores fazem parte da comunidade acadêmica, incluindo estudantes, técnicos, professores, além de prestadores de serviços diversos e a comunidade do município onde as IES estão inseridas. De acordo com informações da Assessoria de Comunicação Social, a UFPR está apoiando desde abril do presente ano uma Feira de Alimentos Orgânicos, todas as quartas-feiras. Os produtos comercializados são oriundos da produção familiar da Região Metropolitana de Curitiba (UFPR, 2016).

A feira de alimentos orgânicos funciona há seis anos no campus de Ciências Agrárias da UFPR. O projeto é desenvolvido com pequenos agricultores familiares de Colombo e do Vale do Ribeira, atendendo diretamente 56 famílias de agricultores (cerca de 300 pessoas) de dois grupos vinculados à Associação de Produtores Agroecológicos do Paraná e à Rede de Agroecologia da Região Metropolitana (ALMEIDA, 2015).

Na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), a feira é uma iniciativa do projeto de extensão universitária intitulado “Colhendo Bons Frutos: Nutrição e Agroecologia”, coordenado pela professora Maria Alice Araújo de Oliveira da Faculdade de Nutrição. São beneficiadas quatro famílias de agricultores assentados da reforma agrária de municípios próximos à universidade que a dois anos, vendem diretamente seus produtos na feira de orgânicos no Campus Aristóteles Calazans Simões em Maceió. Os produtos comercializados são expostos em bancas com grande variedade de mercadorias, entre as quais, destacam-se frutas, hortaliças folhosas, tubérculos, bolos, tapioca, doces de frutas regionais, ovos caipiras e peixes (UFAL, 2016).

Na Universidade Federal da Bahia (UFBA) a realização da primeira Feira Agroecológica ocorreu na Praça das Artes no dia 26 de fevereiro do presente ano, A Feira é uma atividade do projeto “*Comercializando a Produção Agroecológica*” e seu objetivo é apoiar produtores e agricultores familiares,

estimular o consumo de uma alimentação saudável e mostrar a importância de preservar o meio ambiente e respeitar a biodiversidade.

Diante da aceitação da atividade que preencheu uma lacuna para uma demanda já existente na universidade, a feira acontecerá regularmente todas as manhãs de sextas-feiras, no campus de Ondina. O evento também abriu espaço para sessões de relaxamento, Yoga, exercícios físicos e outras atividades socioeducativas (UFBA, 2016)

De acordo com Darolt et al. (2013) mercados locais e a comercialização em circuitos curtos associada à agroecologia podem ser a chave para reconectar produtores e consumidores de alimentos ecológicos e uma forma de impulsionar o desenvolvimento local. Nesse sentido, os mercados de venda direta nas universidades públicas constituem oportunidade para impulsionar a difusão da agroecologia como enfoque para orientar a assistência técnica e extensão rural (ATER) e pela identificação de agricultores familiares que detêm potencial para desenvolver sistemas orgânicos, mas que devido ao isolamento, falta de informação, assistência, dentre outros, não conseguem se inserir como produtores orgânicos cadastrados no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Outro aspecto importante que pode ser incentivado pelas universidades nas feiras é o associativismo e a organização dos agricultores. Transformar a participação individual e familiar em participação grupal e comunitária se apresenta como uma alavanca, um mecanismo que acrescenta capacidade produtiva e comercial a todos os associados, colocando-os em melhor situação para viabilizar suas atividades, trocar experiências, utilizar uma estrutura comum e obter maior retorno financeiro por seu trabalho. Nesse sentido, o SPG como ferramenta de avaliação da conformidade orgânica, exige a participação ativa.

Vale destacar que esses espaços também oportunizam o desenvolvimento da economia solidária e do comércio justo, além de consumidores mais politizados e conscientes. Um exemplo na UFRRJ é a Feira de Artesanato “Criatividade Sem Limites” que integra a Rede de Economia Solidária da Zona Oeste do Rio de Janeiro (Rede SOCIOECOZO) e também conta com a parceria da ONG Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), que acompanha o grupo e oferece cursos com temas ligados à socioeconomia solidária e à gestão de empreendimentos solidários. A Feira começou em 2006, por iniciativa de uma servidora da universidade, com apenas seis artesãs e, hoje, dez anos depois, conta com mais de trinta artesãos, informalmente organizados. Destacam-se nesse empreendimento, os valores da economia solidária, tais como revezamento, trocas de produtos, bem como a inserção social, principalmente feminina, capacitações e trocas de experiências, sendo o mais importante a autonomia e apropriação pelos artesãos que se tornaram sujeitos do processo o que realmente vem proporcionando sustentabilidade ao empreendimento na UFRRJ (RIBEIRO et al. 2012).

3.5 Agroecologia e Agricultura Orgânica

Segundo Gliessman (2005) a agricultura está em crise. As terras agricultáveis continuam a produzir tanto alimento quanto no passado, porém existem evidências de que as bases ecológicas da produção de alimentos estão em risco.

Do ponto de vista da produtividade, a agricultura convencional tem sido bem-sucedida, satisfazendo a crescente demanda por alimentos. O rendimento de grãos básicos aumentou e, em contrapartida os preços dos alimentos caíram, assim como a taxa de crescimento populacional e a fome crônica. O impulso na produção de alimentos deu-se principalmente devido aos avanços tecnológicos e científicos incluindo o desenvolvimento de novas variedades de plantas, uso de fertilizantes e

agrotóxicos, a motomecanização e o crescimento de grandes infraestruturas de irrigação.

Contudo técnicas, inovações, práticas e políticas que permitiram o aumento na produtividade, vêm degradando os recursos naturais dos quais a agricultura depende o solo, reservas de água, e diversidade genética natural.

Outra questão é a dependência de combustíveis fósseis não renováveis e sua combustão gera gases de efeito estufa que tem provocado diversos desequilíbrios ambientais que impactam a produção agrícola (secas, calor excessivo etc.). Finalmente a agricultura moderna é insustentável, pois em longo prazo ela deteriora as condições que a tornam possível.

Com o exposto anteriormente o melhor caminho é a produção sustentável de alimentos. A sustentabilidade é possível por meio de práticas agrícolas alternativas considerando os processos ecológicos que acontecem nas áreas produtivas. A agricultura do futuro precisa ser sustentável, mas também produtiva para alimentar a crescente população humana.

A agroecologia é uma ciência que estabelece conceitos e princípios ecológicos para o desenho e manejo de agroecossistemas mais sustentáveis. Esta ciência fornece conhecimento e metodologias necessários para desenvolver uma agricultura ambientalmente limpa, produtiva, economicamente viável e socialmente justa.

Numa perspectiva mais ampla, a agroecologia pode ser entendida como um enfoque, um olhar, um novo paradigma para orientar a construção de sistemas agroalimentares mais sustentáveis. Sistema agroalimentar sustentável está associado com o desenvolvimento dos mercados de qualidade específica como os alimentos orgânicos, os produtos regionais e o “comércio justo” (BRUNORI, 2000).

A agroecologia é a epistemologia que orienta a prática, definida como agricultura orgânica. De acordo com FONSECA (2000), para os objetivos de mercado, uma restrita definição de agricultura orgânica é utilizada para proteger tanto o agricultor quanto o consumidor, acrescentando que padrões orgânicos estipulam a proibição do uso de alguns insumos e ditam uma gama de práticas a serem seguidas.

Os sistemas orgânicos devem ser economicamente produtivos, com eficiência na utilização de recursos naturais, respeito ao trabalho, além da redução do uso de insumos externos. Os alimentos produzidos precisam ser livres de resíduos tóxicos, inclusive após o processamento.

A agricultura orgânica prioriza a saúde do solo, das plantas, dos animais, do homem e do planeta, seja por meio do manejo do solo, do processamento dos alimentos, da distribuição ou do consumo. Compreende-se que somente em solo saudável é possível produzir alimentos que sustentarão animais e pessoas de forma saudável, interferindo na saúde das comunidades que, por sua vez, não pode ser separada da saúde do ecossistema no qual se inserem. Com isto, agrotóxicos, drogas veterinárias e aditivos para o processamento dos alimentos, que possam, de alguma forma, ter efeito adverso à saúde das pessoas, dos animais, das plantas ou do ecossistema, devem ser evitadas (FONSECA, 2009).

Conforme o art. 1 § 2º da Lei n.º 10.831/ 2003 (BRASIL p), a agricultura orgânica abrange todos os sistemas agrícolas que promovem a produção sustentável de alimentos, fibras e produtos não alimentícios (cosméticos, óleos essenciais dentre outros.) de modo ambiental, social e economicamente responsável. A agricultura orgânica reúne todos os modelos não convencionais de agricultura, tais como a biodinâmica, natural, biológica, agroecológica ou permacultura.

Desde meados de 1990, o mercado mundial de produtos orgânicos tem se revelado um dos segmentos agroalimentares com maior expansão mundial, apresentando taxas de crescimento anual entre 15 e 20%, enquanto o setor da indústria alimentar como um todo cresceu entre 4 e 5% nesse mesmo período. Em 2012, as vendas movimentaram o equivalente a 64 bilhões de dólares com as maiores demandas na América do Norte e na Europa (WILLER et al., 2014).

No Brasil essa tendência se confirma e observa-se o crescimento da produção, organização e ampliação do comércio devido ao aumento da demanda por alimentos saudáveis, ao estabelecimento de um quadro normativo alinhado às diretrizes internacionais que trouxe segurança ao mercado brasileiro, e às políticas públicas de incentivo à Agricultura Familiar e à produção orgânica de alimentos (NIERDELE et al., 2013).

O crescimento da demanda de alimentos de melhor qualidade pela população se deve à busca pela saudabilidade e à repercussão dos resultados das pesquisas sobre contaminação e perigos do uso indiscriminado de agrotóxicos na produção de alimentos, com o lançamento da Campanha Permanente Contra o Uso de Agrotóxicos (ANVISA) e do Dossiê Abrasco pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva, em parceria com a ANVISA, a Fundação Osvaldo Cruz e o Instituto Nacional do Câncer (CARNEIRO et al., 2012).

Com relação ao quadro normativo para a produção agropecuária orgânica, foram definidos conceitos e finalidades (BRASIL, 2003), três sistemas de avaliação da conformidade (BRASIL, 2009a) e regulamento técnico e lista de substâncias permitidas nos sistemas orgânicos (BRASIL, 2011). A pluralidade de correntes de agricultura alternativa foi reunida sob o signo da Agricultura Orgânica e o produto orgânico certificado recebe o selo do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SisOrg) (MAPA, 2009).

De acordo com o cadastro do MAPA existem 17.400 produtores orgânicos no Brasil, sendo, as regiões com maior número de produtores Nordeste, Sul e Sudeste (MAPA, 2018).

Os produtos orgânicos no Brasil entraram nos supermercados em 1995 (SP) e 1996 (RJ), principais mercados consumidores da América Latina, pela oferta de frutas, legumes e verduras (FLV). Por meio de pesquisa feita no RJ (FONSECA e CAMPOS, 1999) os principais pontos de estrangulamento para os produtores comercializarem com os supermercados eram o baixo volume de produção, a descontinuidade na quantidade e na qualidade ofertada, a fraca infraestrutura de produção e comercialização, a baixa disponibilidade de recursos produtivos (capital e mão-de-obra), a fraca organização dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais, a baixa remuneração dos agricultores pelo produto orgânico e a escassa promoção dos alimentos orgânicos.

A comercialização de alimentos orgânicos por agricultores familiares se concentra nos circuitos curtos de comercialização e consumo, destacando-se as feiras livres e os mercados institucionais.

O estado do Rio de Janeiro é um dos maiores polos consumidores de produtos orgânicos do País o que vem sendo estimulado pela abertura de novos canais de distribuição e comercialização. O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO), coordenado em parceria pela Associação de Agricultores Biológicos do estado do Rio de Janeiro (ABIO) e a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário da Prefeitura do Rio de Janeiro, conta com 13 pontos de vendas distribuídos em vários bairros no município do Rio de Janeiro.

Em Seropédica, há três grupos do Sistema Participativo de Garantia da ABIO, que reúnem cerca de vinte produtores orgânicos. Esses produtores comercializam

seus produtos predominantemente nas Feiras do CCFO e em grupos de compras coletivas.

3.6 Residência Agrônoma com Enfoque Agroecológico

A produção em pequena escala e o acesso aos canais de venda direta por agricultores familiares apresenta oportunidades e desafios. Para Schmitt e Guimarães (2008) apud Darolt et al. (2013), existem algumas limitações operacionais que precisam ser superadas na construção do mercado institucional, como: atraso na liberação dos recursos; problemas de acesso dos agricultores à documentação exigida (necessidade de desburocratização); falta de interação entre diferentes instrumentos de política pública que poderiam dar suporte às ações dos programas; falta de planejamento e problemas de gestão das organizações locais no acompanhamento das entregas e na qualificação dos beneficiários.

Dentre as dificuldades para acessar o PAA, destacam-se a necessidade de volume e a periodicidade de entrega dos produtos. Essas questões podem conduzir a tensões entre especialização e diversificação e produção em pequena escala, características das unidades de produção familiar.

De acordo com Fátima Ladeira Mendes Duarte, chefe da Divisão de Alimentos da UFV (comunicação pessoal), existe a dificuldade por parte dos agricultores de cumprir o cronograma de entrega dos gêneros com a padronização e a qualidade exigidas, higienizados, em embalagens adequadas, com ênfase para aqueles que têm a maturação irregular. Nesse contexto, são reconhecidas as dificuldades encontradas quanto à baixa produtividade dos sistemas agrícolas familiares do estado que se relacionam à adoção de práticas de manejo de baixa eficiência, insustentáveis e infraestrutura deficiente, falta de assistência técnica, dentre outros.

Para as feiras destacam-se as greves e as férias entre os períodos letivos que implicam na redução do fluxo de consumidores e conseqüentemente no volume de que é consumido, bem como a gestão participativa e a organização. O planejamento e a diversificação da produção também são aspectos importantes a fim de possuir bancas diversificadas.

Diante do exposto, fica claro que o apoio aos agricultores para acessar e se manter nos canais de comercialização é fundamental para dar organicidade e sustentabilidade às iniciativas. Nesse contexto, as IES detêm elevado potencial para apoiar técnica e politicamente os agricultores nas atividades de produção, consumo e comercialização de seus produtos.

A UFRRJ é uma instituição com forte tradição nas ciências agrárias, disponibilizando cursos de graduação em Agronomia, Ciências Agrícolas, Engenharia Agrícola, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Zootecnia, Licenciatura em Educação do Campo, Mestrado em Agricultura Orgânica e o Sistema Integrado de Produção Agroecológica (SIPA) podendo contribuir para o desenvolvimento local, agregando conhecimentos que melhoram as técnicas de produção, o processamento e a organização da produção agrícola dos agricultores familiares do estado.

Nesse contexto, destaca-se a residência agrônoma na UFRRJ como um programa voltado aos engenheiros agrônomos recém-formados, que visa promover o aprimoramento de conhecimentos, habilidades e atitudes indispensáveis ao exercício da engenharia agrônoma por meio de intensivo treinamento profissional em serviço, sob supervisão, além de desenvolver senso de responsabilidade ética ao exercício de suas atividades profissionais (UFRRJ, 2018).

Agrônomos residentes podem prestar assistência técnica e extensão rural (ATER) apoiando os agricultores para acessar os canais de comercialização direta nas IES, auxiliando para a superação dos gargalos apontados e consolidação das iniciativas.

Segundo Gliessman (2005) os agroecossistemas sustentáveis possuem o desafio de atingir características semelhantes aos ecossistemas naturais, porém mantendo uma produção viável. O produtor pode manejar o agroecossistema com o intuito de manter os ciclos de nutrientes a fim de reduzir as perdas e buscar maneiras sustentáveis de fazer retornar para a unidade produtiva os nutrientes exportados. Com a redução do uso de insumos externos no controle dos processos do agroecossistemas, podemos esperar uma mudança de sistemas dependentes de insumos artificiais para sistemas desenhados para usar processos e interações de ecossistemas naturais, além de materiais derivados de dentro do sistema.

A extensão rural contemporânea tem como desafio desenvolver um processo participativo que seja capaz de atender os desafios do desenvolvimento rural sustentável norteada pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) (BUAINAIN et al., 2014). Segundo esta política, “o desenvolvimento sustentável almejado pelo país supõe o estabelecimento de estilos de agricultura, extrativismo e pesca igualmente sustentáveis, que não podem ser alcançadas unicamente por meio da transferência de tecnologias” (RAMOS et al., 2013).

Nesse sentido, a ATER com enfoque agroecológico tem por objetivo mediar junto aos agricultores, de forma participativa, a construção de sistemas de produção em transição e conversão para agricultura orgânica com difusão de cultivares produtivas nas condições edafoclimáticas da Baixada Fluminense, o reconhecimento de boas práticas de manejo e desenho de agroecossistemas assim como a racionalização/ substituição do uso de agrotóxicos, manejo conservacionista do solo e da água, diversidade de cultivos, adoção de sistemas agroflorestais e gestão da produção, respeitando-se as potencialidades locais.

Por isso, a residência agroecológica na UFRRJ em tela, concentrou-se na ATER para mudança dos arranjos nos sistemas de produção e na construção de dois canais de venda direta: a feira e a compra governamental, como forma de dar visibilidade aos agricultores familiares e fonte de renda.

Os desdobramentos e resultados da construção dos canais de venda direta são apresentados neste documento separadamente em dois capítulos, porém, na prática as atividades foram desenvolvidas simultaneamente pela autora.

CAPÍTULO I

FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA UFRRJ

RESUMO

Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ

A Feira da Agricultura Familiar (FAF-Rural), realizada na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, foi criada como estratégia para dar visibilidade à agricultura local, no âmbito da UFRRJ, bem como divulgar junto aos professores da instituição, de modo a motivá-los para com o desenvolvimento de pesquisas, a formação de pessoas, o estímulo ao consumo saudável e responsável e, finalmente, promover ações intersetoriais entre a Universidade, as prefeituras e o estado. A UFRRJ se beneficia desse espaço ótimo de interação para desenvolver atividades de ensino-aprendizagem e de extensão. O objetivo deste trabalho é: (a) estimar o faturamento bruto e o balanço mensal de vendas no período de doze meses de funcionamento da FAF-Rural; (b) pesquisar o perfil socioeconômico e técnico-produtivo dos feirantes na FAF-Rural no Campus Seropédica, da UFRRJ; (c) pesquisar o nível de satisfação dos feirantes da FAF-Rural; (d) pesquisar o nível de satisfação de clientes da FAF-Rural; e (e) registrar as atividades de integração entre a FAF-Rural e a comunidade acadêmica, e o entorno. O faturamento bruto da FAF-Rural foi de R\$ 196.249,06. Após 12 meses de funcionamento, verificou-se diferença significativa no faturamento bruto dos feirantes, evidenciada pela amplitude entre faturamento mínimo e máximo mensal. Os 264 itens de produção própria comercializados na FAF-Rural foram agrupados da seguinte forma: I. hortaliças, II. frutas; III. produtos minimamente processados e processados; IV. produtos beneficiados; e V. mudas. Essa categorização foi feita para elaborar um balanço de vendas (itens ofertados e comercializados), bem como para avaliar o percentual de contribuição de cada item no volume total por categoria. A pesquisa do nível de satisfação dos feirantes e dos clientes demonstrou que tanto estes como aqueles são bem atendidos no espaço de comercialização, porém indicaram a necessidade de ajustes. A FAF-Rural pode ser entendida como uma catalisadora das ações de extensão, possibilitando a aplicação de um método de ensino que dialogue com as questões diárias, reais, das necessidades dos sujeitos e de setores populares.

Palavras-chave: Faturamento bruto; Perfil socioeconômico; Pesquisa de satisfação.

ABSTRACT

Family Agriculture Fair at UFRRJ

The Family Agriculture Fair, at Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, was created as a strategy for enhancing the visibility of local agriculture in the institution to promote its development through research, to foster people training, to encourage healthy and responsible consumption, as well as to stimulate intersectoral actions between the University and the government in the town halls and the State. The UFRRJ benefits from this optimal space for cooperation to develop teaching-learning and extension activities. The purpose of the FAF-Rural project work was to estimate the gross sales and the monthly balance of sales through a 12-month operation of the FAF-Rural; to research the socioeconomic and technical-productive profile of the FAF-Rural marketers at the UFRRJ Seropédica Campus; to research the satisfaction level of the FAF-Rural marketers; to research the satisfaction level of the FAF-Rural customers; to register the integration activities between the FAF-Rural and the academic community, and the surrounding area. The gross sales of the FAF-Rural totalized R\$ 196,249.06. After a 12-month operation, a remarkable difference had been verified in the marketers' sales revenue, as indicated by the difference between minimum and maximum monthly invoicing values. To evaluate the sales balance of items put to sale, as well as to evaluate the contribution percentage of the items for the total amount by category, the 264 locally produced items, sold at the FAF-Rural, were grouped into five categories: I. vegetables, II. fruits; III. processed and minimally processed; IV. benefited products; and V. seedlings. The satisfaction level survey has demonstrated that both marketers and customers are being benefited by the market space but has also indicated the necessity of adjustments. The FAF-Rural functions as a catalyst for extension actions, making it possible a teaching method that meets the daily real issues and needs of the subjects and the popular sectors.

Keywords: Gross revenue; Socioeconomic profile; Satisfaction survey

4.1 Introdução

O município de Seropédica (antigo distrito de Itaguaí) localizado na Baixada Fluminense do estado do Rio de Janeiro já foi destaque na produção agrícola, mas a partir do final do século XIX a atividade entrou em declínio. Atualmente, a economia local é dependente de atividades que geram desequilíbrios ambientais, destacando-se 69 empreendimentos de extração de pedra e areia e um Centro de Tratamento de Resíduos que enterra nove mil toneladas de lixo sobre o aquífero Piranema. Adicionalmente, a inserção do município na rodovia logística (Arco Metropolitano) tem contribuído para a conversão de grandes áreas para a instalação de empresas de logística, galpões e depósitos de contêineres, caracterizando um imenso porto seco (ALCÂNTARA E SCHUELER, 2015).

Ao longo da história de Seropédica, movimentos sociais rurais como as ocupações de terra do Sol da Manhã (1983) e Eldorado (1990) que foram posteriormente reconhecidos enquanto assentamentos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e incluídos nos Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária. Ações foram realizadas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e instituições de Pesquisa e Extensão (Pesagro-Rio, Emater-Rio e Embrapa Agrobiologia) em apoio a esses agricultores com ênfase para o estímulo à produção orgânica para autoconsumo e comercialização do excedente. Atualmente, o município conta com três grupos de SPG vinculados à Abio (Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro). Não obstante, a agricultura local vem sendo progressivamente desmantelada pela ausência de ações articuladas e intersetoriais que a estimulem e fortaleçam. Além dos problemas ambientais, a ausência do estado nas áreas rurais se notabiliza pela má qualidade das estradas, insegurança, transporte público, postos de saúde, escolas e saneamento básico deficientes além de técnicos sem especialização em agricultura orgânica.

A UFRRJ detém potencial para apoiar técnica e politicamente os agricultores locais e nesse sentido, vem sendo desenvolvido um Programa de Extensão Universitária orientado à construção de canais de comercialização de venda direta, representado pela implantação do Programa de Aquisição de Alimentos, Feira de Agricultura Familiar (FAF-Rural) no campus Seropédica e a Residência Agrônômica para assistência técnica e extensão rural (ATER) com enfoque agroecológico.

A Residência Agrônômica é um Programa que tem por objetivo a capacitação eminentemente prática sob orientação permanente de docentes da UFRRJ. Os residentes atuam em Órgãos Públicos (Secretarias Municipais ou Estaduais de Agricultura ou Meio Ambiente, Ministérios, Autarquias ou Organizações Não Governamentais) e empresas ligadas ao setor agropecuário, sendo a agroecologia uma das linhas de atuação dos residentes (UFRRJ, 2018).

Segundo Gliessman (2001), a agroecologia é uma ciência que estabelece princípios e práticas para o desenho e manejo de agroecossistemas mais sustentáveis. Esta ciência desenvolve metodologias para uma agricultura ambientalmente limpa, produtiva, economicamente viável e socialmente justa. Numa perspectiva mais ampla, a agroecologia pode ser entendida como um enfoque para orientar a construção de sistemas agroalimentares mais sustentáveis que estão associados alicerçados na produção orgânica (BRUNORI, 2000).

A agricultura orgânica abrange todos os modelos alternativos de agricultura que promovem a produção de alimentos, fibras e produtos não alimentícios baseada em princípios para saúde, equidade, precaução, ecologia.

Nesse sentido, a ATER com enfoque agroecológico busca mediar a comunicação dos agricultores e a Universidade, contribuindo para a implantação de canais de venda direta, promover o acesso pelos agricultores locais, criar processos para avaliação econômica e social desses equipamentos e estimular a transição agroecológica e a certificação participativa de sistemas orgânicos de produção.

As feiras livres são expressões de práticas comerciais muito antigas e se constituem espaços de comercialização de caráter temporário com estrutura flexível para adaptação em diversas situações (VIEIRA, 2004). Segundo Godoy et al. (2007), ainda hoje as feiras livres têm desempenhado papel importante na consolidação econômica e social da agricultura familiar, representando também um espaço público, socioeconômico e cultural, extremamente dinâmico e diversificado onde feirantes e consumidores estão em contato direto.

A Feira de Agricultura Familiar na UFRRJ (FAF-Rural), além de um espaço de comercialização, se constitui numa estratégia para estimular a interação entre a comunidade acadêmica e os agricultores do território de Seropédica. As feiras permitem relações diretas entre produtores e consumidores, que na realidade da UFRRJ, são representados na sua maioria por estudantes, técnico-administrativos e professores. Essa estratégia partiu da percepção de que é necessário além de visibilizar a inserção da agricultura local na instituição para promover o seu desenvolvimento por meio de pesquisas, formação de pessoas, estímulo ao consumo saudável e responsável, ações intersetoriais entre universidade, prefeituras, estado, etc. Além disso, a UFRRJ se beneficia desse espaço ótimo de interação para desenvolver atividades de ensino-aprendizagem e de extensão.

O apoio da UFRRJ à comercialização do excedente de alimentos produzidos por agricultores locais tem potencial de gerar renda, bem como auxiliá-los na superação dos desafios que enfrentam os empreendimentos econômicos populares e da agricultura familiar, nos campos político, socioeconômico e gerencial. O mapeamento nacional divulgado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) reflete as dificuldades vivenciadas por esses empreendimentos quando apenas 38% conseguem se viabilizar economicamente (IPEA, 2016). Por trás destas dificuldades, além da falta de políticas públicas adequadas, está a carência de formação apropriada e de instituições que se dediquem ao tema da sustentabilidade destes empreendimentos, que têm uma lógica de funcionamento muito específica. Do mesmo modo, continua evidente a carência de técnicos com conhecimentos em agroecologia e qualificados a apoiar esses empreendimentos. A FAF-Rural busca, além de contribuir para a produção de alimentos em atendimento à segurança alimentar e nutricional buscando a inserção de agricultores locais nos grupos de SPG-Abio para aumentar a oferta de alimentos orgânicos, e envolver docentes e graduandos na produção local e no consumo.

Dentre a problemática que envolve a implantação de uma feira no Campus Seropédica da UFRRJ, destaca-se a ausência de uma infraestrutura básica que contemple a proteção física dos agricultores e dos alimentos, barracas de boa qualidade, ponto de energia elétrica e de água, bem como apoio institucional e autorização para uso do espaço pela Reitoria. Inclui-se nessa análise, a mudança na rotina de técnicos administrativos, envolvimento da Divisão de Guarda e Vigilância e a formação de agricultores para venda direta (limpeza, identificação, etc.).

A comercialização na feira por produtores locais apenas de itens de produção própria, a assiduidade e a capacidade de manter a oferta de alimentos diversificados durante o ano, frequência, bem como a viabilidade econômica desse empreendimento, são pontos críticos para efetiva participação dos agricultores familiares e continuidade dessa iniciativa na UFRRJ. Diante do exposto, pergunta-se:

Em que medida a Feira de Agricultura Familiar na UFRRJ se consolidará como um espaço de integração entre agricultores e a comunidade acadêmica contribuindo para aumentar a oferta de alimentos orgânicos localmente produzidos e o consumo consciente, tornando visíveis os invisíveis?

4.2 Objetivos

- Estimar o faturamento bruto e o balanço mensal de vendas no período de doze meses de funcionamento da FAF-Rural;
- pesquisar o perfil socioeconômico e técnico-produtivo dos feirantes na Feira de Agricultura Familiar no Campus Seropédica da UFRRJ (FAF-Rural);
- pesquisar a satisfação dos feirantes da FAF-Rural;
- pesquisar a satisfação de clientes da FAF-Rural;
- registrar as atividades de integração entre a FAF-Rural e a comunidade acadêmica e do entorno.

4.3 Metodologia

Foi realizada uma pesquisa descritiva da Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ, que de acordo com GIL (2008) refere-se à descrição das características de determinada população ou fenômeno e/ou estabelecimento de relações entre variáveis. Para a elaboração do referencial teórico, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental utilizando fontes primárias e secundárias. Descreveu-se a experiência de construção da Feira da Agricultura Familiar no Campus Seropédica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (FAF-Rural), sob o olhar da autora que fez parte desse processo atuando como bolsista Residente em Agronomia. Adicionalmente, pesquisaram-se as características socioeconômicas e grau de satisfação de feirantes e clientes nesse espaço usando a técnica de entrevista seguindo roteiros semiestruturados.

4.3.1 Histórico da Feira de Agricultura Familiar na UFRRJ (Campus Seropédica)

A implantação da Feira de Agricultura Familiar no Campus Seropédica da UFRRJ foi uma das metas do Projeto “Fortalecimento da agricultura familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: construção de mercados e assistência técnica para o desenvolvimento local sustentável (Processo nº 23083.003461), que foi construído a partir de uma parceria entre o Instituto de Agronomia e a Pró-reitoria de Assuntos Financeiros. O Projeto teve por objetivo promover canais de comercialização, apoio técnico e de organização aos agricultores familiares no território de parte da Região Metropolitana da capital fluminense, incluindo o município de Seropédica, onde está o campus sede da UFRRJ, e municípios limítrofes a este: Itaguaí, Paracambi, Japeri e Nova Iguaçu e Rio de Janeiro. Após a institucionalização do Projeto por meio de aprovação pela Câmara de Extensão e registro na Pró-Reitoria de Extensão, foram adquiridas, com recursos do orçamento da UFRRJ, dez barracas para disponibilizar aos agricultores. Além disso, a Universidade assumiu o pagamento de duas bolsas de Residência Agrônoma para agrônomos recém-formados que integraram a coordenação da FAF-Rural, os quais organizaram a distribuição das barracas, ajudaram a construir e asseguraram o cumprimento do Regimento pelos feirantes, cadastraram os interessados em participar, dirimiram conflitos e faziam a interlocução entre feirantes e a Universidade e prestavam ATER aos agricultores.

Para orientar o funcionamento da FAF-Rural, foi realizada uma pesquisa de mercado na qual foram entrevistados um total de 396 pessoas na UFRRJ, com intuito de levantar qual o dia da semana, frequência e produtos a comunidade acadêmica desejava adquirir e quanto pretendia gastar (OLIVEIRA, 2017).

Realizou-se um levantamento dos agricultores familiares na feira livre do município, no Km 5 (antigo Km 49) da BR 465 (antiga estrada Rio - São Paulo) que ocorre aos domingos. Para enquadramento como agricultor ou agricultora familiar utilizou-se como critérios a produção própria dos alimentos a serem comercializados, a direção do estabelecimento rural pelo produtor com sua família e a utilização predominante da mão de obra da própria família nas atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento. Após essa pesquisa, iniciou-se a articulação com extensionistas do escritório local da Emater-Rio a fim de divulgar ao maior número de agricultores e seus coletivos, a oportunidade de se integrar a Feira na UFRRJ e comercializar seus produtos. A divulgação também foi realizada no portal da UFRRJ e por meio de cartazes afixados em pontos de grande circulação do município de Seropédica (Anexo A). Realizaram-se três reuniões entre os meses de julho a agosto de 2016, no escritório local da Emater-Rio para inscrição e seleção dos interessados, bem como para definir a estrutura e funcionamento da Feira. A prioridade foi a inclusão de agricultores e produtos de produção própria do município de Seropédica e depois do entorno. Um modelo de Regimento Interno foi apresentado aos feirantes na última reunião e após discutir cada seção e receber contribuições dos feirantes, o documento foi finalizado (Anexo B). Para dirimir as questões relacionadas à FAF-Rural, elegeram-se duas instâncias de decisão, a Assembleia Geral e a Coordenação em parceria da UFRRJ, produtores e escritório local da Emater-Rio.

A Feira da Agricultura Familiar no Campus Seropédica (FAF-Rural) foi inaugurada na data de 13 de setembro de 2016, no jardim do Pavilhão Central (P1), às 8 h da manhã (Anexo C). Participaram cerca de 30 feirantes, divididos em 11 barracas, dentre as quais, uma comerciante de produtos orgânicos e da agricultura familiar e dois processadores de alimentos sem glúten que foram incluídos em comum acordo com os agricultores nas primeiras reuniões de construção do espaço de comercialização.

A FAF-Rural ocorreu nas duas primeiras semanas dos meses de setembro, outubro, novembro e primeira semana de dezembro, perfazendo um total de 7 edições em 2016. No período entre 25/10/2016 e 18/12/2016, o Pavilhão Central foi ocupado por estudantes em ato de protesto contra a PEC 241 (PEC 55) e a reforma no Ensino Médio (Rural Semanal, 2017). Após negociação com os estudantes, houve liberação para que os funcionários de campo, encarregados da montagem das barracas, pudessem entrar no P1 e a FAF-Rural funcionou do lado de fora, na entrada principal (Anexo D). Em 2017, a Feira voltou a funcionar no mês de fevereiro, então semanalmente; foi interrompida durante o mês de março devido ao recesso acadêmico, retornou em abril até outubro, totalizando 41 edições que foram analisadas no presente estudo. Desenvolveu-se no primeiro semestre de 2017 uma identidade visual para FAF-Rural a partir de uma construção participativa entre uma profissional de designer, técnica-administrativa lotada na Imprensa Universitária e os feirantes (Figura 2). A identidade teve por objetivo colocar o agricultor no centro do sistema, indicar alimentos saudáveis, sustentabilidade e fortalecer a regionalização. Ao mesmo tempo, atrair consumidores e aumentar o debate para a importância dos sistemas agroalimentares localizados. O amor a terra e o conceito familiar ficaram implícitos no formato de um coração.



Figura 2. Identidade visual da Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica-RJ). Fonte: Juliana Affonso – Imprensa Universitária, 2016.

4.3.2 Relatórios de comercialização e de faturamento bruto

Foi desenvolvido um modelo de formulário, a ser preenchido individualmente em cada feira, contendo informações sobre: item ofertado, unidade de medida, valor, quantidade comercializada e sobra (Anexo E). Ao final da feira, o feirante devolvia o formulário para o residente. A partir do mês de setembro de 2017, adotou-se um novo processo para os relatórios de comercialização. Os formulários foram impressos e reunidos em espiral, formando um Caderno de Relatórios de Comercialização (Anexo F). Foi elaborada uma Declaração para comprovar a participação de cada feirante na FAF-Rural e estimulá-los a preencher, utilizar e se apropriar do Relatório. Os residentes passaram a fotografar os relatórios e os feirantes passaram a levar os cadernos para casa. Os resultados dos relatórios de comercialização de 41 feiras foram digitados em planilha do Excel e estimou-se o faturamento bruto diário e mensal por feirante e total; faturamento mínimo e máximo mensais. No final desse período, foram gerados uma planilha e um gráfico que foram impressos para cada feirante, resumindo o resultado de sua atividade.

Os itens de produção própria comercializados na FAF-Rural foram agrupados em cinco grupos: I. hortaliças, II. frutas; III. Minimamente processados e processados; IV. beneficiados e V. mudas (Anexo G). Após a padronização das unidades, estimou-se o balanço de vendas (itens ofertados e comercializados), bem como o percentual de contribuição dos itens no volume total por categoria.

4.3.3 Pesquisa com os feirantes

Foram entrevistados 24 feirantes no mês de dezembro de 2017. Desses, 21 eram agricultores (dois agricultores urbanos), dois processadores sem glúten e uma comerciante, divididos em 11 barracas e uma mesa (Tabela 1). Quatro barracas foram ocupadas por unidades familiares de produção, representando um mesmo grupo e sete foram divididas por pessoas com afinidade, parentesco ou integrantes de um mesmo Sistema Participativo de Garantia vinculado à Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (SPG-Abio).

Utilizou-se um questionário semiestruturado contendo 34 perguntas organizadas de forma a descrever o perfil socioeconômico (gênero, escolaridade, idade e renda salarial), estatuto social da mão-de-obra, modo de acesso à terra, unidade familiar, sistema de produção e de comercialização, bem como a satisfação em participar da FAF-Rural (Anexo H).

Tabela 1. Estrutura da Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em dezembro de 2017.

Barraca	Grupo ¹	Perfil de Produção	Número de pessoas
1	A	Mudas	1
	B	Hortaliças folhosas, raízes, bulbos, tubérculos e rizomas	1
2	C	Hortaliças folhosas, raízes, bulbos, tubérculos e rizomas, flores, hastes e brotos	1
	D	Frutas	1
	E	Frutas	1
3	F	Processados	2
	G	Hortaliças folhosas e processados	2
	H	Hortaliças folhosas e processados	1
4	I	Hortaliças folhosas (PANC), aromáticas, condimentares e medicinais, processados	2
5	J	Hortaliças folhosas, fruto, raízes, bulbos, tubérculos e rizomas e processados (Bolos e pães)	2
6	K	Frutas (banana)	1
7	L	Hortaliças folhosas e processados	1
	M	Mudas	1
	N	Processados	1
8	O	Hortaliças: folhosas, raízes e frutos	1
9	P	Hortaliças: raízes (aipim), frutos (pimenta); e frutas (abacaxi e fruta do conde)	1
	Q	Raízes e processados	1
10	R	Raízes (aipim) e fruto (milho verde, quiabo, jiló e maxixe)	2
11	S	Processados sem glúten	2
	T	Produtos orgânicos e da agricultura familiar processados	1
12	U	Brotos, PANC e Processados (Alimentação Viva) ²	1
Total			27

1 O grupo se refere a unidade familiar de produção e que participa diretamente da comercialização.

2 Devido à atividade desenvolvida, feirante ocupou uma mesa.

4.3.4 Pesquisa de satisfação dos clientes

Foram entrevistados 27 clientes da FAF-Rural, aleatoriamente selecionados, nos dias 6 e 13 de dezembro de 2017. As entrevistas foram realizadas utilizando um

questionário semiestruturado contendo 18 perguntas divididas em caracterização do perfil e do vínculo com a UFRRJ, canal de divulgação sobre a FAF-Rural a que teve acesso, motivação, preferência, frequência, critérios para escolha dos alimentos, preços, gastos, relação com feirantes, fatores limitantes, críticas e sugestões (Anexo I).

4.3.5 Atividades de integração entre a FAF-Rural e a comunidade acadêmica e do entorno

Foram realizadas oficinas na FAF-Rural com intuito de mediar temas da agroecologia, agricultura orgânica e segurança alimentar. As oficinas foram anunciadas em página do Facebook³ para convidar os participantes, foram realizadas pré-inscrições através do e-mail da feira com confirmação via assinatura nas listas de presença no dia do evento. Além disso, elas tiveram duração de cerca de 1 h com distribuição de materiais impressos (folder, cartilhas, etc.), participação de agricultores/feirantes e docentes como facilitadores e distribuição de certificados ao final do evento.

Foram ministradas aulas de disciplinas de graduação na FAF-Rural com intuito de discutir conteúdos relacionados às temáticas que envolvem a agricultura familiar. As aulas eram marcadas pelos professores de cada disciplina com a coordenação da feira. A coordenação do projeto recebia a turma a fim de realizar um breve histórico da FAF-Rural, em seguida era destinado um momento para perguntas e esclarecimento de dúvidas e por fim os alunos junto ao professor da disciplina eram encaminhados para as bancas onde eram recebidos pelos feirantes.

As vivências na feira ou em unidades de produção dos agricultores foram marcadas pelo grupo interessado por intermédio da coordenação. As vivências na feira seguiram a mesma dinâmica das aulas.

4.4 Resultados e Discussão

4.4.1 Faturamento bruto da FAF-Rural

No período de 12 meses, o faturamento bruto da Feira de Agricultura Familiar na UFRRJ (FAF-Rural) foi de R\$ 196.249,06 (Figura 3). Nos meses de setembro a novembro de 2016, nos quais ocorreram quinzenais, o faturamento médio mensal foi de R\$ 7.911,10. A partir do mês de fevereiro de 2017, a FAF-Rural passou a ser semanal, e o faturamento médio mensal dos meses de abril a outubro foi de R\$ 21.502,91, registrando um aumento de 171% em comparação à média do período de setembro a novembro do ano anterior. O mês com maior faturamento bruto foi o de maio seguido do mês de agosto, ambos com cinco semanas. Esse resultado mostrou que o aumento da frequência da feira para uma vez por semana, impactou positivamente o faturamento bruto e que foi acertada a decisão dos feirantes estimulados pelos clientes, de estabelecer semanal da FAF-Rural.

³<https://www.facebook.com/Feira-da-Agricultura-Familiar-UFRRJ-Serop%C3%A9dica-1144524852290842/>

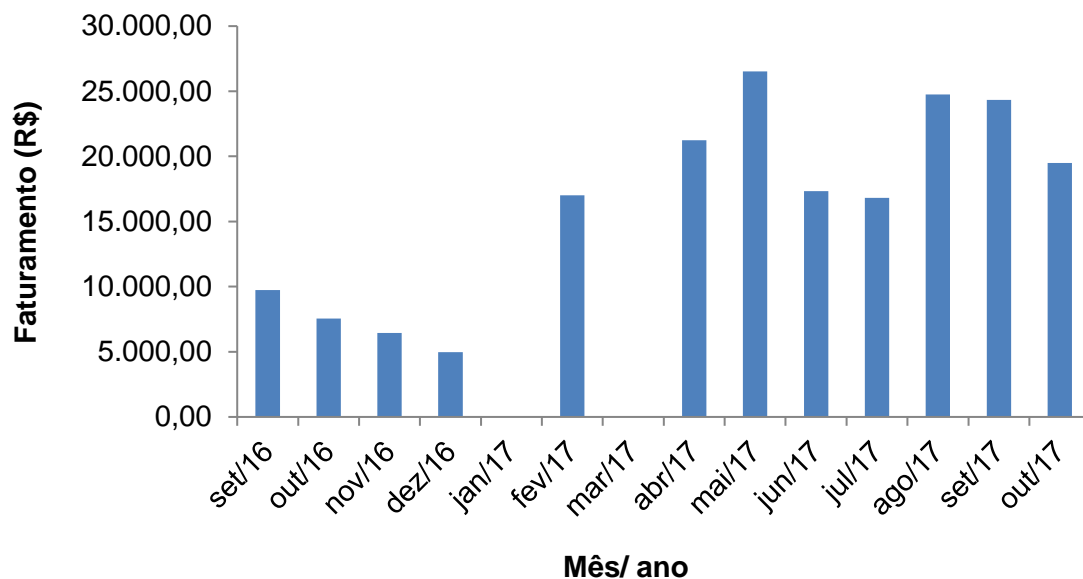


Figura 3. Faturamento bruto mensal da Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal do Rio de Janeiro (Campus Seropédica-RJ). Fonte: Letícia Ribeiro Pinto dos Santos.

A questão do faturamento foi, desde a concepção da FAF-Rural considerada crítica para a viabilidade desse canal de venda direta na UFRRJ, pois para se consolidar como espaço ótimo de integração, deveria gerar renda para os feirantes e aumentar o acesso a alimentos seguros pela comunidade acadêmica. O faturamento bruto de um empreendimento social é um indicador importante nesse sentido e pode sugerir que a FAF-Rural foi incluída na rotina dos clientes para compra de alimentos semanalmente, tornando possível a manutenção desse espaço na Universidade (LACERDA et al., 2007). Além disso, mostra a importância das feiras para incrementar a renda dos agricultores-feirantes e o potencial para movimentar a economia local.

Não obstante, registrou-se expressiva diferença no faturamento bruto entre os feirantes (Figura 4). Essa diferença foi evidenciada pela amplitude entre faturamento mínimo e máximo mensal de cerca de 20 vezes. Vários fatores podem explicar essa discrepância, incluindo: feirantes novatos, assiduidade, volume e diversificação de itens ofertados e seu preço. Além disso, foi possível inferir que os feirantes que adotaram estratégias de agregação de valor aos seus produtos, tais como processamento, embalagens e investiram na apresentação pessoal e se comunicaram mais com os clientes, criando vínculos, obtiveram melhor retorno econômico, com ênfase para os produtores com selo orgânico.

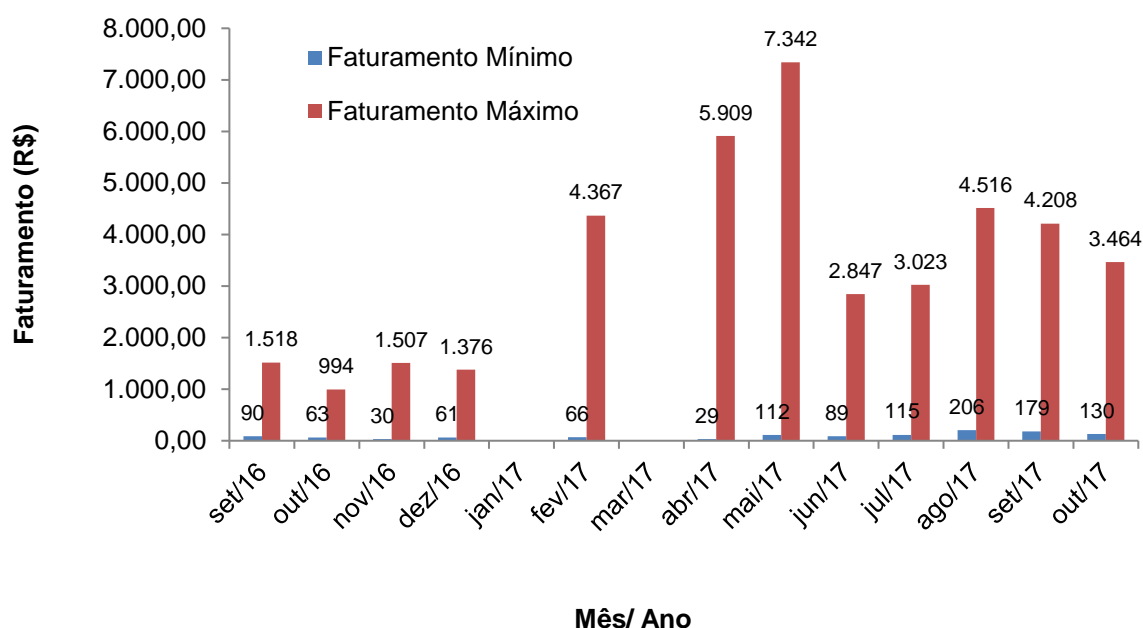


Figura 4. Faturamento bruto mensal mínimo e máximo da Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica-RJ). Fonte: Letícia Ribeiro Pinto dos Santos.

De acordo com pesquisa que avaliou a agroindustrialização de frutas e hortaliças cultivadas em bases agroecológicas em assentamentos rurais e sua inserção no mercado local, verificou-se que o processamento agrega valor ao produto “in natura” possibilitando incremento na renda dos produtores (LACERDA et al., 2007).

Os agricultores sentem-se valorizados conforme os consumidores criam vínculos de fidelidade refletida na maior aceitação de seus produtos e retorno econômico, assim como os consumidores se sentem mais seguros em adquirir produtos de qualidade, sabendo a origem (LACERDA et al., 2007; FONSECA et al., 2009).

Na FAF-Rural os agricultores que adotaram estratégias de agregação de valor através de processamento e embalagens, e que se comunicaram, investiram na apresentação pessoal criando vínculos com os clientes, foram mais valorizados, impactando com maior retorno econômico.

4.4.2 Análise da oferta e comercialização de hortaliças na FAF-Rural

De 234 itens ofertados na FAF-Rural, observou-se que as hortaliças e os produtos processados foram os itens mais comuns, perfazendo mais de 50% do total (Figura 5).

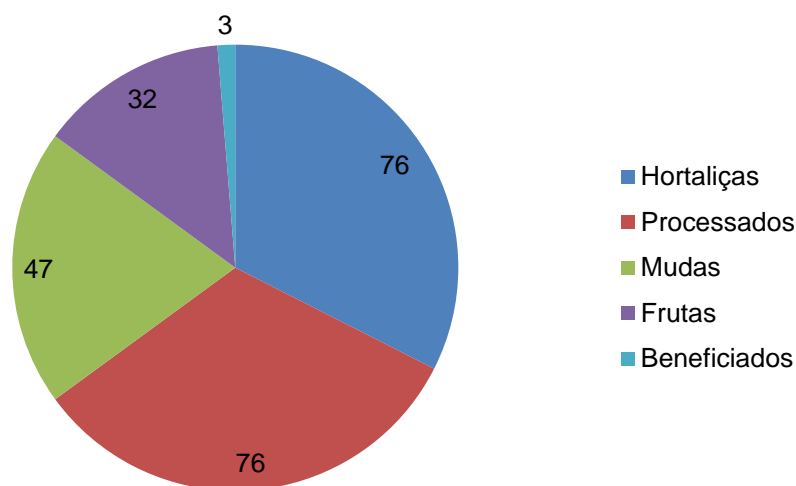


Figura 5. Número de itens ofertados na Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), nos anos de 2016 e 2017. Fonte: Letícia Ribeiro Pinto dos Santos.

- **Hortaliças folhosas**

No grupo das hortaliças folhosas, foram ofertadas 6.689 unidades, das quais alface, couve e rúcula representaram mais de 50% do volume total (Figura 6). Foram comercializadas 5.744 unidades, ou seja 83,7% do total ofertado (Tabela 2).

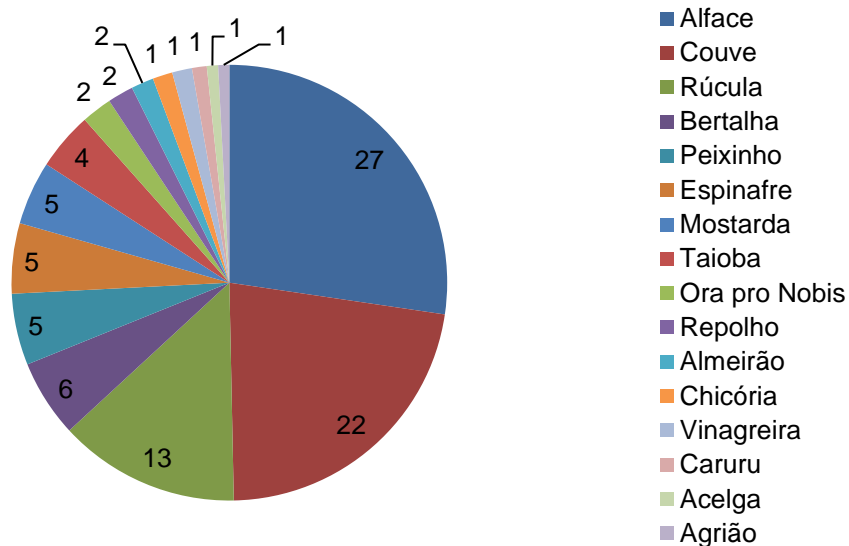


Figura 6. Hortaliças folhosas ofertadas na Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), nos anos de 2016 e 2017. Valores em percentual. Fonte: Letícia Ribeiro Pinto dos Santos.

Tabela 2. Balanço de comercialização de hortaliças folhosas na Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), nos anos de 2016 e 2017.

Item	Unidade	Ofertada	Comercializada	Percentagem de comercialização (%)
Alface	Unidade	1797	1619	90,1
Couve	Molho	1469	1235	84,1
Rúcula	Molho	885	803	90,7
Bertalha	Molho	378	353	93,4
Peixinho	Molho	349	327	93,7
Espinafre	Molho	343	288	84,0
Mostarda	Molho	311	215	69,1
Taioba	Molho	283	215	76,0
Ora pro Nobis	Molho	149	127	85,2
Repolho	Unidade	126	101	80,2
Almeirão	Molho	110	77	70,0
Chicória	Molho	97	67	69,1
Vinagreira	Molho	97	52	53,6
Caruru	Molho	72	62	86,1
Acelga	Unidade	55	46	83,6
Agrião	Molho	54	54	100,0
Brócolos	Unidade	51	47	92,2
Dente de leão	Molho	23	23	100,0
Couve nabiça	Molho	18	14	77,8
Beldroega	Molho	14	11	78,6
Couve-flor	Unidade	8	8	100,0
	Total	6.689	5.744	Média 83,7%

A alface (*Lactuca sativa*), pertencente à família chicoriaceae constitui, com diversos tipos de variedades, o grupo de hortaliças folhosas mais popular no Rio de Janeiro, sendo utilizada na forma de salada. A couve (*Brassica oleracea* var. *acephala*) e a rúcula (*Eruca sativa*) pertencem à família brassicaceae, constituem a família mais numerosa dentre as espécies olerícolas. Essas três espécies juntas constituem as principais hortaliças folhosas consumidas no Brasil (CONAB, 2017; Anuário Brasileiro de Hortaliças, 2016). Contudo o consumo dessas espécies substituiu o uso de plantas não produzidas em sistemas convencionais que já fizeram parte da base alimentar, porém caíram no esquecimento e hoje são conhecidas como Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) (FILGUEIRA, 2000; RANIERI, 2017). Segundo Santilli (2009) a agricultura “moderna” e o cultivo de poucas espécies agrícolas favorecem a padronização dos hábitos alimentares e a desvalorização cultural de espécies nativas impactando no empobrecimento das dietas alimentares.

Brócolos (*Brassica oleracea* var. *italica*) e couve-flor (*Brassica oleracea* var. *botrytis*) são culturas amplamente exploradas na Região na Serrana do estado do Rio de Janeiro, onde as temperaturas são mais amenas favorecendo seus cultivos. Em Seropédica há limitações para o cultivo devido o clima que, segundo classificação de Köppen, é o Aw, com chuvas concentradas no período de novembro a março, precipitação média anual de 1.291 mm e temperatura média de 24,5° C. No verão as temperaturas no município são muito elevadas impossibilitando o cultivo

dessas hortaliças e o inverno é seco exigindo o uso obrigatório de irrigação para a produção, porém a maioria dos agricultores do município são descapitalizados e possuem dificuldades em investir em sistema de irrigação (FILGUEIRA, 2000; FROTA et al., 2016; ALCÂNTARA e SCHUELER, 2015).

Espécies de PANC como Bertalha (*Basella alba* L.), Peixinho (*Stachys byzantina* K.Koch), Mostarda (*Brassica juncea* L.), Ora pro Nobis (*Pereskia aculeata* Mill.), Vinagreira (*Hibiscus sabdariffa* L.), Caruru (*Amaranthus* spp.), Dente de leão (*Taraxacum campylodes* G.E.Haglund) e Beldroega (*Portulaca oleracea* L.) não são produzidas ou comercializadas em larga escala por falta de interesse comercial e conhecimento da população. Geralmente são encontradas apenas em circuitos alternativos de comercialização, como as feiras orgânicas e agroecológicas. A FAF-Rural apresenta boa oferta de PANC, provavelmente pela rusticidade e facilidade de cultivo na Baixada Fluminense. Conforme os resultados apresentados na tabela anterior percebe-se a ampla comercialização desses alimentos, demonstrando que os clientes da feira “fogem da regra”, pois conhecem e valorizam esses alimentos promovendo o resgate da cultura alimentar, da medicina popular regional, além de novas receitas saborosas e saudáveis (BRACK, 2016; RANIERI, 2017).

- Hortaliças fruto

Do total de 4.532,75 kg de hortaliças fruto ofertado, destacaram-se o quiabo, a pimenta, o tomate tipo cereja e a berinjela. O quiabo respondeu por 26% do volume de hortaliças fruto ofertado (Figura 7). Do total ofertado, foram comercializados 3.485,2 kg, compondo a taxa média de comercialização de 74,84%. O pepino, embora tenha sido ofertado em pouca quantidade, foi o item com a maior taxa de comercialização (94,7%), seguido pelo milho verde (88%) (Tabela 3).

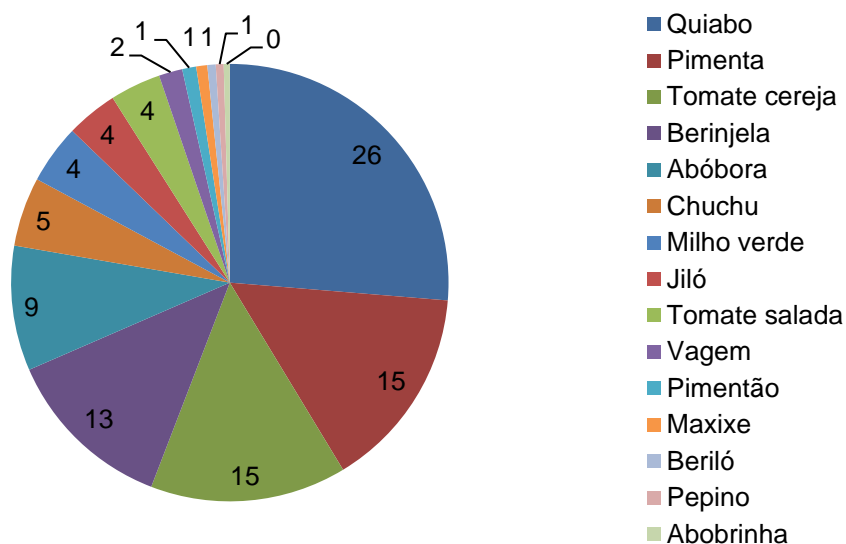


Figura 7. Hortaliças fruto ofertadas na Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), nos anos de 2016 e 2017. Valores em percentual. Fonte: Letícia Ribeiro Pinto dos Santos.

Tabela 3. Balanço de comercialização de hortaliças fruto na Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), nos anos de 2016 e 2017.

Produto	Unidade	Ofertada	Comercializada	Porcentagem de comercialização (%)
Quiabo	Kg	1.192	951	79,8
Pimenta	0,3 kg	681,5	462	67,8
Tomate cereja	0,3 kg	658	569	86,5
Berinjela	kg	572,5	390,25	68,2
Abóbora	Kg	418,65	345	82,4
Chuchu	kg	231,9	172,9	74,6
Milho verde	Unidade	198,2	175,2	88,4
Jiló	Kg	172,3	140,8	81,7
Tomate salada	Kg	170,2	143,1	84,1
Vagem	0,3 kg	79	14,55	18,4
Pimentão	Kg	46,9	34,1	72,7
Maxixe	kg	37	24	64,9
Beriló	kg	28	22,5	80,4
Pepino	Kg	26,4	25	94,7
Abobrinha	kg	20,2	15,8	78,2
Total		4.532,75	3.485,2	Média 74,84

A cultura do quiabo (*Abelmoschus esculentus* L. Moench) é uma olerícola de grande importância no estado Rio de Janeiro, principalmente a cultivar Santa Cruz que foi obtida por fitomelhoristas fluminenses, é uma planta de rápido início de produção, de baixo custo devido sua rusticidade e baixa exigência de tratamentos culturais, com boa resistência à seca, resultando numa boa alternativa de renda para os agricultores (RESENDE, 1986; FILGUEIRA, 2000). O nematóide das galhas (*Meloidogyne* spp) ocasiona inchaços nas raízes, além de mau desenvolvimento das plantas, sendo o quiabeiro uma das culturas mais sujeitas ao ataque deste agente patogênico (FILGUEIRA, 2000). Em regiões baixas e quentes, com inverno ameno como a Baixada fluminense é possível cultivar durante o inverno propiciando ao produtor preços mais altos. A produção de quiabo em Seropédica é 1.783,50 t, com um faturamento de R\$ 3.549.165,00 (Emater-Rio, 2016), demonstrando a importância dessa cultura em termos socioeconômicos para o município.

A berinjela (*Solanum melongena*) é uma hortaliça de reconhecida importância ocupando posição de destaque no estado do Rio de Janeiro. Em 2016 a produção de berinjela em Seropédica foi de 108 t, com um faturamento de R\$ 189.000,00 (Emater-Rio, 2016), perfazendo a importância da cultura para o município.

Conforme apresentado, o quiabo e berinjela são hortaliças amplamente ofertadas e comercializadas pelos agricultores da FAF-Rural, impactando diretamente em seus ganhos socioeconômicos.

- **Raízes, bulbos e tubérculos**

De um total de 5.152,05 kg de raízes, bulbos e tubérculos, o principal alimento ofertado na FAF-Rural foi o aipim, perfazendo 66% do volume ofertado. O segundo item, com volume cinco vezes menor, foi a batata doce, contribuindo com 11% da

oferta total (Figura 8). Do total ofertado, foram comercializados 4.481,82 kg de raízes, bulbos e tubérculos, compondo a taxa média de comercialização de 87,1% a maior entre as hortaliças, com ênfase para a batata doce, cenoura, inhame, beterraba e nabo (Tabela 4).

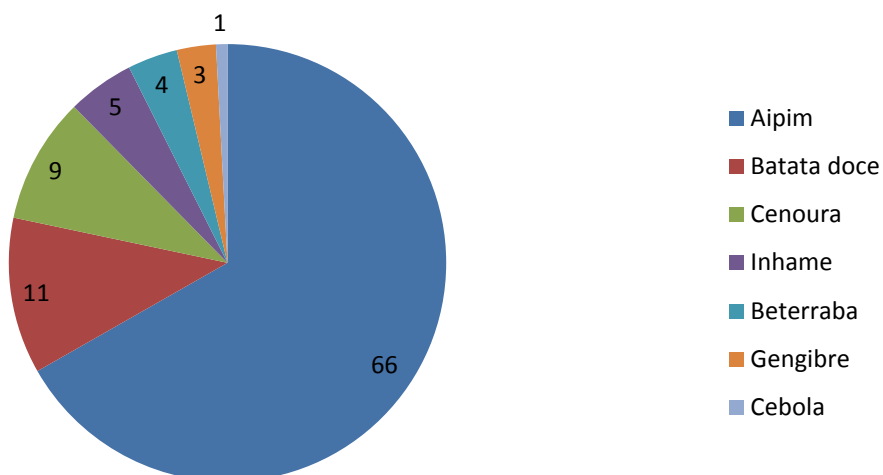


Figura 8. Hortaliças raízes, bulbos e tubérculos ofertados na Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), nos anos de 2016 e 2017. Valores em percentual. Fonte: Letícia Ribeiro Pinto dos Santos.

Tabela 4. Balanço de comercialização de hortaliças raízes, bulbos e tubérculos na Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), nos anos de 2016 e 2017.

Item	Unidade	Quantidade Ofertada	Quantidade Comercializada	Percentagem de comercialização (%)
Aipim	kg	3421	2922	85,4
Batata doce	kg	592	534,7	90,3
Cenoura	0,6	477,6	459,6	96,2
Inhame	kg	253	231	91,3
Beterraba	0,6	189,6	177	93,4
Gengibre	0,3	147,9	96	64,9
Cebola	Kg	43,2	36,9	85,4
Rabanete	0,28	21	18,48	88,0
Nabo	0,4	4,8	4,4	91,7
Alho	Unidade	1,95	1,74	89,2
Cúrcuma	Unidade	20,58	17,01	82,7
Total		5.152,05	4.481,82	Média 87,1%

O aipim (*Manihot esculenta* Crantz) é nativo do Brasil e distribuído por todo território nacional. A Baixada fluminense é uma região tradicionalmente produtora de aipim de mesa “in natura”, responsável por parte do abastecimento da região

metropolitana do Rio de Janeiro. (ALONSO, 2009). A produtividade média em Seropédica foi de 14,50 t.ha⁻¹, com faturamento de R\$ 3.061.240,00 (Emater-Rio, 2016) reforçando a importância da cultura para o município. A mandioca é uma cultura rústica e tolerante a estresses ambientais, por isso, destaca-se quando comparada a outras culturas, apresentando alto grau de tolerância à seca prolongada, altas temperaturas, solos de baixa fertilidade e alta incidência de pragas e doenças. (OKOGBENIN, 2013; DE TARSO et al, 2015).

A doença conhecida como couro-de-sapo do aipim (Cassava Frog Skin Disease - CFSD), foi constatada no Brasil nos estados do Amazonas, Pará, Bahia e, recentemente, Rio de Janeiro. A etiologia do couro-de-sapo sempre foi atribuída a um vírus da família Reoviridae (dsRNA) CFSD. Sob condições favoráveis a CFSD promove a redução do rendimento de raízes tuberosas, podendo atingir até 100%, e no teor de amido, com perdas acima de 50% (ALVAREZ et al., 2009). Agricultores na Feira da Agricultura Familiar destacam perdas que podem estar relacionadas à essa doença, possivelmente em função do plantio sucessivo nas mesmas áreas. O manejo do couro de sapo depende da rotação de culturas e aplicação sistemática de matéria orgânica.

A batata doce (*Ipomoea batatas* L.) é uma convolvulacea, planta de raiz tuberosa cultivada em regiões tropicais ou subtropicais. Na FAF-Rural, é comercializada principalmente uma cultivar de polpa alaranjada que se destaca pelo formato das raízes, tamanho, coloração da polpa, paladar adocicado e grande aceitação pelos clientes. Para o agricultor é interessante o valor agregado conferido pela novidade da coloração, diferenciando essa variedade de batata doce das tradicionalmente comercializadas nos mercados tradicionais como supermercado, principalmente quando cultivada em sistema orgânico. Além disso, a cultivar em questão de polpa alaranjada, é fonte importante de carboidrato, pró-vitamina A, vitamina C, vitamina B6, cobre, potássio, ferro, carotenóides e fibra (PADMAJA, 2009; RICCI et al., 2011). Assim como a cenoura (*Daucus carota*) e a beterraba (*Beta vulgaris*), que na FAF-Rural são comercializadas em molhos possibilitando o aproveitamento tanto das raízes quanto da parte aérea. Os feirantes ensinam aos clientes na FAF-Rural formas de preparo e aproveitamento dessa folhagem rica em vitaminas e sais minerais.

- **Brotos**

Foram ofertados dois itens no grupo de brotos, e o item que apresentou maior percentual de comercialização foi o broto de girassol (Tabela 5). A comercialização média foi de 35,2%.

Tabela 5. Balanço de comercialização de brotos na Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), nos anos de 2016 e 2017.

Item	Unidade	Quantidade Ofertada	Quantidade Comercializada	Percentagem de comercialização (%)
Broto de girassol	50g	34	17	50,0
Broto de bambu	100g	64	13	20,3
	Total	98	30	Média 35,2%

Os brotos de girrassol e bambu possuem baixa oferta, porém a comercialização é ainda menor. O consumo de brotos é uma prática milenar no Oriente com utilização difundida e apreciada na China, Japão, Estados Unidos, Tailândia, Nepal, Butão, Coréia, Austrália, Nova Zelândia, Malásia, Indonésia e está crescendo no Brasil. O interesse em consumi-los está relacionado à procura por alimentos naturais e de alto valor nutritivo (LIMA et al.,2004; LOURES et al., 2009; CHOUDHURY et al., 2012). Possivelmente, a baixa comercialização na FAF-Rural está relacionado ao desconhecimento dos clientes, indicando que é necessário um trabalho de divulgação e difusão dos usos desses alimentos.

- **Aromáticas, condimentares e medicinais**

De um total de 3.964 kg de aromáticas, condimentares e medicinais, o principal alimento ofertado na FAF-Rural foi o cheiro verde, representando 19% do volume ofertado seguido pelo alho poró e a salsinha perfazendo cada um 13% do total ofertado.(Figura 9). Do total ofertado, foram comercializados 3.281 kg de aromáticas, condimentares e medicinais, compondo a taxa média de comercialização de 78,9%, com ênfase para funcho, menta, saião, cebolinha, serralha, erva-cidreira e louro (Tabela 6).

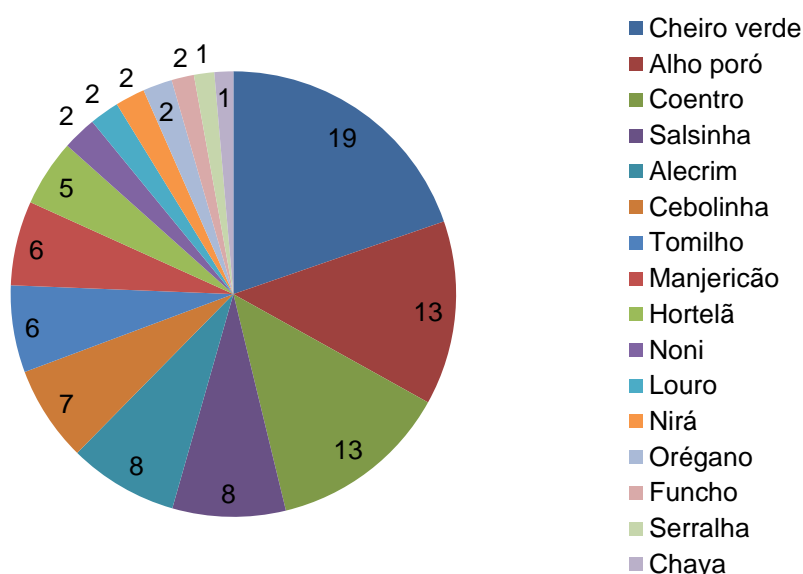


Figura 9. Principais plantas aromáticas, condimentares e medicinais ofertados na Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), nos anos de 2016 e 2017. Valores em percentual. Fonte: Letícia Ribeiro Pinto dos Santos.

Tabela 6. Balanço de comercialização de plantas aromáticas, condimentares e medicinais na Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), nos anos de 2016 e 2017.

Item	Unidade	Quantidade Ofertada	Quantidade Comercializada	Porcentagem de comercialização (%)
Cheiro verde	molho	749	600	80,1
Alho poró	Unidade	508	459	90,4
Coentro	molho	499	372	74,5
Salsinha	molho	312	282	90,4
Alecrim	molho	302	258	85,4
Cebolinha	molho	264	255	96,6
Tomilho	molho	240	218	90,8
Manjeriçã	molho	233	157	67,4
Hortelã	molho	184	151	82,1
Noni	Unidade	94	27	28,7
Louro	molho	82	76	92,7
Nirá	molho	82	73	89,0
Orégano	molho	81	73	90,1
Funcho	molho	62	62	100,0
Serralha	molho	56	53	94,6
Chaya	molho	52	45	86,5
Folha de amora	molho	28	18	64,3
Salsã	Unidade	66	51	77,3
Manjerona	molho	21	14	66,7
Erva cidreira	molho	16	15	93,8
Menta	molho	13	13	100,0
Capim limã	molho	8	3	37,5
Babosa	folha	7	1	14,3
Saiã	molho	5	5	100,0
	Total	3.964	3.281	Média 78,9

A família das apiáceas apresentam grande diversidade de representantes (salsinha, coentro, funcho), dentre eles, plantas aromáticas, condimentares ou medicinais que são importantes espécies hortícolas. O coentro (*Coriandrum sativum* L.) e a salsa (*Petroselinum sativum* L.) se destacam pelo alto valor econômico, elevado consumo e significativa área de produção (PEDROSO, 2012). As plantas condimentares ou temperos, são utilizadas para realçar o sabor e o aroma dos alimentos, além de apresentarem substâncias com propriedades de conservação de alimentos, ativação de glândulas salivares como no tratamento de problemas respiratórios, cardiovasculares e na atividade microbiana (CARDOSO et al., 2005; LENZ, 2005). Estas plantas também são muito estudadas pela indústria químico-farmacêutica, pois os metabólitos secundários produzidos possuem capacidade antioxidante e antimicrobiana, desempenhando importante papel em benefício a saúde humana em substituição a antimicrobianos sintéticos (ARAUJO et al., 2013). Devido ao alto índice de comercialização das hortaliças condimentares, aromáticas e medicinais na FAF-Rural, acredita-se que os consumidores conheçam seus benefícios.

- **Frutas**

Foram ofertados 31 itens no grupo das frutas com alto índice de comercialização na maioria dos itens ofertados, com destaque para jambo, abacaxi, fruta do conde e o coco seco (Tabela 7). A fruta mais ofertada foi a banana com 6978 dúzias demonstrando que este item é amplamente produzido pelos agricultores. A comercialização média total das frutas foi de 79%.

Tabela 7. Balanço de comercialização de frutas na Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), nos anos de 2016 e 2017.

Item	Unidade	Quantidade Ofertada	Quantidade Comercializada	Percentagem de comercialização (%)
Banana	dúzia	6978	5583,5	80
Caqui	Unidade	1555	1225	79
Coco verde	Unidade	449	341	76
Limão	dúzia	445,5	279,5	63
Coco seco	Unidade	445	418	94
Abacate	kg	332,8	291,1	87
Mamão	Unidade	292	212	73
Maracujá	kg	238,5	185,1	78
Tangerina	dúzia	190	145	76
Jabuticaba	300g	154	103	67
Jambo	6 unidades	130	130	100
Laranja	dúzia	123	94	76
Manga	kg	104,6	92,6	89
Abiu	Unidade	75	20	27
Tamarindo	300g	70	58	83
Acerola	300g	59	48	81
Amora	300g	44	33	75
Jaca	Unidade	40	27	68
Lima da pérsia	dúzia	39	21	54
Goiaba	Unidade	30	27	90
kinkan	200g	21	8	38
Fruta do conde	Unidade	20	20	100
Cajá mirim	300g	14	11	79
Abacaxi	Unidade	8	8	100
Araçá	300g	7	7	100
Biri-biri	300g	7	7	100
Carambola	300g	6	4	67
Jamelão	300g	6	3	50
Caju	bandeja com 2	5	5	100
Fruta pão	Unidade	3	3	100
			Média	79

A cultura da banana (*Musa sp.*) no estado do Rio de Janeiro é de grande importância econômica com produção aproximada de 153,8 mil toneladas ocupando cerca de 23 mil hectares (IBGE, 2018). Os municípios de Seropédica, Paracambi e Itaguaí produzem juntos aproximadamente 6 mil toneladas com faturamento de R\$

7.478.620,00 demonstrando a importância socioeconômica para a região (Emater-Rio, 2016). Na FAF-Rural a banana é amplamente ofertada, por três agricultores especializados na produção da cultura, cuja variedade mais comercializada é chamada pelos agricultores de prata mel, com grande aceitação pelos clientes da feira, principalmente pelo sabor. Outra fruta é o caqui produzido principalmente no bairro de Campo Grande, na cidade do Rio de Janeiro, com volume aproximado de 712,5 toneladas, e o coco, cultura importante em Seropédica que produz 2.239 toneladas representando grande importância econômica para a agricultura local.

- **Produtos minimamente processados e Processados**

Foram ofertados 64 itens no grupo dos minimamente processados e processados, em que os produtos com maior índice de oferta foram a geleia, bolo e biscoito artesanais (Tabela 8). A comercialização média foi de 56%. Os produtos com maior porcentagem de comercialização, apesar da pouca oferta, são o mousse de legumes, escondidinho e o feijão guandu.

Tabela 8. Balanço de comercialização de produtos minimamente processados e processados na Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), nos anos de 2016 e 2017.

Item	Unidade	Quantidade Ofertada	Quantidade Comercializada	Porcentagem de comercialização (%)
Geleia artesanal	200g	1902	1014	53
Bolo artesanal	pedaço	1154	809	70
Doce artesanal	300g	701	479	68
Salgadinhos sem glúten	Unidade	776	455	59
Palmito	100g	520	412	79
Biscoito artesanal	50g	771	397	51
Empada sem glúten	Unidade	538	367	68
Bolo artesanal sem glúten	Unidade	435	367	84
Pães sem glúten	Unidade	480	361	75
Pão artesanal	Unidade	514	342	67
Fita de coco	50g	576	308	53
Biscoito artesanal	Unidade	292	258	88
Empadão	Unidade	310	247	80
Banana chips	50g	221	180	81
Feijão guandu	500g	158	156	99
Bolinhos sem glúten	Unidade	199	154	77
Jaca desidratada	300g	184	138	75
Salgados	Unidade	168	131	78
Quiche	250g	155	96	62
Feijão de corda	500g	112	94	84
Torta viva	Unidade	146	88	60
Quiche sem glúten	Unidade	121	74	61
Café	500g	80	52	65
Milho pipoca	350g	60	51	85
Molho de tomate	200g	85	46	54

Hambúrguer sem glúten	Unidade	48	40	83
Açúcar de gengibre	200g	80	30	38
Banana passa	100g	95	27	28
Canela em pó	100g	40	27	68
Casquinha sem glúten	Unidade	159	26	16
Empanada argentina sem glúten	Unidade	40	25	63
Brigadeiro	unidade	37	24	65
Biscoito sem glúten	100g	49	22	45
Canudinhos sem glúten	Unidade	30	21	70
Crepe sem glúten	Unidade	30	20	67
Cocada	Unidade	62	19	31
Sal temperado	150g	122	17	14
Tempura sem glúten	Unidade	18	16	89
Farinha viva	100g	30	15	50
Biomassa de banana	pote 250g	43	15	35
Conserva pimenta	200g	37	12	32
Vinagre aromatizado	375ml	24	11	46
Laranja desidratada	50g	41	11	27
Mamão desidratado	40g	39	10	26
Torrada sem glúten	300g	17	9	53
Caqui desidratado	40g	64	9	14
Empada	Unidade	20	9	45
Tortinha sem glúten	Unidade	10	9	90
Berinjela desidratada	50g	35	8	23
Cidra cristalizada	100g	8	7	88
Baguete sem glúten	Unidade	10	7	70
Colorau	50g	11	5	45
Mousse de legumes	Unidade	5	5	100
Pão de mel sem glúten	Unidade	16	4	25
Escondidinho	Unidade	4	4	100
Jambo desidratado	100g	24	3	13
Cidra desidratada	50g	4	3	75
Farinhas	100g	27	2	7
Bananada	100g	4	2	50
Antepasto de berinjela	300g	6	2	33
Banana desidratada	40g	48	2	4
Pizza sem glúten	Unidade	27	2	7
Hot dog sem glúten	Unidade	4	2	50
			Média	56

É importante ressaltar a estratégia para agregação de valor as olerícolas produzidas com sua utilização na confecção do mousse de legumes e do escondidinho, porém com baixa oferta.

O feijão guandu (*Cajanus cajan* L.) é resistente a seca devido ao sistema radicular vigoroso, necessitando de índices pluviométricos em torno de 500 mm, com faixa ótima de temperatura entre 18 a 30°C apresentando boa tolerância a altas temperaturas adaptando-se bem a solos de baixa fertilidade, características semelhantes às encontradas no município de Seropédica (SKERMAN et al., 1988).

Na FAF-Rural esses grãos são ofertados debulhados e limpos em pacotes de 500g e possuem excelente aceitação pelos clientes da feira, inclusive com encomendas.

O processamento agrega valor ao produto tornando-o mais durável, pois o agricultor não precisa vendê-lo imediatamente (não é o caso do guandu).

Na FAF-Rural há grande oferta de geléias de frutas localmente produzidas, sendo elas de jaboticaticaba, jamelão, acerola, manga, cajá, tamarindo, pimenta biquinho, mamão, cidra, maracujá, amora dentre outras, promovendo maior rendimento econômico e aproveitamento desses alimentos (LACERDA et al., 2007).

- **Mudas**

Foram ofertadas mudas de plantas ornamentais, hortaliças, medicinais e frutíferas a maior oferta foi de ornamentais e medicinais (Tabela 9). A comercialização média de mudas foi de 52%. Os itens de maior comercialização foram as mudas de plantas medicinais.

Tabela 9. Balanço de comercialização de mudas na Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), nos anos de 2016 e 2017.

Item	Unidade	Quantidade Ofertada	Quantidade Comercializada	Percentagem de comercialização (%)
Ornamentais	muda	2514	1182	47
Medicinais	muda	973	598	61
Hortaliças	muda	1296	554	43
Frutíferas	muda	109	62	57
	Total	4892	2396	Média 52

Planta medicinal é aquela que, administrada ao homem ou animal, por qualquer via ou forma, exerce alguma ação terapêutica. O tratamento feito com uso de plantas medicinais chama-se fitoterapia, e os fitoterápicos são os medicamentos produzidos a partir dessas plantas. Sendo assim, a fitoterapia é caracterizada pelo tratamento com o uso de plantas medicinais e suas diferentes formas farmacêuticas, sem a utilização de princípios ativos isolados (SCHENKEL et al., 2000) permitindo que o ser humano se conecte com o ambiente, acessando o poder da natureza para ajudar o organismo a normalizar funções fisiológicas prejudicadas, restaurar a imunidade enfraquecida, promover a desintoxicação e o rejuvenescimento (FRANÇA et al., 2008). Grande parte da população mundial tem confiança nos métodos tradicionais para os cuidados diários com a saúde e cerca de 80% dessa população, principalmente dos países em desenvolvimento (GURIB-FAKIM, 2006). Na FAF-Rural há grande oferta e comercialização de plantas medicinais, demonstrando que os usos e aplicações dessas plantas são valorizados pelos clientes da feira.

4.4.3 Pesquisa com os feirantes da FAF-Rural

- **Perfil socioeconômico**

De um total de 24 feirantes entrevistados, 67% são do sexo feminino. Apenas 8% dos feirantes são jovens entre 15 e 29 anos e 50% têm mais de 50 anos.

Aproximadamente 80% dos feirantes completaram o ensino médio, 12,5% cursaram o ensino superior e 20% se especializaram. A renda aproximada de 54% dos entrevistados variou entre 1 e 3 salários mínimos (R\$ 937,00 a R\$ 2.811,00) (Tabela 10).

A participação expressiva das mulheres na FAF-Rural reforça a importância feminina nos espaços de comercialização dos alimentos produzidos pela família, notadamente nas feiras livres. O trabalho da mulher no campo é decisivo na garantia da segurança alimentar e manutenção da unidade produtiva, sendo necessário que as mulheres participem em igualdade com os homens no diálogo e nas tomadas de decisão, já que estão intimamente inseridas no dia a dia da produção, comercialização e colaboram efetivamente na reprodução familiar (MENDES et. al., 2014).

Os agricultores da FAF-Rural possuem maior nível de escolaridade quando comparados aos agricultores familiares do País, onde 8% dos homens que dirigem estabelecimentos rurais possuem ensino médio completo e as mulheres 7%. A realidade do País é que 42% dos agricultores possuem ensino fundamental incompleto e 46% das mulheres não sabem ler e escrever (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

Tabela 10. Perfil socioeconômico de feirantes da Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em dezembro de 2017.

Característica	Frequência absoluta	Frequência Relativa (%)
Sexo		
Masculino	8	33
Feminino	16	67
Escolaridade		
1º ao 5º ano do Ensino Fundamental	2	8,3
6º ao 9º ano do Ensino Fundamental	3	12,5
Ensino Médio	10	41,7
Ensino Superior Incompleto	1	4,2
Ensino Superior Completo	3	12,5
Especialização	5	20,8
Idade		
51 a 70 anos	12	50,0
30 a 50 anos	10	41,7
15 a 29 anos	2	8,3
Renda aproximada em salários mínimos¹		
Até 1 salário	1	4,2
1 a 3 salários	13	54,2
3 a 6 salários	5	20,8
6 a 9 salários	4	16,7
12 a 15 salários	1	4,2

1 O valor do salário mínimo era de R\$ 937,00

- **Unidades de produção**

As unidades de produção dos agricultores participantes da feira se localizam em Itaguaí, Japeri, Mangaratiba, Paracambi, Rio de Janeiro e Seropédica, com área total variando entre 0,36 a 98,2 hectares. Setenta e seis por cento dos feirantes são proprietários da terra. A maioria reside nas unidades de produção e 33% desses afirmaram que contratam mão de obra, mas sem vínculo empregatício. Dois feirantes possuem empregados com vínculo e esses são neorurais (possuem outras profissões, mas por questões de filosofia de vida, saúde, afinidade, etc. optaram por tornarem-se agricultores).

Os núcleos familiares constituem-se de diversas formas, porém as famílias em sua maioria possuem de 3 a 4 membros, sendo que as atividades desenvolvidas nas unidades de produção ficam a cargo de 1 ou 2 membros da família (Tabela 11).

As atividades exploradas nas unidades de produção são de produção primária vegetal (87,5%), extrativismo (62,5%), produção primária animal (41,7%), processamento vegetal (33,3%) e com menor expressão, minimamente processados, processamento animal, produção de mudas e produção de queijo. Outro aspecto importante a ressaltar é que dos 24 entrevistados, 10 (41,6%) declararam desenvolver outras atividades além da agrícola para complementar a renda.

Quando questionados se exploravam outras atividades além das agrícolas em suas propriedades a maioria disse que não, mas manifestaram interesse em trabalhar com turismo rural, projetos de agricultura urbana e com crianças.

A declaração de aptidão ao Pronaf (DAP) é o documento de identificação da agricultura familiar no Brasil (BRASIL, 2006). Na FAF-Rural, 87,5% dos feirantes entrevistados possuem este documento e o trabalho da UFRRJ em parceria com a Emater-Rio possibilitou que pelo menos 4 agricultores participantes da FAF-Rural que não possuíam o documento fizessem a emissão.

Cinquenta por cento dos feirantes são produtores orgânicos integrados aos grupos do sistema participativo de garantia (SPG-Abio), que possibilitam a emissão de certificado de conformidade orgânica de forma mais acessível aos produtores, facilitando sua integração a grupos de comercialização.

Com relação aos canais de comercialização, todos os agricultores acessam as feiras e por meio da entrega de cestas (20%) e em menor proporção supermercados (12,5%), mercearias (4%), CEASA-RJ e direto na unidade de produção.

Na pesquisa de satisfação dos agricultores constatou-se que o custo médio mensal para participação na FAF-Rural varia de R\$ 40,00 a R\$ 500,00, principalmente com o transporte.

Sobre o impacto da FAF-Rural na renda mensal da família, 33% dos feirantes afirmaram que representa um acréscimo de 30% e afirmaram que esse canal é um importante ponto de comercialização.

Com relação à satisfação em participar da FAF-Rural, numa escala de 1 a 5, 71% dos entrevistados disseram estar muito satisfeitos e 18% satisfeitos demonstrando que o espaço agrada à maioria dos feirantes.

Considerando o espaço na barraca, 37,5% afirmaram estar muito insatisfeitos ou insatisfeitos, 50% estão satisfeitos ou muito satisfeitos e 12,5% são indiferentes. Os feirantes insatisfeitos com o espaço dividiam as barracas e, por isso o espaço era reduzido, pois havia mais feirantes (n= 27) do que barracas (n=11).

Quando questionados com relação à convivência com os demais, 83% dos feirantes demonstraram-se muito satisfeitos e 17% satisfeitos.

Considerando a relação feirante-consumidor, a maioria estabelece diálogos referentes às práticas de produção, benefícios e formas de uso dos alimentos e afirmaram que dependendo do cliente o tempo de dedicação às conversas e a proximidade podem ser mais próximas.

Sobre a satisfação com ação à coordenação da FAF-Rural, 75% afirmaram estar muito satisfeitos, 12,5% satisfeitos e indiferentes cada.

Com relação às assembleias, a maioria se mostrou satisfeita e algumas ponderações realizadas foram que decisões são tomadas pela coordenação e não são discutidas com o coletivo e, por isso, se necessário deve-se aumentar a quantidade de reuniões. Um agricultor sugeriu que “as questões da reunião devem ser mais democráticas, tudo deve ser levado para reunião. Acho que tudo deve ser dialogado.” E, além disso, que a pauta das assembleias não é apresentada previamente, assim como as atas não são compartilhadas e assinadas.

Com relação aos cursos de capacitação todos manifestaram interesse e gostaram dos temas, o único questionamento é o dia da semana, quinta-feira, um dia após a feira, pois dificulta a participação.

Quando questionados como definiam seu sistema de produção, 50% dos entrevistados afirmaram participar ou frequentar SPG e outros 25% declararam sua produção como orgânica ou natural, mas sem certificação. Apenas 8% declararam ter produção convencional, mas afirmaram que possuem interesse na transição agroecológica. O encontro com integrantes dos SPG na FAF-Rural facilitou o processo de conversão para a produção orgânica e a transição agroecológica de pelo menos 8 feirantes.

Questionados como avaliam sua participação na feira uma agricultora disse: “Avalio minha participação como boa e acredito que somos mais valorizados por realizar uma feira dentro da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro”. Outra agricultora afirmou: “Foi a primeira feira que participei então aprendi a lidar com o público, aumentei meu conhecimento técnico e financeiro”. Estas falas são muito importantes, pois demonstram que o projeto está alcançando os objetivos como oportunizar o acesso ao espaço de comercialização, aproximação e valorização do agricultor, bem como melhorar as técnicas de produção com base na agricultura mais sustentável, orgânica seguindo os princípios agroecológicos.

Na última questão do questionário, foram solicitadas sugestões e críticas em relação a FAF-Rural. Uma sugestão quase unânime é que a visibilidade e divulgação da feira são prioridades. Um agricultor sugeriu: “Um espaço físico com visibilidade melhor para aumentar o acesso do público. Apesar do local atual não ser ruim devido proteção de sol e chuva”. Outra agricultora sugeriu “Se a feira fosse na parte de fora o movimento melhoraria. A nossa feira é muito escondida”. É importante ressaltar que alguns feirantes se sentem prejudicados nos dias em que a FAF-Rural divide o espaço com a feira de artesanato, alegando que invisibiliza e diminui o movimento. A Feira de Artesanato, Criatividade sem limites, é realizada a mais de dez anos no corredor do Pavilhão Central, duas vezes por mês, que o espaço é dividido com a FAF-Rural.

Tabela 11. Pesquisa dos feirantes da Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal do Rio de Janeiro em dezembro de 2017.

Característica	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Estatuto social da mão-de-obra e modo de acesso à terra Qual é o seu vínculo com a terra n=21 proprietário	20	95,2

parceiro	1	4,8
Reside na unidade de produção n=21		
Sim	19	90,5
Não	2	9,5
Tem empregados		
Sim	7	33,3
Não	14	66,7
Empregados com vínculo empregatício		
Sim	2	28,6
Não	5	71,4
Unidade familiar de produção (UFP)		
Município		
Seropédica	10	47,6
Seropédica e Japeri	1	4,8
Itaguaí	4	19,0
Paracambi	4	19,0
Rio de Janeiro	2	9,5
Composição da UFP - Número de pessoas		
1	3	14,3
2	6	28,6
3	9	42,9
4	3	14,3
Total		
1	3	
2	12	
3	27	
4	12	
Total	54	
Trabalham na unidade de produção		
	35	64,8
Atividades agrícolas na unidade de produção		
PPV	3	14,3
PPV e EXT	4	19,0
PPV, PV, EXT	4	19,0
PPV, PPA	1	4,8
PPV, PPA, EXT	3	14,3
PPV, PPA, PA, EXT	1	4,8
PPV, PPA, PV	2	9,5
PPV, PPA, PV, EXT	2	9,5
PPV, PPA, PV, PA EXT	1	4,8
	Sim	Não
Exerce outras atividades remuneradas além da agrícola	12 (57%)	9 (43%)
Explora outras atividades na unidade de produção além da atividade agrícola	5 (23,8%)	16 (76,2%)
Possui Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)	17 (81%)	4 (19%)
Sistema de Produção n=21		
Convencional	2	9,5
Orgânico	16	76,2
Transição agroecológica	3	14,3
Orgânico n=16		
Certificado	13	81,25
Autodeclaração ¹	3	18,75
Comercialização n=24		
Feiras	24	100,0
Cestas	5	20,8
Venda na propriedade	4	16,7

Encomendas	4	16,7					
Supermercado	3	12,5					
Mercearia	3	12,5					
Grupos de consumidores e chefs de cozinha	2	8,3					
Ceasa	1	4,2					
Restaurantes	1	4,2					
Satisfação na Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ							
Nível de satisfação	1	2	3	4	5	Nota ¹	%
Participar da FAF-Rural	0	0	9	16	85	110	91,7
Espaço da banca	6	6	9	24	30	75	62,5
Convivência com pares	0	0	0	16	100	116	96,7
Coordenação da FAF-Rural	0	0	9	12	90	111	92,5

1 Nota máxima igual a 120 (24 feirantes x 5)

4.4.4 Pesquisa de satisfação dos clientes da FAF-Rural

Foram entrevistados 27 clientes, incluindo discentes (44%), técnicos administrativos (22%), docentes (11%), terceirizados (4%) e sem vínculo formal com a Universidade (19%) (Tabela 12). Oitenta e um por cento dos entrevistados foram mulheres e 19% homens. Do total, 44% foram jovens com idade entre 15-29 anos; 33% na faixa etária de 30 a 50 anos e 22% de 51 a 70 anos.

A maioria reside em Seropédica (74%), e desses, a metade mora no Campus da UFRRJ; 11% são moradores do município do Rio de Janeiro e 15% residem em municípios próximos a Seropédica.

Perguntamos como ficaram sabendo da existência da FAF-Rural e 52% afirmaram que descobriram passando pelo local da feira, 15% soube pelos amigos, 11% através dos professores.

Outro aspecto importante a ser discutido quando os consumidores foram questionados qual era a motivação para consumir produtos da feira e aspectos mais considerados são os produtos orgânicos, alimentos frescos, benefícios para a saúde, fortalecimento da agricultura familiar local, proximidade e facilidade de acesso e a confiança.

A pesquisa também demonstrou que os produtos adquiridos com maior frequência são frutas, hortaliças e mudas. Quando questionados quais produtos gostariam que a feira oferecesse foram dadas diversas sugestões, mas o maior número de pessoas gostaria de maior variedade de frutas.

Quando questionados com que frequência adquirem produtos da FAF-Rural 59% dos entrevistados declararam que compram semanalmente, 15% eventualmente e 11% compram quinzenalmente e quase nunca.

Referente a média de gasto na feira pelos consumidores entrevistados 54% alegou gastar de R\$ 10,00 – R\$ 30,00, 35% gasta de R\$ 31,00 – R\$ 60,00 e 12% gasta de R\$ 61,00 – R\$ 90,00.

Questionamos a opinião dos clientes em relação aos preços praticados numa escala de 1 a 5 quanto mais próximo de 1 menor é a satisfação e quanto mais próximo de 5 maior a satisfação, deste modo, 74% dos entrevistados escolheram o número 3, 11,1% escolheram o número 2 assim como 4. Quando perguntados a respeito do critério considerado na escolha dos alimentos os mais mencionados foram preço e origem orgânica.

Quando questionados como é a relação com os feirantes 48% dos entrevistados afirmaram ser mais próxima e afetiva, dedicam algum tempo de diálogo e troca de experiências durante a feira; 33% afirmaram estabelecer diálogos curtos, referentes às práticas de produção, benefícios dos alimentos, formas de uso e afins; 19% disseram ser apenas comercial, com diálogo restrito.

Referente aos principais temas das conversas com os feirantes os consumidores citaram alimentos/alimentação (informações nutricionais, formas de preparo, conhecimento sobre o produto), manejo da produção, plantas, selo orgânico e pesquisa.

Quanto aos fatores que limitam o acesso à feira, a maioria afirmou que o tempo – dia e/ ou horário da feira não é favorável outro aspecto que não foi muito mencionado, mas que também foi uma demanda dos feirantes foi a máquina de cartão crédito e/ ou débito.

Também solicitamos a percepção dos clientes quanto à organização, atendimento, local, espaço de circulação, estacionamento e qualidade dos alimentos utilizando escala de 1 a 5. O item que teve maior insatisfação foi o espaço de circulação, porém, ainda assim 63% dos entrevistados disseram estar muito satisfeitos.

Questionamentos com relação ao espaço de circulação surgiram na entrevista com os agricultores como com os clientes e este é o desafio de construir uma feira dentro de universidade que estruturalmente não foi pensada para isso, apesar de haver grande mobilização de funcionários de diversos setores a fim de promoverem esse espaço de comercialização e diálogo.

Perguntou-se o que achavam de uma feira realizada na Rural e os clientes, de forma geral, a consideraram ótima. Algumas falas foram:

“Excelente para a Universidade, possibilita parcerias, conhecimento sobre produtos orgânicos. Possibilita também que os estudantes promovam e/ou procurem iniciativas similares em suas regiões de origem.”

“Uma grande conquista”.

“Excelente para estudantes, funcionários e moradores”.

“Ótimo, não sei como nunca pensaram nisso antes”.

“Uma ótima ideia, incentiva a alimentação saudável”.

E por fim, nas críticas e sugestões eles disseram que é necessário melhorar a divulgação da feira, oferecer maior variedade de frutas e alimentos de consumo imediato, melhorar identificação dos produtos orgânicos e organização de cestas.

Como parte integrante e participante da construção deste espaço de comercialização e integração, a FAF-Rural, possui grande potencial para se consolidar, porém para isso é necessário que comunidade acadêmica pratique o consumo consciente e alimentação saudável. No primeiro ano da FAF-Rural três agricultores se certificaram como orgânicos e outros cinco estão participando do SPG do município de Seropédica ou Paracambi com o objetivo de se certificarem. Além da avaliação da conformidade orgânica os SPG-Abio promovem a organização e articulação política dos agricultores, facilitam o planejamento da produção, a comercialização dos produtos e a troca de experiências entre agricultores e técnicos, viabilizada pelas reuniões regulares dos grupos, visitas de pares e visita de verificação para avaliação da conformidade orgânica. Isto demonstra que a FAF-Rural tem contribuído na facilitação do acesso de agricultores aos grupos SPG-Abio do município e para o aumento da oferta de alimentos orgânicos produzidos localmente.

Tabela 12. Pesquisa de clientes da Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em dezembro de 2017.

Característica	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Vínculo com a UFRRJ		
Discente	12	44
Técnico administrativo	6	22
Docente	3	11
Terceirizado	1	4
Sem vínculo	5	19
Sexo		
Feminino	22	81
Masculino	5	19
Residência		
Seropédica - No Campus Seropédica	10	37
No município de Seropédica	10	37
Rio de Janeiro	3	11
Piraí	1	4
Nilópolis	1	4
Japeri	1	4
Duque de Caxias	1	4
Canal de acesso a Faf		
Facebook	1	4
Família, amigos, etc.	11	41
Ao passar	14	52
Site da UFRRJ	1	4
Motivação		
Produtos orgânicos	24	89
Fortalecimento da agricultura familiar	18	67
Benefícios para saúde	17	63
Confiança	17	63
Qualidade dos produtos	16	59
Alimentos frescos	15	56
Economia local e geração de renda	15	56
Proximidade/ facilidade de acesso	15	56
Preço	14	52
Meio Ambiente e preservação ambiental	14	52
Praticidade	1	4
Produtos adquiridos com mais frequência		
Frutas	18	67
Folhosas	15	56
Legumes e raízes	12	44
Grãos	5	19
Suco	4	15
Mudas	9	33
Processados	7	26
Alimento predileto		
Frutas	7	26
Folhosas	4	15

Mudas	4	15					
Mandioca	2	7					
Torta de berinjela	1	4					
Mel	1	4					
Não respondeu	8	30					
<hr/>							
Produtos que gostaria de encontrar							
Maior variedade de frutas	8	30					
Farinhas	1	4					
Guaraná em pó, plantas energizantes	1	4					
Produtos de limpeza e de beleza naturais	1	4					
Produtos sem lactose	2	7					
Temperos	1	4					
Tomate	1	4					
Tortas e bolos	1	4					
Batata andina e batata baroa	1	4					
Cúrcuma	1	4					
Desidratados e Grãos	1	4					
Não respondeu	8	30					
<hr/>							
Frequência							
Eventualmente	4	15					
Quase nunca	3	11					
Quinzenalmente	3	11					
Semanalmente	16	59					
<hr/>							
Gasto							
10,00 a 15,00	8	30					
20,00 a 40,00	8	30					
50,00 a 60,00	8	30					
80,00	2	7					
Não soube informar	1	4					
<hr/>							
Critérios para escolha dos alimentos							
Preço	14	52					
Origem orgânica	13	48					
Produtos da agricultura familiar	3	11					
Produtos da região	1	4					
<hr/>							
Relação com os feirantes							
Apenas comercial	5	19					
Estabeleço diálogos curtos	9	33					
Mais próxima e afetiva	13	48					
<hr/>							
Fatores que limitam o acesso a FAF-Rural							
Tempo - dia e/ ou horário	14	52					
Dinheiro - orçamento	2	7					
Distância	2	7					
Ausência de alguns produtos.	1	4					
máquina de cartão de crédito	1	4					
Não soube informar	1	4					
Local	0	0					
Nenhum	6	22					
<hr/>							
	Frequência absoluta						
Característica	1	2	3	4	5	Nota ¹	%

Limpeza	0	0	0	4	130	134	99,3
Organização	0	0	0	8	125	133	98,5
Atendimento	0	0	3	0	130	133	98,5
Local	0	2	0	4	125	131	97,0
Espaço	0	2	12	20	85	119	88,1
Estacionamento	0	2	3	8	115	128	94,8
Qualidade dos alimentos	0	0	0	4	130	134	99,3
Preços	0	6	60	12	5	83	61,5

1 Nota máxima igual a 135 (27 clientes x 5)

Foi criada uma página no Facebook com intuito de auxiliar na divulgação da feira que é um ponto crítico apontado tanto pelos feirantes como pelos clientes da FAF-Rural. A pesquisa demonstrou que a página não atingiu o público como esperado, pois, a maioria clientes (14%) entrevistados disseram que souberam da feira ao passar pelo local de realização. Porém recentemente realizou-se uma parceria com docentes do curso de jornalismo a fim de melhorar este canal de divulgação e buscar novas estratégias de superação deste gargalo.

Um aspecto interessante a ser considerado é que 59% dos entrevistados afirmaram que frequentam a feira semanalmente demonstrando um processo de fidelização ao espaço de comercialização. Mostram que existe a possibilidade da FAF-Rural entrar na rotina da universidade, da comunidade acadêmica e do entorno se consolidando como local de abastecimento e distribuição de alimentos saudáveis, de alto valor nutritivo, livres de contaminantes e localmente produzidos.

Os preços são livremente praticados pelos feirantes e foi um item com menor nível de satisfação dos clientes (61,5%), 24 em 27 pessoas votaram nos níveis 2 e 3 o que é compreensível considerando que 44% dos clientes entrevistados são estudantes que possuem menor poder aquisitivo o que pode explicar o descontentamento neste aspecto.

O outro item questionado tanto pelos feirantes como pelos clientes foi o espaço de circulação da FAF-Rural que hoje acontece no corredor do Prédio Principal (P1) da UFRRJ. Este é um dos diversos desafios enfrentados para a realização da feira num local que estruturalmente não foi criado para tal, apesar da mobilização de inúmeros funcionários e setores da universidade em prol da promoção deste espaço. É um ponto que deve ser discutido entre administração da universidade, coordenação do projeto, feirantes e consumidores para que coletivamente encontrem possíveis soluções.

4.4.5 Atividades de integração da FAF-Rural com as comunidades acadêmica e do entorno da UFRRJ

Foram realizadas 23 atividades de integração na FAF-Rural, incluindo 4 oficinas, uma vivência na unidade de produção de feirante como parte da programação do Curso de Introdução à Agroecologia, uma vivência da turma de Mestrado Profissional em Agroecologia do Instituto Federal do Espírito Santo, três aulas das disciplinas de graduação (Introdução às ciências agrícolas – Licenciatura em Ciências Agrícolas, Segurança alimentar e Nutricional – Economia Doméstica, Nutrição humana e fundamentos da nutrição – Engenharia de Alimentos), uma aula da Escola Estadual Alvarina de Carvalho Janotti de Seropédica, uma tese de doutorado (VIANNA, 2017), duas dissertações de mestrado, uma monografia (OLIVEIRA, 2017), quatro trabalhos apresentados/publicados, três relatos de experiências em fóruns do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), um abaixo assinado para impedir o fechamento de três escolas municipais localizadas em

zonas rurais do município de Itaguaí/ RJ, duas entrevistas no jornal Extra Zona Oeste, duas no Seropédica Online, uma no Rural Semanal, atingindo pelo menos 200 pessoas, a maioria dos participantes estudantes.

Os temas das oficinas foram alimentação viva, fitoterápicos com a Rede Fitovida, plantas alimentícias não convencionais e alimentação viva: promovendo saúde vital e conservando a vida ambiental.

Além disso, a FAF-Rural juntamente com seus parceiros, conduziu o processo de incubação da microempresa de um de seus integrantes junto à Incubadora de Empresas de Base Tecnológica em Agronegócio (INEAGRO), que possui sede na UFRRJ - Seropédica. Conseguindo, ainda mais, expandir os horizontes de seus participantes, tornando-os integrados à instituição e suas atividades, mas ainda autônomos em seus processos.

Por intermédio de uma técnica administrativa da universidade uma jovem agricultora integrante da FAF-Rural fez inscrição no processo seletivo do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e foi aprovada no curso técnico em agroecologia.

A página da FAF-Rural no Facebook possuía 959 curtidas e 968 seguidores. Após a parceira do projeto com docentes do curso de jornalismo, estudantes do curso são responsáveis por gerir esta rede social e criaram também um Instagram.

O espaço da feira oportuniza debates envolvendo temáticas como agroecossistemas mais sustentáveis, a promoção da agricultura familiar, diversidade de alimentos locais, alimentos orgânicos livres de agrotóxicos, educação alimentar e consumo consciente, relação entre a agricultura familiar e conservação ambiental, economia local e o papel do consumidor em fomentar esse modelo de desenvolvimento para o campo.

Após um ano de funcionamento, nota-se diversas ações de integração entre as atividades da academia e o espaço da feira, porém é necessário permanecer a observação para verificar se esse processo irá ampliar e se consolidar.

4.5 Considerações Finais

A atuação de agrônomos residentes foi fundamental para a realização da FAF-Rural. Ações intersetoriais entre a equipe do Projeto de Extensão, diversos setores administrativos da universidade e Emater-Rio em diálogo com os agricultores permitiram construção deste espaço de comercialização que ainda necessita forte trabalho de divulgação para sua efetiva consolidação, por meio do incentivo do consumo político.

A FAF-Rural foi criada visando a visibilização, fortalecimento e integração da agricultura familiar do município e comunidades do entorno com a universidade, comunidade acadêmica e moradores de Seropédica.

A aproximação de agricultores que adotam sistemas orgânicos de produção com os ditos “naturais” ou convencionais possibilitou que agricultores que já possuíam interesse em realizar a transição agroecológica tivessem maior acesso aos grupos de SPG-Abio atuantes no município.

Após o início da FAF-Rural pelo menos três agricultores se associaram e certificaram nos SPG-Abio, e pelo menos cinco estão em processo de transição e de credenciamento junto a esses grupos de agricultores orgânicos, ofertando alimentos saudáveis, frescos, livres de contaminantes e com alto valor nutricional, promovendo a segurança alimentar, e melhorando a alimentação de seus consumidores.

As bancas apresentam alta diversidade de produtos, porém conforme verificado neste trabalho, os consumidores solicitam maior variedade de frutas e

possibilidade de organização de cestas de compras demonstrando um dos pontos de melhoria onde assistência técnica e extensão rural pode atuar.

O faturamento de aproximadamente 196 mil reais em 12 meses de funcionamento demonstra claramente o potencial que esse espaço de comercialização tem de ajudar os agricultores na superação das dificuldades para a comercialização dos seus produtos e incremento da renda familiar.

A aproximação dos agricultores com a universidade e demais empresas de pesquisa inseridas no município oportunizam a melhoria das técnicas de produção, qualidade dos alimentos, acesso aos grupos de SPG aumentando a quantidade de produtores orgânicos e a oferta de alimentos livres de contaminantes, e a socialização de tecnologias desenvolvidas por estudantes, professores e pesquisadores. Assim como a interação com os agricultores possibilitam o trabalho em conjunto para detectar as reais necessidades e o desenvolvimento que tecnologias viáveis a aplicação no campo.

Outro aspecto importante a ser observado é que interação dos estudantes com os agricultores pode auxiliar na formação de técnicos mais preparados, sensíveis e com olhar crítico em relação às questões que envolvem a agricultura familiar da região. De forma que possam atuar em prol deste segmento.

A atuação da autora nesse projeto enquanto residente tornou-a uma profissional mais preparada, sensível, politizada e preocupada com as temáticas inerentes ao segmento da agricultura.

Por fim a FAF-Rural pode ser entendida como uma catalisadora das ações de extensão, possibilitando a aplicação de um método de ensino que dialogue com as questões diárias reais das necessidades dos sujeitos e setores populares. E, como desdobramento dessa avaliação positiva, tanto da comunidade acadêmica e dos agricultores participantes da feira, o atual projeto deverá ser ampliado para outros dois campi da UFRRJ, Nova Iguaçu e Três Rios, se tornando um programa. Atuando com mais frentes para alcançar o objetivo de desenvolvimento da agricultura familiar local, regional e interação no âmbito de extensão da comunidade acadêmica e a comunidade da localidade.

CAPÍTULO II

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA CHAMADA Nº. 01/ 2016

RESUMO

Programa de Aquisição de Alimentos na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: relato de experiência da Chamada n. 01/ 2016

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, instituído pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Suas finalidades são promover o acesso da agricultura familiar aos mercados das compras públicas; oportunizar à população o acesso à alimentação em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável; incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentivar a agricultura familiar, fortalecendo circuitos locais e regionais; estimular o cooperativismo e o associativismo; promover hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional. A modalidade compra institucional do PAA permite que órgãos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, incluindo as universidades, efetuem a compra de alimentos da agricultura familiar. Objetivou-se neste trabalho descrever e analisar a experiência de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Restaurante Universitário (RU) da UFRRJ (Campus Seropédica) por meio da modalidade compra institucional do PAA, ou seja, pesquisando a percepção dos agricultores sobre o PAA na UFRRJ e analisando o papel da Residência Agrônômica na execução da primeira Chamada Pública do Programa de Aquisição de Alimentos na UFRRJ. Na execução do PAA foram adquiridos 9.434 kg de alimentos, divididos em 354 caixas de banana prata climatizada, 127 caixas de aipim e 134 kg de abóbora, equivalente a um total de R\$ 25.369,93. Desses, R\$ 19.996,02 (78,8%) se referem à entrega de bananas pelo fornecedor A, e R\$ 5.373,91 à entrega de aipim (R\$ 4.942,43, 19,4%) e abóbora (R\$ 431,48, 1,7%), pelo fornecedor B. Os resultados demonstraram claramente o potencial que as Compras Públicas têm de assessorar os agricultores na superação das dificuldades para a comercialização dos seus produtos, com pagamento de preços justos e reinserção de grupos vulneráveis e excluídos nas cadeias de valor.

Palavras-chave: Programa de Aquisição de Alimentos; Restaurante Universitário; Residência em agronomia.

ABSTRACT

Food Acquisition Program at the Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: experience report from the Call n. 01/2016

The Food Acquisition Program (PAA) is part of the National System of Food and Nutrition Security - SISAN, instituted by the Law No. 11,346, issued on September 15, 2006. Its purpose is to promote family agriculture access to public procurement markets; to provide the population with access to food in sufficient quantity, quality, and regularity, from the perspective of the human right to adequate and healthy food; to encourage the consumption and appreciation of food produced by family farming; to increase biodiversity and organic and agroecological production of food; to encourage family farming, strengthening local and regional circuits; to stimulate cooperativism and associativism; to promote healthy eating habits at local and regional levels. The institutional purchasing modality of the PAA allows the direct and indirect federal public administration, of states and municipalities, including the universities, to purchase food from family agriculture instances. The objective of this work is to describe and analyze the experience of acquisition of foodstuff from family farmers by the University Restaurant (RU) of the UFRRJ (Campus Seropédica), through the institutional purchase of the Food Acquisition Program. To accomplish that, a research of the farmers' perception of the PAA in the UFRRJ was made, as well as an analysis of the role of the Agronomic Residency in the execution of the first Public Call for the Food Acquisition Program at UFRRJ. The PAA records show that an amount of 354 boxes of lady's finger bananas, 127 boxes of apples, and 134 kg of pumpkin were purchased, totaling 9,434 kg of food, worth R\$ 25,369.93, of which R\$ 19,996.02 (78.8%) were from the delivery of bananas by supplier A, and R\$ 5,373.91 from the delivery of cassava (R\$ 4,942.43, 19.4%), and pumpkin (R \$ 431.48, 1.7%) by supplier B. The results clearly indicate the potential of the institutional purchase for supporting the farmers in their efforts to overcome their difficulties regarding to sell their products by fair prices, and also for reinserting vulnerable and marginalized groups in the value chain.

Keywords: Food Acquisition Program; University Restaurant; residence in agronomy.

5.1 Introdução

A agricultura familiar é de fundamental importância para a agropecuária brasileira como fornecedora de alimentos para o mercado interno, sem a qual não seria possível alcançar um sistema nacional de segurança alimentar. Este segmento produtivo responde por 10% do Produto Interno Bruto (PIB), 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária e 74,4% da ocupação de pessoal no meio rural (12,3 milhões de pessoas), acessando 30% da superfície agrícola e 25% dos financiamentos públicos destinados ao conjunto do setor (SABOURIN, 2007; NOGUEIRA JUNIOR et al., 2014).

A mão-de-obra da agricultura familiar associa diferentes competências incluindo produção, transformação e comercialização dos produtos. Em virtude das pressões dos grandes mercados por escala, frequência, qualidade, homogeneidade e especialização, a comercialização se constitui um verdadeiro entrave aos agricultores familiares, resultando em baixa remuneração pelos seus produtos e a dependência por atravessadores, relação característica de circuitos longos de comercialização (STRAUCH et al., 2012).

Os circuitos longos se caracterizam pelo comércio para grande distribuição, que requer vasta concentração de terras, sistemas de produção especializados para grandes escalas a fim atender redes agroindustriais que percorrem extensos percursos até o acesso do consumidor final, mobilizando diversos intermediários neste processo, culminando no distanciamento do campo e cidade, na redução da remuneração do produtor e onerando o preço para o consumidor. As técnicas de produção empregadas são mecanizadas requerendo grandes maquinários e as distâncias que o alimento percorre implicam num balanço energético desfavorável e perdas expressivas. O saldo para os atores locais e o desenvolvimento do território não é favorável, pois prejudicam a autonomia do agricultor, o meio ambiente, a qualidade de vida e a estrutura social além de favorecer a concentração do capital, tornando este sistema de produção e consumo passível de críticas e questionamentos. (BAVA, 2012; DAROLT et al., 2013).

Os circuitos curtos caracterizam-se por estabelecer no máximo um intermediário entre produtor e consumidor. A comercialização em circuitos curtos oferece ao produtor familiar o acesso ao mercado sem a presença de intermediários, sendo distinguida, a venda direta produtor-consumidor ou com um único intermediário. Esses circuitos impactam positivamente a economia local com o pagamento de preços mais justos, criação de oportunidades de trabalho e renda, aproximação de produtores e consumidores (DAROLT et al., 2013).

Compras Institucionais são caracterizadas como venda direta e, nesse caso, a sociedade é representada pelo estado que atua como consumidor coletivo, destacando-se no país o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O PAA integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, instituído pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Suas finalidades são: promover o acesso da agricultura familiar aos mercados das compras públicas; oportunizar à população o acesso à alimentação em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável; incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentivar a agricultura familiar, fortalecer circuitos locais e regionais; estimular o cooperativismo e o associativismo; promover hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional (BRASIL, 2003; BRASIL, 2011; BRASIL, 2012).

A modalidade compra institucional do PAA possibilita à administração pública direta e indireta federal, dos estados e municípios incluindo as universidades,

efetuarem a compra de alimentos da agricultura familiar (Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006) por meio de Chamada Pública. Nessa modalidade, cada fornecedor (unidade familiar ou organização fornecedora) pode vender até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) anualmente para cada Órgão Comprador, independente dos fornecedores participarem de outras modalidades do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Cada organização fornecedora pode vender por ano, respeitados os limites por unidade familiar, R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) para cada órgão comprador (MDS, 2016).

A partir do mês de dezembro do ano de 2015, estabeleceu-se no âmbito da Administração Pública Federal, o percentual mínimo de 30% para aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários, tornando obrigatória a implantação do Programa nas universidades públicas que contam com recursos para essa rubrica (BRASIL, 2015).

A UFRRJ destina parte de seus recursos orçamentários para compra de gêneros alimentícios aos restaurantes universitários dos campi Seropédica e Nova Iguaçu. Apenas no restaurante do Campus Seropédica são servidas, diariamente, cerca de 4.500 refeições, consumindo 900 toneladas de frutas, legumes e verduras ao ano. Além disso, é uma instituição tradicional nos cursos de ciências agrárias podendo conceder apoio aos agricultores familiares da Baixada Fluminense para melhoria da produção, processamento e planejamento agrícola.

Um dos entraves para a implantação do PAA é a falta de assistência técnica e extensão rural (ATER) que pode resultar numa adesão frustrada ao programa e a descontinuidade da iniciativa. De acordo com Pires et al. (2013) dentre as dificuldades encontradas para o abastecimento de mercados institucionais por parte da agricultura familiar, destaca-se a necessidade de articulação entre quantidade, periodicidade, padronização e logística para a entrega dos produtos. Neste sentido é importante ressaltar as dificuldades enfrentadas pelos agricultores, sem o apoio técnico e orientação adequados, atender às exigências e estabelecer comunicação eficiente com o corpo técnico dos restaurantes universitários (RU's). Desse modo, a assistência técnica pode representar o diferencial para que os agricultores acessem esses canais de comercialização, contribuindo para prepará-los para esses mercados, principalmente no que se refere ao planejamento de produção.

Um dos gargalos para a implantação do PAA na UFRRJ consolida-se nos processos burocráticos da administração pública, reforçados pela ausência de experiência anterior que instrua as compras da agricultura familiar por meio de chamada pública com dispensa de licitação. Além disso, ressaltam-se poucas informações aos servidores sobre a agricultura local, a ocorrência de paralisações e greves com interrupção do andamento regular dos processos, particularmente nos anos de 2015 e 2016, em que a UFRRJ, como as outras instituições públicas atravessou uma crise orçamentária e política que culminou com o impeachment da Presidente Dilma Vana Rousseff.

A UFRRJ foi a primeira universidade pública no estado do Rio de Janeiro a aderir ao PAA, a partir de ações intersetoriais entre Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros (Proaf) e de Assuntos Estudantis (Proaes), Restaurante Universitário e Divisão de Suprimentos e Gestão da Assistência Estudantil (Digsaes) e Instituto de Agronomia. No presente estudo, realizou-se a descrição dessa experiência, sob o ponto de vista da autora, engenheira agrônoma, recém-formada na UFRRJ, que participou dos processos de construção e operacionalização da 1ª Chamada Pública do Programa de Aquisição de Alimentos na UFRRJ.

As questões de pesquisa que nortearam o presente estudo foram:

Como a Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar contribuirá para atendimento da demanda do Restaurante Universitário da UFRRJ? O Programa impactará a realidade dos agricultores/ fornecedores e terá continuidade na UFRRJ? Qual foi o papel da Residência Agronômica nesse processo?

5.2 Objetivos

- Descrever e analisar a experiência de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Restaurante Universitário (RU) da UFRRJ (Campus Seropédica) por meio da Modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos;
- pesquisar a percepção dos agricultores sobre o PAA na UFRRJ;
- analisar o papel da Residência Agronômica na execução da primeira Chamada Pública do Programa de Aquisição de Alimentos na UFRRJ.

5.3 Metodologia

5.3.1 Pesquisa bibliográfica e documental

Para a elaboração do referencial teórico, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental utilizando fontes primárias e secundárias. Foi realizada pesquisa com vistas a descrever a experiência de construção e condução da Chamada nº. 01/2016 do Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade Compra Institucional, para suprir parte da demanda de alimentos do Restaurante Universitário do Campus Seropédica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob o olhar da autora que fez parte desse processo atuando como bolsista Residente em Agronomia.

5.3.2 Histórico do Programa de Aquisição de Alimentos na UFRRJ

Em 2013, a Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros (Proaf) juntamente com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proaes) articularam reuniões entre professores, técnicos, estudantes, agricultores familiares e seus coletivos para apresentar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e realizar o levantamento da oferta local de gêneros alimentícios para atendimento às demandas de gêneros alimentícios do Restaurante Universitário (RU) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus Seropédica (RJ).

Ao final de dois encontros foram elencados três produtos, ofertados por agricultores da Baixada Fluminense, para compor a primeira chamada pública da UFRRJ: abóbora, mandioca (aipim) e banana prata climatizada.

Posteriormente, foi nomeada pela Proaes, uma Comissão de Julgamento (CJ) do PAA na UFRRJ, composta por dois funcionários da Divisão de Suprimentos da Assistência Estudantil (Digsaes) e por uma representante do corpo técnico do RU. A CJ assumiu as funções de estudar a legislação referente ao Programa, elaborar as minutas dos editais das chamadas públicas, habilitar e classificar as propostas para fornecimento pelos agricultores familiares. Após a elaboração do edital pela CJ o mesmo foi encaminhado para apreciação da Procuradoria Federal da UFRRJ.

Em 2014, com vistas a operacionalizar o PAA na UFRRJ, elaborou-se o projeto “Fortalecimento da Agricultura Familiar na UFRRJ: construção de mercados e assistência técnica para o desenvolvimento local”, que foi submetido à Pró-reitoria de Extensão (Processo nº 23083.003461/2015). Com quatro eixos de ação, o Projeto visava além da facilitação e acompanhamento do PAA, a implantação da

Feira de Agricultura Familiar no Campus Seropédica (FAF-Rural), a capacitação e a Residência Agrônômica com enfoque agroecológico para prestar assistência técnica e extensão rural aos agricultores beneficiados.

No ano seguinte, realizou-se um concurso para seleção de dois agrônomos residentes, no qual a autora do presente estudo foi aprovada e contratada como Residente em Agronomia para atuar no Projeto. A Procuradoria Federal solicitou uma justificativa para a Universidade aderir a essa modalidade do Programa e após o envio pela coordenação do Projeto, autorizou a publicação da Chamada Pública (Anexo J).

No mês de março de 2016, realizou-se reunião com o corpo técnico do RU, Emater-Rio e o Instituto de Terra e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) com o intuito de receber contribuições para a minuta do primeiro edital da Chamada Pública da UFRRJ. Após discussão e análise pelos participantes, foram incluídos agricultores individuais, pois inicialmente só seriam contemplados grupos formais.

5.3.3 Atuação da Residência Agrônômica na Chamada nº. 01/ 2016 do PAA na UFRRJ

Em 2015, foi lançado o edital nº. 3/ 2015 para seleção de um engenheiro agrônomo para atuar em fitotecnia, área de concentração jardinagem e paisagismo, a autora foi aprovada na prova escrita e na primeira entrevista sendo selecionada com mais três candidatos para uma segunda entrevista. Os quatro finalistas foram aprovados no processo seletivo, porém este edital contemplava somente uma vaga.

No mês de março de 2015 a autora e outro candidato finalista foram convocados para nova entrevista pela coordenação do Projeto para atuar no apoio a construção, organização e gestão de uma feira na universidade, bem como apoiar a implantação e execução do PAA e foram aprovados.

Dentre as responsabilidades dos residentes listavam-se a prestação de assistência técnica às associações de produtores participantes do PAA-Rural e da FAF-Rural, desenvolvendo atividades que contemplasse a gestão e manejo da produção, beneficiamento e comercialização dos alimentos. Em atendimento ao PAA na UFRRJ, as ações previam que os residentes deveriam prestar assistência técnica com ênfase para a produção dos itens comprados pela UFRRJ, entrega de acordo com o cronograma, em quantidade e com a qualidade exigida no edital. Porém na prática devido a diversos motivos a atuação da residente na Chamada nº. 1/ 2016 após classificação dos fornecedores e início das entregas foi atuar como interlocutora entre a universidade e os fornecedores.

A residente divulgou a primeira Chamada a potenciais fornecedores em ação conjunta a Emater-Rio, participou da abertura dos envelopes de habilitação e proposta de venda e classificação dos fornecedores, acompanhou todas entregas dos gêneros alimentícios, auxiliou a emissão de notas fiscais dos produtores junto a Divisão de Suprimentos da Assistência Estudantil (Digsaes), negociou alternativas junto ao corpo técnico do RU para evitar interrupção das entregas devido as obras estruturais do restaurante, acompanhou sistematicamente junto a Pró-reitoria de assuntos financeiros o pagamento das notas fiscais a fim de evitar atrasos.

5.3.4 Pesquisa dos fornecedores do PAA na UFRRJ

No mês de janeiro de 2018, foi realizada uma entrevista na qual foi pesquisada a percepção dos fornecedores sobre os pontos positivos e negativos da Chamada n.º 01/ 2016 do Programa de Aquisição de Alimentos da UFRRJ.

5.4. Resultados e Discussão

5.4.1 Chamada nº.01/2016 do Programa de Aquisição de Alimentos na UFRRJ

No dia 28 de junho de 2016, foi publicado o primeiro edital da Chamada pública do PAA pela UFRRJ (Chamada nº. 1/ 2016; Processo nº 23083.10177/2014-51) para aquisição de 9.000 kg de abóbora, 5.000 kg de aipim e 14.000 kg de banana prata climatizada, para abastecimento de parte da demanda do RU do Campus Seropédica, com valor total de R\$ 75.100,00, a depender do preço do dia, publicado no Boletim SIMA da Pesagro-Rio⁴ (Tabela 13; Anexo K).

Tabela 13. Itens e quantidade de gêneros alimentícios do edital da Chamada Pública nº. 1/ 2016 para aquisição direta da agricultura familiar pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA) em junho de 2016.

Item	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Mandioca (aipim)	Caixa de 20 Kg	250	R\$ 30,00	R\$ 7.500,00
Banana prata climatizada	Caixa de 20 Kg	700	R\$ 58,00	R\$ 40.600,00
Abóbora madura	Kg	9000	R\$3,00	R\$ 27.000,00
			Total	R\$ 75.100,00

Identificaram-se a necessidade de correções no edital, bem como a publicação dos Anexos que ficaram faltando no site da UFRRJ e as Erratas (Anexo L).

Para participar, os agricultores entregaram dois envelopes. O primeiro contendo os documentos para habilitação de fornecedores individuais ou seus coletivos, sendo: a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) ou Jurídica (CNPJ); b) Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP física ou jurídica); c) Cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União; d) cópia do Estatuto e ata de posse da diretoria da entidade de organizações formalmente constituídas, e para empreendimentos familiares, exigiu-se a apresentação do Contrato Social; e) a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda. Para que os produtores orgânicos fossem habilitados exigiu-se Certificado de Produtor Orgânico ou Declaração de Cadastro de Produtor Orgânico emitidos por Organismo de Avaliação de Conformidade Orgânica (OAC) e credenciado pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

No segundo envelope, os proponentes apresentaram suas propostas de venda (Anexo L). Não foi estabelecido um cronograma para entrega dos alimentos no edital, sendo realizada por demanda do RU.

⁴ Boletim publicado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro –Pesagro-Rio- Centro Estadual de Economia Rural / Sistema de Informação do Mercado Agrícola (SIMA); Cotação Mensal dos Preços Praticados no Mercado Atacadista da CEASA –RJ.

A abertura e análise dos envelopes contendo os documentos exigidos para habilitação e propostas das vendas foram realizadas no dia 25 de julho de 2016. A Comissão de julgamento conferiu os documentos, classificou as propostas e divulgou os resultados na página da Proaf, Proaes e no Diário Oficial da União.

As propostas habilitadas foram classificadas de acordo com o critério de prioridade, sendo nessa ordem: agricultores do município, assentados, quilombolas, comunidades tradicionais e orgânicos e, em segundo lugar, pelo maior percentual de desconto nos preços do dia divulgados pelo Boletim SIMA da Pesagro-Rio.

Ao todo, cinco agricultores de Seropédica (RJ) se interessaram em participar e entraram em contato com o escritório local da Emater-Rio, no entanto, foram submetidas apenas duas propostas. Um dos fatores que colaborou para a fraca participação, possivelmente relacionou-se às exigências de documentos para habilitação dos fornecedores. O edital da UFRRJ foi desenvolvido considerando a participação de grupos formais com DAP jurídica. A partir da inclusão de agricultores familiares individuais, foram mantidas as mesmas exigências de documentos para habilitação das propostas, notadamente as certidões negativas do INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União. Ressalta-se que pelo menos três agricultores não puderam participar da 1ª Chamada porque não conseguiram emitir as cópias de certidões negativas do FGTS e INSS. A regularidade perante o FGTS é obrigatória para que empregadores possam relacionar-se com os órgãos da Administração Pública (BRASIL, 1995), sendo inapropriada a cobrança desse documento para agricultores individuais. Uma proposta de mudança na exigência documental não foi aceita imediatamente pela Comissão de Julgamento e implicaria em submissão do Processo à Procuradoria Federal, de forma a interrompê-lo. Dessa forma, optou-se por não fazê-lo e propor modificações nos editais das próximas chamadas.

O processo burocrático exigido, bem como a carência de informações sobre as compras sem licitação de agricultores individuais são os principais gargalos para os servidores que operacionalizam as Compras Públicas pelas Universidades. Por parte dos agricultores, também há pouco conhecimento sobre a documentação, dificuldade de leitura e entendimento do edital, o que torna fundamental o papel da ATER, aqui representada pela Emater-Rio em ação intersetorial com a Residência Agrônômica. Além disso, depreende-se pelo relato de agricultores uma relação de desconfiança com relação às compras públicas devido aos atrasos de pagamento e inadimplência observados em chamadas realizadas por órgãos públicos (PINTO, 2017; PIRES et al., 2013; SANTOS et al., 2012).

Destaca-se ainda que os preços pagos para os agricultores participantes do PAA na UFRRJ foram baseados no Boletim SIMA que apresenta uma média da cotação diária no mercado atacadista de Irajá da CEASA-RJ. Na ocasião da publicação do edital, o preço do quilograma de mandioca foi de R\$ 1,50. Houve pelo menos uma cooperativa de agricultores que desistiu de participar do Programa devido ao baixo preço do aipim, insuficiente para pagar o custo de produção e a logística para entrega.

O preço de referência para aquisição de alimentos da agricultura familiar deve ser definido pela média de três pesquisas de preços praticados no mercado atacadista local ou regional. Na impossibilidade de realização de pesquisa no mercado atacadista para compra de produtos agroecológicos ou orgânicos admitem-se preços de aquisição com acréscimo de até 30% em relação aos estabelecidos para produtos convencionais (BRASIL, 2013). O pagamento do preço no PAA deve ser justo tanto para o órgão executor como para o fornecedor, por este motivo na UFRRJ optou-se pelo uso do Boletim do Sistema de Informação do Mercado Agrícola (SIMA) baseado no mercado atacadista de Irajá da CEASA-RJ, porém, é

importante ressaltar que em determinadas épocas do ano alguns alimentos como a mandioca, muito produzida no estado e amplamente ofertada, apresentam preços muito baixos, por este motivo é importante estimular a produção agroecológica ou orgânica para a melhor remuneração dos agricultores.

Na presente experiência, mesmo com o trabalho articulado dos residentes e da Emater-Rio, não foi possível permitir uma participação mais ampla dos agricultores familiares interessados, o que além dos fatores elencados, possivelmente se relaciona ao curto prazo entre a publicação do edital e o recebimento das propostas de venda, de apenas 27 dias. Esse curto prazo inviabilizou a emissão de outros documentos com a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e a nota fiscal (modelo quatro) sem os quais não é possível acessar a chamada pública.

Após a análise e aprovação pela Comissão de Julgamento das duas propostas apresentadas, os contratos foram redigidos e assinados no mês de setembro de 2016. Um agricultor, identificado como “fornecedor A” se comprometeu a entregar 6.000 kg banana (cerca de 300 caixas) e dois agricultores, formando um grupo informal, identificado como “fornecedor B”, se comprometeu com a entrega de 5.000 kg de abóbora e 2.000 kg de aipim. Os contratos firmados contemplaram cerca de 50% da demanda prevista no edital, com empenho total de R\$ 40.000,00, sendo R\$ 20.000,00 em nome de cada fornecedor, valor máximo permitido na legislação por órgão contratante por ano (BRASIL, 2015) (Tabela 14). A vigência dos contratos foi de 14 de setembro de 2016 a 14 de setembro de 2017. O fornecedor A estava em transição agroecológica e o fornecedor B já era certificado como orgânico pelo SPG-Abio, tendo sido habilitado como “Produtor Orgânico” e apto a receber 30% a mais na cotação do preço do dia pelos gêneros adquiridos pelo RU.

Tabela 14. Gêneros alimentícios, quantidade demandada, contratada e percentual de atendimento por agricultores familiares na Chamada Pública nº. 1/2016 do Programa de Aquisição de Alimentos, Modalidade Compra Institucional, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Item	Quantidade		Percentual (%)
	Demandada	Contratada	
Mandioca (Caixa de 20 kg)	250	100	40
Banana (Caixa de 20 kg)	700	300	43
Abóbora (kg)	9000	5000	56

Foram realizadas 23 entregas de banana prata climatizada a partir de 27 de setembro de 2016, de 1 a 2 vezes por semana e, no mês de abril de 2017, semanalmente até a primeira semana de julho de 2017, quando o fornecedor A atingiu o valor máximo de venda anual (Tabela 15).

Tabela 15. Itens, quantidades contratadas e entregues ao Restaurante da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica) por agricultores familiares por meio da Chamada Pública n. 01/2016 do Programa de Aquisição de Alimentos, no período de setembro de 2017.

Item	Quantidade		Percentual (%)	Valor (R\$)
	Contratada	Entregue		
Aipim (Caixa de 20 kg)	100	127	127	4.942,43
Banana (Caixa de 20 kg)	300	354	118	19.996,02
Abóbora (kg)	5000	134	2,7	431,48
			Total	25.369,93

As entregas de aipim (n=20) previstas para iniciar a partir do mês de setembro de 2016, foram realizadas apenas a partir do mês de abril de 2017 por diversos motivos, destacando-se uma greve de servidores e professores e ocupação da Universidade por estudantes em protesto contra à Emenda Constitucional do teto dos gastos públicos (PEC 241⁵) e a reforma do Ensino Médio⁶, no período entre outubro de 2016 a março 2017. Essa conjuntura comprometeu negativamente o funcionamento da Universidade e conseqüentemente diminuiu o número de refeições servidas no R.U., impactando as entregas dos alimentos pelos fornecedores. A Residência atuou fazendo a interlocução entre os fornecedores e a equipe do R.U. para constantes reajustes no cronograma considerando a época de plantio e colheita e o volume de produtos a ser entregue. Para tentar superar o problema de interrupção das aquisições, o escoamento de parte dos alimentos foi realizado para o Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Paulo Dacorso Filho⁷ (CAIC).

Com relação a abóbora, houve somente uma entrega que totalizou cerca de 3% do volume contratado do fornecedor B. O principal fator se deveu a quebra de produção por duas vezes consecutivas em decorrência de déficit hídrico e ausência de infraestrutura nas unidades de produção dos produtores integrantes do grupo fornecedor B.

Por meio da experiência relatada por outras Instituições Públicas (IP) a articulação entre oferta e demanda é um dos gargalos observados nas compras institucionais, bem como a padronização, logística de entrega, periodicidade e sazonalidade na entrega dos alimentos e o descumprimento do contrato por parte dos agricultores (PIRES et al., 2013)

É importante ressaltar que no PAA na UFRRJ não foi observado problemas relacionados a padronização e qualidade dos produtos, pois o descumprimento por parte do produtor está relacionado ao aumento da temperatura, mudanças no

⁵ A PEC 241 ou PEC 55, dependendo da Casa legislativa, é uma proposta de emenda constitucional aprovada pela Câmara dos deputados e o Senado, que congela as despesas do Governo Federal, com cifras corrigidas pela inflação por até 20 anos.

⁶ A reforma do Ensino Médio é um conjunto de novas diretrizes para alteração do atual Ensino Médio. Foi sancionado em 16 de fevereiro de 2017 e surgiu como Medida Provisória, por isso, tinha força de lei desde a sua publicação no diário Oficial da União.

⁷ Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Paulo Dacorso Filho (CAIC) é uma escola localizada no campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e sua gestão é compartilhada entre a universidade, com a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro e Prefeitura de Seropédica.

regime de chuvas e estrutura deficientes da unidade de produção como a falta de um sistema de irrigação que afetaram a produção da abóbora.

O descumprimento do contrato por parte do fornecedor B não foi um problema para o R.U. da UFRRJ, pois o corpo técnico do restaurante tem a possibilidade de solicitar ao fornecedor habitual via licitação.

No total, foram adquiridos 354 caixas de banana prata climatizada, 127 caixas de aipim e 134 kg de abóbora, totalizando 9.434 kg de alimentos, equivalente a um total de R\$ 25.369,93, sendo R\$ 19.996,02 (78,8%) referentes à entrega de banana pelo fornecedor A e R\$ 5.373,91 referentes à entrega de aipim (R\$ 4.942,43) (19,4%) e abóbora (R\$ 431,48) (1,7%) pelo fornecedor B.

O preço da caixa de banana prata variou entre R\$ 44,55 a R\$ 67,32, com cotação média de R\$ 56,19. O fornecedor A recebeu o valor da caixa de banana, de acordo com a classificação máxima, descontado o percentual de desconto de 1% fixado na proposta. Durante o andamento da Chamada nº. 1/ 2016, o fornecedor A foi certificado como orgânico pelo SPG-Abio, mas não foi possível pagar o sobrepreço de 30% porque ele não foi habilitado como orgânico na primeira fase do processo de seleção.

O preço da caixa de aipim pago ao fornecedor B variou entre R\$ 32,18 e R\$ 45,05 com cotação média de R\$ 38,61. Enquanto o preço do quilograma de abóbora, que foi entregue uma única vez, foi de R\$ 3,22, o percentual de desconto foi de 1%. Para ambos os gêneros, o fornecedor B recebeu o valor da cotação máxima, acrescido de 30% para produtores orgânicos.

O acréscimo de 30% no pagamento para os produtores orgânicos é uma oportunidade de estimular a adoção de práticas agroecológicas mais adequadas à sustentabilidade dos sistemas de produção, diversificação da produção melhorando o autoconsumo familiar, resgate e valorização de alimentos tradicionais, bem como aumento da renda monetária mensal, social e saúde das famílias. Considerando os estudantes que se alimentam no restaurante tem a segurança alimentar garantida a consumindo um alimento mais saudável, livre de contaminantes, maior valor nutricional além de estimular a promoção e valorização de hábitos alimentares locais (BECKER e ANJOS, 2010; SANTOS et al., 2012; HESPANHOL, 2013; SILVA e ALMEIDA, 2013).

Todas as notas fiscais (n=44) foram pagas pela UFRRJ dentro do prazo máximo de 15 dias após a emissão, conforme previsto no edital da Chamada Pública e neste aspecto a Residência atuou sistematicamente no monitoramento da emissão e entrega das notas a fim de evitar atrasos.

No PAA, para realização do pagamento, o fornecedor precisa emitir as notas fiscais modelo quatro e receber o ateste do recebedor dos gêneros alimentícios. Alguns trabalhos constataram por meio de pesquisa, que o atraso de pagamento é uma questão crítica do Programa, principalmente a modalidade operacionalizada pela Conab. As justificativas são o desconhecimento das regras do PAA pelos agricultores e a burocracia excessiva. Como decorrência dos atrasos há receio por parte dos agricultores em manter seus compromissos de fornecimento, o que inviabiliza o planejamento, podendo provocar descumprimento do cronograma, bem como desestimular a participação dos agricultores. (CHMIELEWSKA et al., 2010; SILVA et al., 2009; VIEIRA, 2008). Por estes relatos para que o Programa possua credibilidade e tenha boa adesão é fundamental que os pagamentos sejam realizados em dia.

5.4.2 Pesquisa dos fornecedores e de técnicos do Restaurante Universitário

O fornecedor A afirmou que durante as entregas de banana prata climatizada, foi muito bem acolhido pelo corpo técnico do R.U. e pelos funcionários da Digsaes, setor responsável pelo recebido nas notas fiscais. De acordo com o relato desse fornecedor, o acesso ao PAA propiciou uma melhoria considerável na sua situação financeira e pessoal, bem como lhe ofereceu novas oportunidades de comercialização de seus produtos e condições para se manter na atividade agrícola. O agricultor afirmou que a atuação das técnicas da Emater-Rio do escritório de Seropédica foi fundamental para que tomasse conhecimento da Chamada Pública, para auxiliá-lo na emissão da documentação necessária e para a elaboração da proposta de venda. Com o faturamento bruto de cerca de 20 mil reais, ele pôde investir na propriedade, ampliando as áreas de produção de banana, adquirindo mudas de viveiros certificados. Além disso, financiou um trator e a construção de uma casa na unidade de produção, pois o mesmo afirmou que pretende voltar a morar no sítio.

Como ponto negativo, o agricultor citou o preenchimento das notas fiscais como um processo trabalhoso, porque era necessário esperar a publicação do Boletim SIMA no horário da tarde e, como as entregas eram na parte da manhã, as notas não podiam ser preenchidas no mesmo dia. Por fim, o agricultor disse que se sente grato à Emater-Rio e a UFRRJ, e, afirmou que pretende continuar a fornecer para a Universidade, tem expectativa de ser habilitado como Produtor Orgânico membro do SPG-ABIO registrado no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do MAPA, “hoje possui uma nova visão e espera melhorar cada dia mais”.

Um dos agricultores participantes do grupo informal fornecedor B afirmou que o principal ponto positivo do PAA para ele, foi a garantia da comercialização porque “o agricultor tem a venda programada para um período determinado.” O mesmo é integrante do grupo SPG-ABIO e recebeu uma bonificação de 30% nos preços do mercado convencional atacadista, em reconhecimento à sua qualidade orgânica. Esse fator lhe estimulou a continuar a fornecer alimentos pelo Programa na UFRRJ. Como ponto negativo, o fornecedor B ressaltou o fato de que os agricultores ficaram à mercê da oscilação de preços da cotação diária do Boletim SIMA e, ele acredita que “seria melhor se o preço fosse fixo baseado numa média, como ocorre no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Deste modo, o agricultor sabe antecipadamente o valor que vai receber.” Ele também afirmou que apesar da oscilação dos preços, não achou injusta a cotação dos gêneros alimentícios por ele ofertados. O outro participante do grupo afirmou que “o ano foi muito ruim para a produção de abóbora, pois o clima não foi favorável o que resultou no descumprimento do contrato”. Na unidade de produção, ele não contava com sistema de irrigação, houve períodos com temperaturas muito elevadas e ocorrência de veranicos, impactando negativamente na produção de várias culturas, inclusive nas áreas de outros produtores participantes do grupo SPG-Abio. Outra observação do fornecedor é que ele possuía apenas duas opções de alimentos para fornecer que eram o aipim e a abóbora. Ele entende que a universidade escolheu três produtos somente para iniciar e verificar como o PAA funcionava na prática, mas ainda assim a restrição foi limitante para ele.

O fornecedor sugeriu que a organização do calendário/ planejamento de produção seja realizado com a maior antecedência e que seja informado no edital da Chamada Pública para que o produtor se organize previamente para que no período da entrega, tenha o produto no volume e qualidade adequados. O fornecedor afirmou que o Programa é muito bom para o agricultor no sentido de garantia de comercialização, apesar dos ajustes necessários para a melhor operacionalização.

Os alimentos entregues no R.U. pelos agricultores familiares fornecedores do PAA, foram considerados de excelente qualidade pelas técnicas do Restaurante

Universitário: “Os produtos atenderam aos padrões exigidos pelo RU quanto à cor da casca, tamanho e climatização em câmara fria (indução de maturação) aspecto mais exigido para banana. Adicionalmente, o sabor e a textura dos alimentos também foram aprovados pelos estudantes”. A única ressalva foi feita com relação à banana no período do inverno, pois a climatização foi insuficiente para uniformizar completamente a maturação das frutas, sem comprometer, no entanto, a qualidade desse alimento.

A banana é uma fruta climatérica que deve ser colhida na maturidade fisiológica, porém no completo desenvolvimento fisiológico a banana amadurece de maneira desuniforme. A banana apresenta várias reações químicas durante seu processo de amadurecimento, tais como a variação no teor sólidos solúveis (grau Brix) e acidez titulável. (KADER, 2002; NEVES, 2009). Desse modo para obter um amadurecimento mais uniforme dos frutos é necessário realizar a climatização que facilita a programação da comercialização (BOTREL et al., 2001). A banana produz elevados níveis de etileno durante o amadurecimento. Portanto, considerando que a qualidade está relacionada à minimização da taxa de deterioração, ou seja, à manutenção das características sensoriais do produto, se faz necessário utilizar tecnologias para a maturação controlada de menor impacto sobre o metabolismo e, não acelerem, demasiadamente o processo (ROCHA, 2005). Tradicionalmente, a maturação controlada da banana é realizada utilizando-se carbureto de cálcio, o qual libera o acetileno quando umedecido em volta das pencas, cobrindo-as com lona plástica (MEDINA, 2004). O problema é que as frutas tratadas com carbureto amadurecem rapidamente resultando num menor valor nutricional quando comparadas as amadurecidas em câmara fria.

5.5 Considerações Finais

A atuação de agrônomos residentes foi fundamental para a realização do PAA na UFRRJ. Ações intersetoriais entre a equipe do Projeto de Extensão, Comissão de Julgamento, Corpo Técnico do R.U. e Emater-Rio em diálogo com os agricultores permitiram a busca de soluções e aprimoramento dos processos para a continuidade dessa iniciativa na UFRRJ.

A Chamada nº. 1/ 2016 do Programa de Aquisição de Alimentos na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro foi elaborada visando à construção e validação de processos para começar como um piloto para aquisições de um número mais expressivo de itens e quantidades, beneficiando um número maior de agricultores e estudantes. O volume contratado no primeiro edital atendeu a um percentual ínfimo da demanda do R.U. no segmento de hortigranjeiros. Não obstante, com apenas três itens, foi possível instruir processos necessários para começar a institucionalização do Programa na Universidade. Essa etapa foi necessária para entender o funcionamento do PAA, as compras por Chamada Pública com Dispensa de Licitação e, embora ainda falte um considerável avanço para atendimento do Decreto n.º 8.473/ 2015 que estabeleceu o percentual mínimo de 30% para as universidades públicas que contam com recursos para aquisição de gêneros alimentícios, o acúmulo dessa experiência abre um horizonte para sua ampliação. Os resultados da primeira Chamada, mesmo que modestos, foram considerados impactantes na melhoria das condições de vida dos fornecedores. O programa promoveu garantias sociais, aumento de renda e consumo de alimentos saudáveis pelo agricultor familiar e pelos estudantes, além de promover o resgate da autoestima apreendida nas falas de um fornecedor.

Os resultados demonstraram claramente o potencial que as Compras Públicas têm de ajudar os agricultores na superação das dificuldades para a

comercialização dos seus produtos, com pagamento de preços justos e reinserção em cadeias de valor, de grupos vulneráveis e excluídos. Além disso, ressalta-se a segurança alimentar com a oferta de alimentos orgânicos, seguros, saudáveis e frescos, bem como estímulo à produção orgânica pelo sobrepreço justo pelo maior trabalho e risco assumido pelo agricultor orgânico. Dois problemas citados não foram claramente observados no presente estudo: os alimentos ofertados atenderam aos padrões de qualidade estabelecidos no edital e não houve quaisquer dificuldades com a falta de uniformidade dos produtos. A autora do trabalho acompanhou, todas as entregas, e, devido a sua experiência em controle de qualidade de Frutas, Legumes e Verduras (FLV) adquirida no CEASA-RJ pode afirmar que alimentos entregues foram altíssima qualidade e considerando o gosto, sabor e aroma estes são superiores aos de grandes distribuidoras. Apesar das interrupções ocorridas no funcionamento do RU, devido às ocupações, greves e obras, não foram citadas pelos fornecedores como ponto negativo do PAA na UFRRJ, possivelmente pela opção construída pela equipe do Projeto de Extensão para o escoamento dos alimentos para o CAIC.

A atuação da residência como mediação e interlocução entre a universidade e os agricultores foi fundamental para o sucesso da primeira chamada considerando que o processo era novo para todos os envolvidos e o diálogo foi uma ferramenta importante para solucionar as questões enfrentadas. Particularmente para a autora, o trabalho na residência em agronomia foi fundamental para seu crescimento profissional no sentido de torná-la hábil para solucionar as questões que envolvem a dificuldade de acesso dos agricultores familiares as políticas públicas para que esses recursos cheguem a quem é de direito.

As dificuldades citadas pelos fornecedores e observadas pela equipe do Projeto foram registradas e respaldaram uma série de modificações que foram implementadas com a Chamada n.01/2017 que está em andamento: foram abolidas as exigências documentais indevidas para agricultores individuais, houve aumento de três para 18 itens, ampliou-se o prazo entre a publicação da Chamada e o recebimento das propostas, será utilizado o boletim da CEASA-RJ do dia útil anterior à entrega dos gêneros alimentícios, favorecendo a emissão imediata da nota fiscal pelo fornecedor no momento da entrega. Além disso, foi realizado um planejamento de produção e entrega pela assistência técnica a fim de garantir o cumprimento dos contratos. Nessa Chamada já foram selecionados 16 agricultores individuais e uma cooperativa que começarão as entregas a partir do segundo período letivo de 2018. Esse encaminhamento reflete a importância do trabalho de pesquisa realizado pela autora e seu produto transcende o presente documento, pois rescinde na melhoria de processo para aquisição de alimentos pela Universidade Rural, beneficiando um maior número de agricultores e estimulando a Produção orgânica de alimentos em bases agroecológicas construídas ao longo do Mestrado Profissional em Agricultura Orgânica.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCANTARA, D. A paisagem em transformação: o planejamento do território como catalisador do equilíbrio entre desenvolvimento econômico e socioambiental em Seropédica. In: ABATE, C. e KAROL, J. L. (orgs.). UPE11 Conducir las transformaciones urbanas. Libro digital – Tomo 1 Trabajos Completos. La Plata, Universidade Nacional de La Plata. 2014.

ALCANTARA, D. de; SCHUELER, A. S. de. Gestão das águas e sustentabilidade: desafios globais e respostas locais a partir do caso de Seropédica, na Região

Metropolitana do Rio de Janeiro. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 109-126, 2015.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. A evolução do Espaço Agrário Fluminense. *GEOgraphia*. Rio de Janeiro, ano 7, n. 13, p.49 – 70, 2005.

ALMEIDA, Luciano de. Feiras de Produtos Orgânicos: apoio ao desenvolvimento de agriculturas de base ecológica. 2º EDIÇÃO. Relatório anual de projeto de extensão universitária. Ministério da Educação Universidade Federal do Paraná. Pró-reitoria de extensão e cultura coordenadoria de extensão, 2015.

ALONSO, R. da S. Levantamento e análise de fatores climáticos sobre níveis populacionais de moscas-brancas (Hemiptera: Aleyrodidae) na cultura da mandioca no Estado do Rio de Janeiro. (Dissertação de mestrado). 46f. 2009.

ALVAREZ, E.; MEJÍA, J. F.; LLANO, G. A.; LOKE, J. B.; CALARI, A.; DUDUK, B.; BERTACCINI, A. Characterization of a phytoplasma associated with frog skin disease in cassava. *Plant Disease*. v.93, p.1139- 1145, 2009.

ANUÁRIO BRASILEIRO DAS HORTALIÇAS, 2016. Santa Cruz do Sul. Editora Gazeta Santa Cruz. 64p. 2016.

ASSAD, E. D.; MARTINS, S. C.; PINTO, H. P. Sustentabilidade no agronegócio brasileiro. Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. 51p.,2012.

ARAÚJO R, O.; SOUZA, I, A; SENA, K. X. F. R.; BRONDANI, D. J.; SOLIDÔNIO, E. G. Avaliação biológica de *Foeniculum vulgare* (Mill.) (Umbelliferae/ Apiaceae). **Rev. bras. plantas med.**, Botucatu, v. 15, n. 2, p. 257-263, 2013.

ASSIS, S. C. R. DE. Implementação do programa de aquisição de alimentos, modalidade compra institucional, na Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais e situação de (in) segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares beneficiários fornecedores/ Silmara Christina Rodrigues de Assis. – Viçosa, MG, 2016. 298f.

BAVA, S. C., Circuitos Curtos de Produção e Consumo. IN BARTELT, D.D. Um Campeão Visto de Perto. Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro. p.178 - 187. Série Democracia Publicado Pela Heinrich-Böll-Stiftung, 2012.

BECKER, C., ANJOS, F. S dos. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do Sul Gaúcho. *Rev. Segurança Alimentar e Nutricional*, 61-72, v.17, n. 1, 2010

BOTREL, N., SILVA, O.F., BITTENCOURT, A.M. **Procedimentos pós-colheita**. In: MATSUURA, U.F.C.A., FOLEGATTI, M.I. da S. Banana. Pós-Colheita. Brasília: Embrapa. Informação Tecnológica -Cruz das Almas: EMBRAPACNPMF, p.32-39, 2001.

BRASIL. Dados cadastrais das Instituições de Ensino Superior no Brasil: Portal Brasileiro de Dados Abertos, 2011. Disponível em:

<http://dados.gov.br/dataset/instituicoes-de-ensino-superior/resource/20bf16da-6a37-4e3a-9e6a-cfe335641d4d>. Acesso em 12 de junho de 2016.

BRASIL. Decreto 1.946, de 28 de junho de 1996. Diário oficial da União, Brasília-DF, 01 de julho de 1996. p 11854. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm Acesso em 12 de junho de 2016.

BRASIL. Decreto 7.775, de 4 de julho de 2012. Diário oficial da União, Brasília-DF, 5 de julho, 2012a. p.3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm> Acesso em 10 de janeiro de 2018.

BRASIL. Decreto 8.473, de 22 de junho de 2015a. Diário Oficial da União, Brasília-DF. 23 de junho de 2015. p 9. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8473.htm Acesso em 12 de outubro de 2017.

BRASIL. Instrução Normativa 19, de 14 de dezembro de 2009a. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/7abcbf66-7116-4311-b31e-386c47730c76> Acesso em 09 de maio de 2016.

BRASIL. Instrução Normativa 46, de 6 de outubro de 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/PC/Downloads/instrucao-normativa-n46.pdf> Acesso em 09 de maio de 2016.

BRASIL. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Diário Oficial da União, Brasília-DF, de 22 de junho de 1993. p 8269. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm Acesso em 12 de junho de 2016.

BRASIL. Lei 9.012, de 30 de março de 1995. Diário oficial da União, Brasília-DF, 31 de março de 1995. Seção1 p.1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9012.htm. Acesso em 29 de março de 2018.

BRASIL. Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos familiares Rurais. Diário oficial da União, Brasília-DF, 27 de julho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

BRASIL. Lei 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Diário oficial da União, Brasília-DF, 3 de julho de 2003. Seção 1 p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

BRASIL. Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2003. p 8. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm. Acesso em 12 de junho 2016.

BRASIL. Lei 11.947, de 16 de junho de 2009. Diário Oficial da União, Brasília-DF. 17 de junho de 2009b. p 2. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 12 de junho de 2016.

BRASIL. Lei 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Diário oficial da União, Brasília-DF, 17 de outubro de 2011. p.1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

BRASIL. Resolução 50, de 26 de setembro de 2012b. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos. Dispõe sobre a sistemática de funcionamento de execução Compra Institucional, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar- PAA. Disponível em: <https://www.contag.org.br/imagens/fresoluo--50-de-26-de-setembro-de-2012-paa.pdf>. Acesso em: 12 de junho de 2016.

BRASIL. Resolução 59, de 10 de julho de 2013. Estabelece as normas que regem a modalidade Compra com Doação Simultânea, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, e dá outras providências. Diário oficial da União, Brasília-DF, 11 de julho de 2013. Seção 1. p.313. Disponível em: http://www.lex.com.br/legis_24599200_RESOLUCAO_N_59_DE_10_DE_JULHO_D_E_2013.aspx. Acesso em: 29 de março de 2018.

BRASIL. Resolução 73, de 26 de outubro de 2015b. Dispõe sobre a sistemática de funcionamento da modalidade de execução Compra Institucional, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Diário oficial da União, Brasília-DF, 28 de outubro de 2015. Seção 1. p.74. Disponível em: http://www.lex.com.br/legis_27037093_RESOLUCAO_N_73_DE_26_DE_OUTUBRO_DE_2015.aspx. Acesso em: 29 de março de 2018.

BRASIL. Resolução/ CD/ FNDE 38, de 16 de julho de 2009c. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8166-res038-16072009-pdf&category_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 12 de junho de 2016.

BRUNORI, G. “Alternative Trade or Market Fragmentation? Food Circuits and Social Movements”, Draft, University of Pisa, 2000. 14p.

BUAINAIN, A. M.; Silveira, J. M. da; Navarro, Z. O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola / Antônio Márcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro, editores técnicos. – Brasília, DF: Embrapa, 2014. 1182 p.

BRACK, P. Plantas Alimentícias Não Convencionais. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia v.13, n.2, 2016.

CAMARGO, R. A. L. de; BACCARIN, J. G.; Silva, D. P. B. de. O papel do programa de aquisição de alimentos (PAA) e do Programa nacional de alimentação escolar

(PNAE) no Fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. v. 8, n. 2, 2013.

CARDOSO, M. G.; CASTRO, D. P.; MUNIZ, F. R.; SILVA, V. F. Plantas aromáticas e condimentares. (Boletim Técnico, p.78) Lavras-MG. 2005. Disponível em: Acesso em: 20 de março de 2018.

CARNEIRO, F. F.; PIGNATI, W.; RIGOTTO, R. M. et al. Dossiê ABRASCO – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Parte 1 - Agrotóxicos, Segurança Alimentar e Nutricional e Saúde. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012.

CEASA-RJ. Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.ceasa.rj.gov.br/ceasa_portal/view/banco_ceasa.asp. Acesso em: 08 de maio 2016.

CENSO AGROPECUÁRIO 2006. Brasil, Grande Regiões e Unidades da Federação. ISSN 0103-6157, Rio de Janeiro, p.1-777, 2006.

CHMIELEWSKA, D; SOUZA, D.; LAURETE, C. A. O Programa de Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e as Práticas dos Agricultores Participantes Orientadas ao Mercado: Estudo de Caso no Estado de Sergipe. Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica Aplicada (Texto para Discussão 1.510). Brasília, 2010.

CHOUDHURY, D.; SAHU, J. K.; SHARMA, G. D. Bamboo shoot: microbiology, biochemistry and technology of fermentation – a review. **Indian Journal of Traditional Knowledge**, v. 11, n. 2, p. 242-249, 2012.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Boletim Hortigranjeiro.v.3. n.4, 2017.

COUTINHO, E. P.; NEVES, H. C. da N.; NEVES, H. C. da N.; SILVA, E. M. G. da. Feiras livres do brejo paraibano: crise e perspectivas. XLIV CONGRESSO DA SOBER “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Fortaleza, 23 a 27 de Julho de 2006.

CRUZ, F. A. de O.; BIGANSOLLI, A. R. Análise dos dados educacionais da cidade de Seropédica: realidade e previsão. Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI, Rio de Janeiro, vol.7, n.13, p.29-37, 2011.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDEMBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. Revista Agriculturas, v.10, n.2, AS-PTA, pag. 8 – 13, junho de 2013.

DE TARSO, A. S.; MORGANTE, C. V.; DE MELO CHAVES, A. R.; NETO, B. P. C.; VITOR, A. B.; MARTINS, D. R. P. S. & OLIVEIRA, E. J. Características fisiológicas, produção total de raízes e de parte aérea em acessos de *Manihot esculenta* em condições de déficit hídrico. Revista Brasileira de Geografia Física. 8 (7) p.685-696, 2015.

EMATER-RIO. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro. Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola – ASPA. Relatório por culturas

do sistema ASPA/AGROGEO, 2016. Disponível em: <http://www.emater.rj.gov.br/images/cul2016.htm>. Acesso em: 05 de abril de 2018.

FILGUEIRA, F. A. R. Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 3 ed. rev. e ampl. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2000.

FONSECA, M. F. de A. C.; CAMPOS, F. F. O cenário da comercialização dos orgânicos no Estado do Rio de Janeiro: I - perspectivas na visão do agricultor, II – feiras, III –processadoras/distribuidoras, IV – grandes varejistas, V – pequenos varejistas. In: AMBROSANO, E. (Coord.). Agricultura ecológica. Trabalhos apresentados no Simpósio de Agricultura Ecológica, 2 e Encontro de Agricultura Orgânica, 1, 28 de setembro a 1º de outubro de 1999, Parque de Água Branca, São Paulo. **Anais**. São Paulo: Livraria Editora Agropecuária, IAC, AAO, 1999. 5p.

FONSECA, M. F. de A. C. A Construção Social do Mercado de Alimentos Orgânicos: Estratégias dos diferentes atores da rede de produção e comercialização de frutas, legumes e verduras (FLV) in natura no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Dissertação de Mestrado, 2000. 235p.

FONSECA, M. F. de A. C. Agricultura orgânica: regulamentos técnicos para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil / Maria Fernanda de Albuquerque Costa Fonseca, com a colaboração de Cláudia de Souza... [et al.]. -- Niterói: PESAGRO-RIO, 2009.

FONSECA, M. F. de A. C.; RIBEIRO, C. B.; SIQUEIRA, A. P. P.; MACHADO, A. P.; SILVA, G. R. R.; ASSIS, R. L. Circuito Carioca de Feiras Orgânicas: a expansão da venda direta de alimentos orgânicos, o controle social, a regulamentação da agricultura orgânica e os princípios do comércio justo e solidário. Trabalho apresentado no III Colóquio de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 17 e 18 de novembro de 2011. 13p.

FRANÇA, C. G. de. O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil / Caio Galvão de França; Mauro Eduardo Del Grossi; Vicente P. M. de Azevedo Marques. – Brasília: MDA, 96p., 2009.

FRANÇA, I.S.X. et al. Medicina popular: benefícios e malefícios das plantas medicinais. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 61, n. 2, p. 201-208, 2008.

FROTA, R. C; COSTA, L. S.; DIAS, A.; OLIVEIRA, L. M.T. As potencialidades da agricultura familiar em Seropédica/RJ a partir da sistematização de experiências. Agroecol 2016. Dourados/MS, 2016.

GEIGER, P. Urbanização e industrialização na Orla da Baía de Guanabara. *Revista Brasileira de Geografia*, v.22, n.1, 1960.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo, Ed. Atlas, 197p., 2008.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2001.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável, 3. ed. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2005.

GODOY, W. I.; ANJOS, F. S. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. Resumos do II Congresso Brasileiro de Agroecologia. Rev. Bras. Agroecologia, v.2, n.1, fev. 2007.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. C. S. Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica INCRA / FAO: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2000.

GUIMARÃES, L. D. D. Agroecologia e educação agrícola: alternativa sustentável para agricultura familiar no município de Seropédica. Dissertação (mestrado em Educação Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica-RJ, 2011. 77p. Disponível em: <http://www.ia.ufrjr.br/ppgea/dissertacao/Leonardo%20Durval%20Duarte%20Guimaraes.pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.

GUIVANT, J. S. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip. Ambiente e Sociedade, Campinas, v. 4, n. 2, p. 62-82, 2003.

GURIB-FAKIM, A. Medicinal plants: traditions of yesterday. *Molecular Aspect of Medicine*, n. 27, p. 1-93, 2006.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de Segurança Alimentar para a agricultura familiar. *Rev Soc Nat*, v.25, n.3, 2013.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006. Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010. Censo demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2018.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009. Produto Interno Bruto dos Municípios 2009. Resultados do Sistema de Contas Nacionais relativos às tabelas de recursos e usos, contas econômicas integradas, contas regionais do Brasil, produto interno bruto dos municípios e matriz de insumo-produto. Rio de Janeiro/ RJ, 2012.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010. Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010, Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330555&search=rio-de-janeiro|seropedica>. Acesso em 08 de maio de 2016.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006. Estudos e pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 19, Síntese dos

indicadores sociais. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicossociais2006/indic_sociais2006.pdf. Acesso em: 10 de fevereiro 2018.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010. Trabalho e rendimento 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/seropedica/panorama>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2018.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/> Acesso em 05/01/2018.

IDEC. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Mapa de Feiras orgânicas, 2018. Disponível em: <https://feirasorganicas.org.br/>. Acesso em: 25 de janeiro de 2018.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Relatório de Pesquisa, 2016. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf. Acesso em: 10 de dezembro de 2017.

JACKSON, L.E.; PULLEMAN, M.M.; BRUSSAARD, L. et al. Social-ecological and regional adaptation of agrobiodiversity management across a global set of research regions. *Global Environmental Change*, 22(3):623-639, 2012.

JESUS, G. M. O lugar da feira livre na grande cidade capitalista: Rio de Janeiro, 1964-1989. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 54. N. 1, p. 1-80, 1992.

KADER, A.A. **Postharvest biology and technology: an overview**. In: KADER, A.A. (Ed.). *Postharvest technology of horticultural crops*. 3rd ed. Berkeley: University of California, p. 39-47, 2002.

LACERDA, L. et al. Agroindustrialização de alimentos nos assentamentos rurais do entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena e sua inserção no mercado turístico, Bonito/MS. *INTERAÇÕES*, v. 8, n. 1, p. 55-64, mar. 2007.

LENZ, M. H. Viabilidade agroeconômica da produção orgânica de plantas condimentares para o desenvolvimento sustentável em propriedades familiares na região do Vale do Rio Pardo/RS. Dissertação em Desenvolvimento Regional [Mestrado]-Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC Santa Cruz do Sul, 2005.

LIMA, G. A. L. V. et al. Fenólicos totais e atividade antioxidante do extrato aquoso de broto de feijão-mungo (*Vigna radiata* L.). *Revista de Nutrição*, v.17, n.1, p.53-57, 2004.

LOURES, P. T. N. et al. Análise físico-química, microbiológica e sensorial de brotos de lentilha da variedade PRECOZ. *Acta Scientiarum. Agronomy*, v.31, n.4, p.599-606, 2009.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica. Brasília: Mapa/ ACS, 2009.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2018. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.

MARTINELLI, S. S.; SOARES, P.; FABRI, R. K.; CAMPANELLA, G. R. A.; ROVER, O. J.; CAVALLI, S. B. Compra institucional, sistemas agroalimentares e restaurante universitário. Segurança Alimentar e Nutricional. Campinas, v. 22, n. 1, p. 558-573, 2015.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/execu%C3%A7%C3%A3o-do-pronaf-em-outubro-de-2015>. Acesso em: 12 de junho 2016.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/inser%C3%A7%C3%A3o-da-agricultura-familiar-no-pnae-inspira-outros-pa%C3%ADses>. Acesso em: 12 de junho 2016.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Roteiro de Implantação para Feiras Livres da Agricultura Familiar, 2007.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. Governo federal investiu R\$567,2 milhões na compra de alimentos da agricultura familiar, 2016. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/janeiro/governo-federal-investiu-r-567-2-milhoes-na-compra-de-alimentos-da-agricultura-familiar>. Acesso em 15 de maio de 2016.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Chamadas públicas realizadas, 2016. Disponível em: <http://mds.gov.br/compra-da-agricultura-familiar/paa/chamadas-publicas-realizadas>. Acesso em 20 de março de 2018.

MDS. Ministério de Desenvolvimento Social e combate à Fome. Orientações e Marco Legal: Modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, 2016. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/compra_institucional/marcolegal_PAA_.pdf. Acesso em 9 de fevereiro de 2018.

MEDINA, V. M. **Indução da banana ‘Terra’ com Etefon**. Circular técnica 71, EMBRAPA CRUZ DAS ALMAS, 2004.

MENDES, HELEN. UFPR assina contrato de compra de alimentos da agricultura familiar, 2014. Disponível em: <http://www.ufpr.br/portalufpr/blog/noticias/ufpr-assina-contrato-de-compra-de-alimentos-da-agricultura-familiar/> Acesso em: 15 de maio de 2016.

MENDONÇA, M. C.; BATALHA, M. O.; SANTOS, A. C. dos. Turismo no espaço rural: debate e tendência. Organizações Rurais & Agroindustriais. v. 4, n. 2, 2002.

MÜLLER, A. L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Programa Nacional de Alimentação Escolar. Brasília, 2010. Relatório de Consultoria.

NASCIMENTO, F. dos S.; HELAL, D. Expansão e interiorização das universidades federais: uma análise do processo de implementação do campus do litoral norte da Universidade Federal da Paraíba, *Revista Gestão Universitária na América Latina*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 45-67, 2015.

NAVARRO, Z.; PEDROSO, M. T. M., A Agricultura Familiar no Brasil: Da Promessa Inicial aos Impasses do presente, *Rev. Econ. NE*, Fortaleza, v. 45, p. 6-17, 2014.

NEVES, L. C. *et al.* IN: **Pós colheita em frutos tropicais - banana**. Manual pós-colheita da fruticultura brasileira, Londrina: EDUEL, 2009. 1 ed., p. 387-397.

NETO, N. C.; DENUZI, V. S. S.; RINALDI, R. N.; STADUTO, J. A. R. Produção orgânica: uma potencialidade estratégica para a agricultura familiar. *Revista Percurso- NEMO*. ISSN: 2177- 3300. Maringá, v. 2, n. 2, p. 73-95, 2010.

NETTO, C. G. A. M. A política agrícola brasileira, sua adequação e sua funcionalidade nos vários momentos do desenvolvimento nacional. In: BONNAL, P.; LEITE, S. P. Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda de transformação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZANNI, F. M. (orgs). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013.

NOGUEIRA JUNIOR, J.M.; VIEIRA, F.S. et al. Políticas Públicas para o Setor Financeiro que promovam a Conservação do Capital Natural no Setor Agropecuário: Brasil, da Rio92 à Rio+20 com uma Visão Prospectiva da Rio+50, 2014. Disponível em: <http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/PolíticasPublSum.pdf>; Acesso em: 24 de fevereiro de 2017.

OJIMA, R. Cidades-dormitório e a mobilidade pendular: espaços da desigualdade na redistribuição dos riscos socioambientais. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**. Caxambu, 2008.

OLIVEIRA, S. K. de. Feira de agricultura familiar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) como potencial espaço de ensino-aprendizagem: possibilidades e reflexões. 2017. 62 f. Monografia - Curso de Graduação em Ciências Biológicas, Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

OKOGBENIN, E.; SETTER, T. L.; FERGUSON, M.; MUTEGI, R.; CEBALLOS, H.; OLASANMI, B. & FREGENE, M. Phenotypic approaches to drought in *Manihot esculenta*. *Frontiers in Physiology* 4(1) p.93-107, 2013.

PADMAJA, G. Uses and nutritional data of sweet potato. In: Loebenstein, G.; Thottapilly, G. *The sweetpotato*. Springer, 2009.

PEDROSO, D. C. Apíáceas e alternarioses: tratamento de sementes, qualidade fisiológica e sanitária no armazenamento (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Maria. 97p., 2012.

PEDROSO, M. T. M. Agricultura familiar: trajetórias internacionais e o caso brasileiro. O desafio da nomeação e suas implicações práticas. In: BUAINAIN, A. M. et al. O mundo rural no Brasil do século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa. 2014. p.761 - 792.

PETERSEN, P. (Org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. 168p.

PINHEIRO, S. L. G. O enfoque sistêmico e o desenvolvimento rural sustentável: Uma oportunidade de mudança da abordagem *hard-systems* para experiências com *soft-systems*. X Congresso Internacional de Sociologia Rural, Rio de Janeiro, Brasil, tema 23 - "Movimentos Rurais Alternativos", 2000.

PINTO, R. S. Entraves à participação dos agricultores familiares no Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma análise comparada dos municípios Aaiaca e Sem Peixe – MG – Rio de Paranaíba, MG, 2017. 91f.

PIRES, A.; PEREZ-CASSARINO, J.; COSTA, T. Implementação da modalidade PAA compra institucional nos restaurantes universitários da Universidade Federal da Fronteira Sul –UFFS: possibilidade para introdução de alimentos ecológicos. In: 3º Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS, ISSN 2317-7489, v. 3, *Anais do 3º SEPE e 3ª Jornada de Iniciação Científica*, 2013.

PRADO, R. B.; DIAS, A. P.; ANDRADE, T. A. G. de. Manejo e conservação do solo e da água no contexto das mudanças ambientais. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2010. 486 p.

RAMOS, G. de L.; Silva, A. P. G. da; BARROS, A. A. da F., Manual de Metodologia de Extensão Rural, Instituto Agrônômico de Pernambuco vinculada à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária, 2013.

RANIERI, G. R. Guia Prático sobre PANCs: plantas alimentícias não convencionais. 1 ed. São Paulo. Instituto Kairós, 2017.

RESENDE, I.C. Reação varietal do quiabeiro a *Meloidogyne* spp. e avaliação do controle por rotação com mucuna e tratamento químico de sementes. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa. 45p (Tese mestrado), 1986.

RIBEIRO, E.M.; GALIZOLI, F.M.; ASSIS, T.P. Comercialização solidária no Brasil: uma estratégia em rede. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. 216p.

RICCI, M. S. F; GUERRA, J. G. M; ALMEIDA, F. F. D.; RIBEIRO, R. L. D.; AGUIAR, L. A.; JUNIOR, D. G. C. Incidência de broca-da-raiz (*Euscepes postfasciatus*) em cultivares de batata-doce cultivadas em sistema orgânico. (Comunicado técnico 142). Seropédica/ RJ, 2011.

ROCHA, Francisco Eduardo de Castro. Agricultura familiar: dinâmica de grupo aplicada às organizações de produtores rurais / Francisco Eduardo de Castro Rocha, Gessilda de Carvalho Padilha; ilustrado por Zenilton de Jesus Gayoso Miranda. – Planaltina, DF. Embrapa Cerrados, 2004. 172 p.

ROCHA, A. Uso de permanganato de potássio na conservação pós-colheita de banana 'Prata'. 82 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2005.

- SABOURIN, E. "Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?" *Sociedade e Estado*, v.22, n.3 715-751, 2007.
- SANTILLI, J. *Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores: Direito ambiental*. Editora Peirópolis. São Paulo, 2009.
- SANTOS, A. R.; Vieira, N. S; Castro, T. T. S. A agricultura familiar potencializando a segurança alimentar: análise dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA Doação Simultânea) nos Estados da Bahia e Minas Gerais. *Cadernos Gestão Social*, v. 3, p. 9-24, 2012.
- SCHENKEL, E.P.; GOSMAN, G.; PETROVICK, P.R. Produtos de origem vegetal e o desenvolvimento de medicamentos. In: SIMÕES, C. M. O. et al. *Farmacognosia: da planta ao medicamento*. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFRGS/UFSC. cap. 15, 2000.
- SCHIMITT, C.; GUIMARÃES, L. A. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. *Revista Agriculturas*, Brasília, DF, v.5, n.2, p.7-13, 2008.
- SEBRAE RJ: *Informações socioeconômicas do município de Seropédica*. Rio de Janeiro, 2010.15p.
- SEROPÉDICA, Plano Diretor Agrícola Municipal de Seropédica - PDAMS, 2006. Disponível em: <http://www.seropedicaonline.com/wp-content/uploads/2014/08/Plano-Diretor.pdf> Acesso em: 08 de maio de 2016.
- SILVA, E. D.; ALMEIDA, M. F. Programa de Aquisição de Alimentos: tecendo os caminhos entre segurança alimentar e a política de sementes no semiárido paraibano. *Cadernos de Agroecologia*, 2013; 8(2): 1-6.
- SILVA, F. C. et al. *Programa de Aquisição de Alimentos e Os Agricultores Assentados e Reassentados do Município de Pereira Barreto-SP*. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.
- SILVA, Mara Alexandre, A situação atual da olericultura em Seropédica – RJ: uma análise sobre a origem e o destino dos produtos comercializados (Monografia graduação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Agronomia, 2012. 72p.
- SILVA, V. O Papel do Programa de Aquisição de alimentos – PAA – para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da Cooperativa da Agricultura Familiar Rural Integrada –COOPAFI – de Capanema, PR [dissertação]. Pato Branco (PR): Universidade Tecnológica Federal do Paraná; 2013.
- SKERMAN, P. J.; CAMERON, D. G.; RIVEROS, F. Tropical forage legumes. *FAO Plant Production and Protection Series 2*. FAO/ ONU. 692p. 1988.
- SOARES, Maria Therezinha Segadas. Bairros, Bairros Suburbanos e Subcentros. **Espaço Aberto**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 143-154, jul. 2011. ISSN 2237-3071. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2038>. Acesso em: 10 de fevereiro 2018.

STRAUCH, G.; MENDONÇA, M.M.; ROSA, M.C. Feiras da roça: desvelando a agricultura familiar da região metropolitana do Rio de Janeiro. Revista Agriculturas, 9:29-34, 2012.

UFAL. Universidade Federal de Alagoas, 2016. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/estudante/noticias/2016/5/feira-de-organicos-da-ufal-une-saude-e-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

UFBA. Universidade Federal da Bahia, 2016. Disponível em: <https://www.ufba.br/noticias/sexta-feira-%C3%A9-dia-de-feira-agroecol%C3%B3gica-na-ufba>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

UFPR. Universidade Federal do Paraná, 2015. Disponível em: <http://www.ufpr.br/portalfupr/noticias/ufpr-abre-chamada-publica-para-adquirir-alimentos-da-agricultura-familiar/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2016.

UFPR. Universidade Federal do Paraná. Assessoria de Comunicação Social. Disponível em: <http://www.ufpr.br/portalfupr/blog/noticias/reitoria-tera-feira-de-alimentos-organicos-toda-quarta-feira/>. Acesso em: 15 de maio de 2016

UFPR. Universidade Federal do Paraná, 2016. Disponível em: <http://www.ufpr.br/portalfupr/blog/noticias/reitoria-tera-feira-de-alimentos-organicos-toda-quarta-feira/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2016.

UFRRJ. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de residência em agronomia. Disponível em: <http://www.residenciaemagronomiaufrj.com.br/sobre-o-programa/>. Acesso em: 02 de abril de 2018.

UFRRJ. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rural semanal. Disponível em: http://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2016/11/rural_semanal_17.pdf. Acesso em: 20 de março de 2017.

VIANNA, M. A. A agricultura familiar em Seropédica-RJ: gestão social, participação e articulação dos atores do polo de conhecimento local em agropecuária. Curso de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária. UFRRJ. (Tese de doutorado) 226p. 2017.

VIEIRA, R. Dinâmicas da feira livre do município de Taperoá. 2004. Monografia. (Trabalho de conclusão do Curso de Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

VIEIRA, D. F. A. Influência do Programa de Aquisição de Alimentos na Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar: O Caso do Município de Paracatu em Minas Gerais. Brasília, dezembro de 2008. Dissertação (Mestrado em Agronegócio). Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

VILLA, E. B.(Org.). Projeto de Recomposição Florestal da Bacia do Rio Guandu / Módulo de Diagnóstico Rápido Participativo. Rio de Janeiro, 2008.32p.

WILLER, H.; LERNOUD, J.; SCHLATTER, B. The Word of organic agriculture: Statistics & emerging trends 2014. Disponível em:

<https://www.fibl.org/fileadmin/documents/shop/1636-organic-world-2014.pdf>. Acesso em: 08 de maio de 2016.

WUERGES, E. W.; SIMOM, A. A. Feiras-Livres como uma forma de popularizar a produção e o consumo de hortifrutigranjeiros produzidos com base na Agroecologia. Resumos do V CBA- Sociedade e Natureza. Rev. Bras. de Agroecologia/out. Vol.2 No.2, 2007

7 ANEXOS

Anexo A - Cartaz de divulgação e convocação de agricultores para participar da Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica-RJ).



Anexo B - Regimento Interno (Acordo de funcionamento) da Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica-RJ).



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**

**FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR
NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

DA DESCRIÇÃO E DESTINAÇÃO

Art. 1º - A Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ (FAF-Rural) funcionará na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus Seropédica com o objetivo de promover a comercialização no varejo de produtos da agricultura familiar, periurbanos e artesãos.

Art. 2º - O Presente Regulamento visa organizar e disciplinar as atividades de comercialização desenvolvidas na FAF-Rural.

CAPÍTULO II

DOS CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO

Art. 3º - Poderão participar da FAF-Rural produtores rurais da agricultura familiar, agricultores periurbanos e artesãos.

§ 1º - Serão aceitos os produtores e artesãos oriundos do município de Seropédica e de municípios vizinhos, tendo prioridade os produtores de Seropédica.

§ 2º - Para participar da feira, o candidato deverá apresentar-se à Coordenação da FAF-RURAL, devendo obrigatoriamente ser produtor e apresentar Declaração de Produção Própria (Anexo I).

§ 3º - Cada banca será ocupada por agricultores individuais e seus coletivos, formal ou informalmente constituídos, não sendo obrigatório laço familiar, sendo possível o cadastro de um ou mais titulares que responderão pelo grupo na FAF-Rural.

§ 4º - Os participantes da FAF-Rural serão orientados a adotar práticas agroecológicas na produção de alimentos, além de práticas de economia solidária.

Art. 4º - A comercialização na FAF-Rural será autorizada mediante apresentação de declaração de produção própria e visita de verificação da produção própria.

CAPÍTULO III

DOS PRODUTOS PASSÍVEIS DE COMERCIALIZAÇÃO

Art. 5º - Poderão ser comercializados:

- a- Produtos de origem vegetal e animal, desde que cumpridas as exigências legais, oriundos da produção própria dos produtores/feirantes cadastrados em cada banca;
- b- doces, conservas e demais produtos agropecuários processados de fabricação própria, observadas as exigências legais vigentes, referente ao processamento:

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 6º - A Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ terá como órgãos de administração:

- 1 – Assembleia Geral da FAF-Rural;
- 2 – Coordenação da FAF-Rural.

A Assembleia Geral será composta por todos os feirantes participantes da FAF-Rural.

Da Coordenação

Art. 7º - A Coordenação é composta por 05 (cinco) membros sendo:

- o presidente da FAF-Rural;
- 01 (um) produtor/feirante;
- 02 (dois) representantes da UFRRJ;
- 01 (um) representante da Emater-Rio escritório Seropédica

Art. 8º - Compete à Coordenação:

1. Zelar pelo cumprimento do Regimento Interno;
2. Fazer o controle da disciplina da feira e do comportamento dos feirantes;
3. Verificar a qualidade dos produtos expostos;
4. Atender às reclamações de consumidores;
5. Receber sugestões e críticas relacionadas ao funcionamento da FAF-Rural;
6. Buscar apoio junto a órgãos públicos e/ou iniciativa privada para a manutenção da estrutura e serviços necessários ao bom andamento da Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ;
7. Efetuar levantamento diário da variedade e quantidade de produtos comercializados, além de outros dados considerados importantes para análise e proposição de iniciativas de melhoria da FAF-Rural;
8. Buscar junto à UFRRJ, entidades de pesquisa e extensão a realização de eventos de capacitação necessários à melhoria da FAF-Rural, e;
9. Propor, em Assembleia Geral, possíveis divisões de despesas para manutenção/ melhoria da estrutura e de serviços da FAF-Rural, através de um Fundo de Feira (Anexo II).

§ 1º – A Coordenação poderá delegar tarefas ou formar equipes de apoio para ajudá-la a cumprir seus objetivos, sempre que achar necessário

§ 2º - A Coordenação reunir-se-á ordinariamente (01) uma vez por mês e extraordinariamente quantas vezes achar necessário.

CAPÍTULO V

DO FUNCIONAMENTO DA FEIRA

Art. 9º – A FAF-Rural funcionará nas duas primeiras semanas de cada mês, excluindo-se o recesso acadêmico e férias, às quartas-feiras, podendo ocorrer semanalmente, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus Seropédica, no Prédio Principal (P1), de 07:30 às 14:00 horas.

Art. 10 - Os produtores/feirantes e os artesãos deverão estar com sua banca montada e organizada impreterivelmente até as 8:30 (oito horas e trinta minutos).

§ Único – Atrasos deverão ser justificados perante a Coordenação.

Art. 11 - Os produtores/feirantes deverão usar o uniforme padronizado da feira durante toda a função, a ser adquirido com recursos próprios dos produtores/feirantes.

Art. 12 - As bancas deverão expor a sua origem, contato e identidade visual referente à agricultura familiar.

Art. 13 – Cada produtor/feirante deverá manter o asseio pessoal, além do cuidado com a banca e com o entorno da feira.

Art. 14 - Não será permitida a ocupação de áreas de trânsito e movimentação, para exposição de mercadorias, exceto:

- 1- O uso das laterais e da parte frontal da banca será permitido aos feirantes desde que não prejudique a visibilidade da banca vizinha.

Art. 15 - Os preços das mercadorias serão praticados livremente, procurando manter a compatibilidade entre os produtores/feirantes. Os preços deverão estar visíveis aos fregueses, afixados aos produtos ou em tabelas nas barracas.

Art. 16 – É absolutamente vedado ao produtor/feirante:

1. manter seus produtos alimentícios em contato direto com o solo;
2. atrair, de forma individual, compradores com aparelhos sonoros ou outros sistemas que possam intervir no ordeiro desenvolvimento das funções;
3. conservar no local qualquer produto químico perigoso, como por exemplo, agrotóxicos;
4. portar arma de qualquer natureza;
5. participar de jogos de azar e apostas durante o funcionamento da feira;
6. fazer consumo de bebidas alcoólicas, e;
7. agredir ou desrespeitar os demais produtores/feirantes, coordenadores e clientes.

CAPÍTULO VI

DOS DIREITOS E DEVERES DOS PRODUTORES/FEIRANTES

Art. 17 – São direitos dos produtores/feirantes:

1. vender seus produtos, nos termos deste regimento;

2. utilizar folhetos explicativos sobre seus produtos, assim como expor material sobre a sua origem, e;
3. receber tratamento digno e respeitoso.

Art. 18 – São deveres dos feirantes:

1. cumprir as normas estabelecidas neste regimento;
2. comparecer à FAF-Rural trazendo produtos de boa qualidade, com assiduidade e pontualidade;
3. recolher o lixo por ele produzido ao término da FAF-Rural;
4. tratar com educação colegas feirantes, coordenadores, fiscais e clientes;
5. zelar pelo decoro e boa aparência pessoal e de sua banca;
6. participar das atividades de capacitação;
7. adquirir todo material de uso individual (banco, material de limpeza da banca, caixas e outros);
8. limpar a sua banca;
9. pagar regularmente a mensalidade da FAF-Rural a ser estipulada em Assembleia Geral.

Art. 19 – Todos os produtores/feirantes deverão informar a ausência junto à Coordenação, pelo menos 02 (dois) dias antes da Feira.

§ 1º - Os produtores/feirantes faltosos deverão arcar com a contribuição mensal da FAF-RURAL e/ou outras que porventura houver para a realização da Feira.

§ 2º - No caso de 03 (três) faltas consecutivas ou 06 (seis) faltas intercaladas, não justificadas, fica suspenso o direito do feirante à banca e à comercialização.

CAPÍTULO VII

DA DESISTÊNCIA, PUNIÇÃO E EXCLUSÃO DE PRODUTORES/FEIRANTES

Art. 20 - Os produtores/feirantes que desejarem desistir de sua participação na FAF-Rural deverão fazê-lo por escrito em comunicado dirigido a Coordenação, com antecedência de pelo menos 15 dias antes de ausentar-se em definitivo.

§ Único – No caso de desistência definitiva só será aceita se o produtor/feirante e artesão estiver em dia com suas obrigações junto a FAF-Rural.

Art. 21 - São consideradas faltas graves para efeito de punição:

1. desrespeito ao freguês;
2. embriaguez durante o funcionamento da feira;
3. trazer para venda mercadoria adquirida em estabelecimento comercial (salvo para 1 (uma) barraca de comerciante);
4. trazer para venda mercadoria de qualidade duvidosa;
5. o não comparecimento em dia de funcionamento, deixando o tabuleiro vazio, por (03) três vezes consecutivas ou (06) seis vezes alternadas;
6. uso de má-fé na pesagem de mercadoria;
7. estar sem uniforme ou trajá-lo de forma incompleta;
8. qualquer desrespeito a este Regimento.

Art. 22 – Para efeito de punição serão aplicadas pela Coordenação da FAF-Rural cumprindo as seguintes etapas:

1. advertência verbal;
2. advertência por escrito, e;
3. exclusão da feira.

CAPÍTULO VIII

DA GUARDA E MANUTENÇÃO DAS BANCAS E DO TRANSPORTE

Art. 23 – A guarda das bancas é feita pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em local seguro, assim como o cuidado e manutenção das bancas é de responsabilidade da FAF-Rural e de seus associados.

Art. 24 – o transporte dos produtos agropecuários oriundos das propriedades rurais é de responsabilidade de cada produtor/ feirante.

Art. 25 - O transporte dos produtores/feirantes e os custos com deslocamento do seu ponto de origem até a FAF-Rural e o seu retorno ao ponto de partida é de sua inteira responsabilidade, não havendo, portanto, nenhuma obrigatoriedade tanto por parte da FAF-Rural, como da UFRRJ;

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26 – A FAF-Rural poderá ter sua frequência aumentada de acordo com a demanda de clientes e feirantes, em acordo com a administração da UFRRJ.

Art. 27 – Durante a FAF-Rural, será estimulado o uso de material educativo referente a temas como agroecologia, saúde, alimentação, segurança alimentar e educação ambiental, assim como realizar eventos e ações relativas a tais temas, desde que não descaracterize a feira.

Art. 29 - Os casos omissos que não constarem neste Regimento serão resolvidos pela Coordenação da FAF-Rural.

Art. 30 - O afastamento da FAF-Rural poderá ser feito mediante solicitação prévia por escrito em caráter especial analisado pela Coordenação, o que não caracteriza o desligamento, cabendo ainda ao produtor/feirante o cumprimento de seus deveres junto a FAF-Rural.

Art. 31 - Este Regimento poderá ser modificado a qualquer tempo, em Assembleia Geral Extraordinária convocada especificamente para este fim por maioria simples.

Art. 32 – Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua aprovação.

Anexo I – Declaração de Produção Própria

Eu, _____
_____, CPF n.º _____, declaro, para fins de participação na Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ, que os gêneros alimentícios ofertados são oriundos de produção própria.

Local e data: _____

Assinatura: _____

Anexo II- Regulamento para o Fundo de Feira

Fundo de Feira

Art. 1º - Os feirantes cadastrados da Feira da Agricultura Familiar da UFRRJ (FAF-Rural) criam o Fundo de Feira.

Art. 2º - O Fundo será destinado para atender às necessidades conjuntas da FAF-Rural.

§ único - Necessidade esta que será estipulada e acordada em Assembleia Geral.

Arrecadação e Gerência

Art. 3º - A mensalidade, no valor de R\$ 10,00 (Dez reais), será paga até o dia 15 (quinze) de cada mês, por todos os feirantes cadastrados/ ativos.

§ 1º - Será aberta uma conta bancária (administrativa) que poderá ser administrada por até três feirantes eleitos em Assembleia Geral.

§ 2º - A arrecadação dos valores, bem com o depósito em conta corrente ficará a cargo de três feirantes eleitos em Assembleia Geral.

§ 3º - A Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ poderá receber doações financeiras de entidades e afins que também serão depositadas em conta administrativa.

§ 4º - O valor arrecadado de cada participante terá peso de doação ao fundo, ou seja, não há possibilidade de resgate do valor a não ser que a FAF-Rural seja encerrada, quando o montante será dividido entre os feirantes.

§ 5º - Qualquer situação pertinente ao Fundo de Feira que não esteja enquadrada nos artigos e parágrafos aqui descritos deverão ser discutidas e aprovadas pela maioria em Assembleia Geral.




Anexo C - Inauguração da Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no jardim interno do Prédio Principal (P1) (Campus Seropédica-RJ) no mês de setembro de 2016.



Anexo D – Barraca da Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro na entrada do Prédio Principal (P1) (Campus Seropédica-RJ) durante a ocupação realizada pelos estudantes no mês de dezembro de 2016.



Anexo E - Modelo do Relatório de Comercialização da Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (P1) (Campus Seropédica-RJ).

  Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ 					
Barraca n.º / Produtor (a)		tel:	Data:		
Item	Produto	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Quantidade	Sobra
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					

Anexo F - Caderno de Relatórios de Comercialização da Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (P1) (Campus Seropédica-RJ).



Anexo F – Continuação...



Prezado (a) Feirante,

A Feira da Agricultura Familiar na Rural é parte de um Programa de Extensão desenvolvido pela Universidade e a Emater-Rio (Processo nº 23083.003461/2016) que tem por objetivo fortalecer o pequeno produtor rural.

Este caderno foi elaborado para que você realize o registro e o controle de sua comercialização na Feira.

Você vai poder:

- Saber quanto vendeu em cada feira, no mês e no ano.
- Quais são os produtos mais vendidos.
- Quais são os produtos menos vendidos e tentar entender o motivo.

Este controle também pode ser utilizado como um documento de comprovação da sua atividade na feira. Por isto, se acostume a fazer as anotações e faça disto um hábito.

Leve o caderno em todas as edições da Feira e faça suas anotações.

Anelise Dias
Professora do Departamento de
Fitotecnia-Instituto de Agronomia/UFRRJ

Patrícia Santos de Castro Fernandez
Chefe do Escritório da Emater-Rio de
Seropédica

Anexo G – Grupo de alimentos comercializados na Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica-RJ).

Grupo	Item
I. Hortaliças	
Folhosas	Acelga, agrião, alface, almeirão, bertalha, chicória, couve, couve nabiça, espinafre, repolho, rúcula; PANC: taioba, ora pro nobis, vinagreira, beldroega, caruru, nirá, peixinho e serralha, brócolos, couve-flor e chaya.
Fruto	Abóbora, abobrinha, berinlô, berinjela, jiló, pepino, pimentão, quiabo, quiabo indiano, tomate, tomate cereja, urucum, maxixe, chuchu, cacau, milho verde, feijão vagem, feijão de corda, feijão guandu.
Raízes, bulbos, tubérculos e rizomas	Aipim, alho, batata doce, beterraba, cebola, cenoura, cúrcuma, gengibre, inhame, nabo, rabanete.
Brotos	Broto de girassol, broto de bambu
Aromáticas, condimentares e medicinais	Alecrim, alho poró, salsão, cebolinha, cheiro verde, coentro, louro, manjeriço, mostarda, orégano, salsão, salsinha, tomilho, manjerona, pimenta, conserva pimenta, babosa, capim limão, dente de leão, erva cidreira, funcho, hortelã, menta, aipo, saião.
II. Frutas	Abacate, abacaxi, abiu, acerola, amora, araçá, banana, cajá mirim, caju, caqui, carambola, fruta pão, goiaba, jabuticaba, jaca, jambo, jamelão, kinkan, laranja pêra, lima da pérsia, limão tahiti, mamão, manga, maracujá, morango, noni, pinha, pitanga, tamarindo, tangerina, coco verde
III. Minimamente processados e Processados	Berinjela desidratada, conserva pepino, coco desidratado, fita de coco, molho de tomate, bala de banana, banana chips, banana desidratada, banana passa, bananada, biomassa de banana, caqui desidratado, cidra cristalizada, cidra desidratada, jaca desidratada, jambo desidratado, jambo passa, laranja desidratada, mamão desidratado, catchup de goiaba, Farinha de banana, farinha viva, farinhas, canela em pó, açúcar de gengibre, brigadeiro, chocolate, sal temperado, vinagre aromatizado, molho de pimenta, colorau (urucum moído), óleo de andiroba, óleo de copaíba, água de coco, café, suco, kombucha, pães, massas, biscoitos doces, biscoitos salgados, torradas, bolos, cereais matinais, bolos em geral, massas em geral e salgados, cocada doce artesanal, geleia artesanal, torta viva, tortinha sem glúten, palmito de pupunha, coco seco, cana, hibisco desidratado.
IV. Beneficiados	Feijão, milho de pipoca, amendoim.
IV. Mudanças	Hortaliças, aromáticas, condimentares, medicinais e ornamentais.

Anexo H – Roteiro de entrevista semiestruturada para pesquisa dos feirantes da Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica). Pesquisa realizada no mês de dezembro de 2017.

- Perfil socioeconômico

1. Idade _____

2. Sexo

() Feminino () Masculino

3. Estado civil _____

4. Qual é o seu grau de escolaridade?

() Da 1º à 5º ano do Ensino Fundamental (antigo primário) () Da 6º à 9º série do Ensino Fundamental (antigo ginásio) () Ensino Médio (antigo 2º grau) () Ensino Superior () Especialização () Não estudou

5. Somando sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda mensal? (Marque apenas uma resposta)

() Nenhuma renda () Até 1 salário mínimo (Até R\$ 937,00) () De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 937,01 a R\$ 2.811,00) () De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 2.811,01 até R\$ 5.622,00) () De 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 5.622,01 até R\$ 8.433,00) () De 9 a 12 salários mínimos (de R\$ 8.433,01 até R\$ 11.244,00) () De 12 a 15 salários mínimos (de R\$ 11.244,01 até R\$ 14.055,00) () Mais de 15 salários mínimos (mais de R\$ 14.055,01)

- Sucessão

6. Possui filhos? Quantos? _____

Estudam?

() Da 1º à 5º ano do Ensino Fundamental (antigo primário) () Da 6º à 9º série do Ensino Fundamental (antigo ginásio) () Ensino Médio (antigo 2º grau) () Ensino Superior () Especialização () Não estudou

7. Seus filhos participam do trabalho na propriedade? () Sim () Não

8. Como é a distribuição de responsabilidades? () satisfeito () insatisfeito

9. Eles têm autonomia para tomar decisões? () Sim () Não

10. Você os incentiva a continuar no campo? () Sim () Não. Por quê?

- Estatuto social da mão-de-obra e modo de acesso à terra

11. Município onde se localiza a unidade de produção agrícola?

12. Qual é tamanho da sua unidade de produção (ha)?

13. Qual é o seu vínculo com a terra () proprietário () arrendatário () parceiro () meeiro () assalariado Outro

14. Reside na unidade de produção? () Sim () Não

15. Tem empregados? () Sim () Não Quantos? _____

Possui vínculo empregatício? _____

- **Unidade Familiar de Produção**

16. Como constitui-se seu núcleo familiar? Quantas pessoas fazem parte da Unidade Familiar de Produção Rural? (realizam trabalho vinculado à unidade de produção, mora na propriedade) e como é a divisão das atividades desenvolvidas na unidade de produção?

17. Quais atividades são desenvolvidas na unidade de produção? () produção primária vegetal () produção primária animal () processamento vegetal () processamento animal () extrativismo Outras

18. Exerce outras atividades remuneradas além da agrícola? () Sim () Não

Quais? _____

19. Explora outras atividades na unidade de produção além da atividade agrícola? Quais?

20. Possui Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)? _____ Categoria _____

- **Sistema de Produção**

21. Como você define seu sistema de produção? () convencional () orgânico () Certificação Participativa () SPG _____ Auditoria () _____ orgânico IBGE (autodeclaração e conhecimento de práticas agroecológicas)

22. Está em transição agroecológica? () Sim () Não

23. Frequenta algum grupo de Sistema Participativo de Garantia (SPG)? () Sim () Não

24. Caso esteja em transição agroecológica ou tenha se certificado após o início da FAF-Rural em que a participação na feira contribuiu para essa decisão?

25. O que mudou na sua vida após a certificação orgânica?

- **Comercialização**

26. Quais os canais de venda você acessa?

Venda indireta: () Distribuidor () Ceasa Outro:

Venda direta: () Supermercado () mercearia () cestas () feiras Quais?

27. Participa de grupos de comercialização? () Sim () Não.

Quais? _____

- **Satisfação na Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ**

28. Qual o seu custo médio mensal para participar da FAF-Rural? _____

29. Qual o impacto da renda mensal da FAF- Rural em sua renda familiar mensal?

() Acréscimo de 10% () Acréscimo de 20% () Acréscimo de 30% () Acréscimo de 40%
Acréscimo de 50% () Acréscimo de 60% () Acréscimo de 70% ou mais

30. Qual seu nível de satisfação em relação a:

- participar na Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ?

Baixo - (1) (2) (3) (4) (5) - Alto

- espaço da banca?

Baixo - (1) (2) (3) (4) (5) - Alto

- convivência com os demais feirantes?

Baixo - (1) (2) (3) (4) (5) - Alto

- consumidores da Feira da Agricultura Familiar?

() Apenas comercial, com diálogo restrito () Estabeleço diálogos curtos, referentes à práticas de produção, benefícios dos alimentos, formas de uso e afins () Mais próxima e afetiva, dedico algum tempo de diálogo e troca de experiências durante a feira

- coordenação da FAF-Rural?

Baixo - (1) (2) (3) (4) (5) - Alto

Sugestões: _____

31. Qual sua opinião em relação a:

- Assembleias da FAF-Rural? Cumprem seu papel?

- Cursos de capacitação? Os temas contemplam seus interesses? E o dia de realização lhe agrada?

32. Você troca produtos com outros feirantes? Quais? Como?

33. Como avalia sua participação na feira?

34. Deixe suas críticas e/ou sugestões para a FAF:

Anexo I – Roteiro de entrevista semiestruturada para pesquisa de satisfação dos clientes da Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pesquisa realizada no mês de dezembro de 2017.

1. Qual é o seu vínculo com a UFRRJ?

- () Docente/ Instituto _____ () Discente/ Curso _____
() Técnico-administrativo () Terceirizado
() Sem vínculo () Outro _____

2. Idade _____

3. Sexo

- () Feminino () Masculino

4. Residência

- () Seropédica – dentro do Campus da UFRRJ () Seropédica – fora do Campus da UFRRJ () Itaguaí () Nova Iguaçu () Rio de Janeiro () Paracambi Outros: _____

5. Como ficou sabendo da existência da FAF?

- () Site da UFRRJ () Facebook () Amigos () Professores Outros: _____

6. Qual sua motivação para consumir produtos da FAF?

**pode marcar mais de uma alternativa*

- () Alimentos frescos () Meio ambiente e preservação ambiental
() Praticidade () Confiança
() Produtos orgânicos () Economia local e geração de renda
() Benefícios para a saúde () Proximidade/ facilidade de acesso
() Qualidade dos produtos () Fortalecimento da agricultura familiar local
() Preço () Outros: _____

7. Quais produtos você adquire com maior frequência na FAF?

**pode marcar mais de uma alternativa*

- Frutas Folhosas Legumes e raízes Grãos Suco Mudas
 Processados (desidratados, bolos, pães, minimamente processados, geléias, etc) Outros
Seu alimento predileto é _____

8. Quais produtos você gostaria que a Feira da Agricultura Familiar oferecesse?

9. Com que frequência você adquire produtos da Feira da Agricultura Familiar?

- Semanalmente Quinzenalmente Eventualmente Quase nunca Outro _____

10. Quanto costuma gastar? _____

11. Qual é a sua opinião sobre os preços praticados na FAF?

Baixos - (1) (2) (3) (4) (5) - Muito elevados

12. Quais critérios você considera na hora de escolher os seus alimentos?

- Preço
 Origem orgânica
 Produtos da agricultura familiar
 Produtos da região

Outros _____

13. Como é a sua relação com os feirantes da FAF?

- Apenas comercial, com diálogo restrito
 Estabeleço diálogos curtos, referentes à práticas de produção, benefícios dos alimentos, formas de uso e afins
 Mais próxima e afetiva, dedico algum tempo de diálogo e troca de experiências durante a feira

14. Quais são os principais temas das conversas?

15. Quais fatores limitam seu acesso à FAF?

- Tempo - dia e/ ou horário da FAF não é favorável
 Dinheiro - o valor dos produtos não condiz com meu orçamento
 Distância
 Local
 Ausência de alguns produtos.

Quais? _____

16. Qual é a sua percepção quanto à:

- | | | | | | | | |
|-------------------------|--------|-----|-----|-----|-----|-----|-------------|
| Limpeza | ruim - | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | - excelente |
| Organização | ruim - | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | - excelente |
| Atendimento | ruim - | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | - excelente |
| Local | ruim - | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | - excelente |
| Espaço de circulação | ruim - | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | - excelente |
| Estacionamento | ruim - | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | - excelente |
| Qualidade dos alimentos | ruim - | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | - excelente |

17. O que acha da feira realizada na Rural?

18. Deixe suas críticas e/ou sugestões para a FAF:

Anexo J - Edital da Chamada Pública nº.1/ 2016 para aquisição de gêneros alimentícios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Chamada Pública n.º 01/2016-GProR/PROAF

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para **PAA** - Programa de Aquisição de Alimentos, na modalidade de Compras Institucionais com dispensa de licitação, Lei 12.512/2011 de 14/10/2011 e Resolução nº 50/2012, datada de 26.09.2012.

Processo nº 23083. 10177/2014-51

Data de Abertura dos Envelopes: 25.07.2016 às 9h00.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de direito público, nos termos do Decreto 8.319 de 20 de outubro de 1910, organizada sob a forma de autarquia de regime especial com sede à Rodovia BR 465, Km 7, na cidade de Seropédica – Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 29.427.465/0001-05, representada neste ato pela **Comissão de Julgamento**, ora simplesmente denominada **CJ**, designada pela Portaria nº 25/PROAF 23 de Outubro de 2014, da Pró-reitora de Assuntos Financeiros, Professora Nídia Majerowicz, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art.17 da Lei 12512/2011; Resolução nº 50 de 26.09.2012, expedida pelo Grupo Gestor (GD) do Programa de Aquisição de Alimentos (**PAA**)/Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Decreto nº 7.775, de 04.07.2012, expedido pela Casa Civil da Presidência da República, vem realizar **Chamada Pública** para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento a **Modalidade CompralInstitucional do Programa de Aquisição de Alimentos**, durante o período de 05 de setembro de 2016 ao dia 04 de setembro de 2017.

Os beneficiários produtores deverão apresentar a documentação para Habilitação e Proposta de Venda até o dia 25.07.2016, às 09h00, na sala do Setor de Apoio Psicossocial ao Estudante (SEAPE) – UFRRJ.

1. Objeto

O objeto da presente Chamada Pública é a de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, para o atendimento à modalidade de Compra Institucional do Programa Aquisição de Alimentos, conforme especificações abaixo.

Item	Unidade	Quantidade	Preço unit. SIMA	Preço Total
Mandioca (aipim)	Cx. de 20 Kg	250	R\$ 30,00	R\$ 7.500,00
Banana prata climatizada	Cx de 20 Kg	700	R\$ 58,00	R\$ 40.600,00
Abóbora madura	Kg	9000	R\$ 3,00	R\$ 27.000,00
			TOTAL	R\$ 75.100,00

1.1. As aquisições de alimentos, no âmbito da modalidade de Compra Institucional, serão realizadas com dispensa do procedimento licitatório, desde que, cumulativamente, sejam atendidas as seguintes exigências:

I - os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado, em âmbito local ou regional, aferidos e definidos segundo metodologia instituída na Resolução

nº 50, de 26.09.2012;

II - os beneficiários fornecedores e organizações fornecedoras comprovem sua qualificação, na forma indicada nos incisos II e III do art. 4º do Decreto nº 7.775, de 2012;

III - seja respeitado o valor máximo anual de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para aquisições de alimentos, por unidade familiar, independente de os beneficiários fornecedores participarem de outras modalidades do **PAA**, observado o disposto no art. 19, § 1º, do Decreto nº 7.775, de 2012; e

IV - os alimentos adquiridos sejam de produção própria dos beneficiários fornecedores e cumpram os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes

2. Fonte de Recurso

As despesas correrão por conta dos recursos provenientes da fonte 112 - Tesouro Nacional – Ação 4002 - Funcionamento dos Cursos de Graduação – Elemento de Despesa 339030 - Material de Consumo, até o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil Reais), por produtor. (**Redação dada pelo Decreto nº 8293 de 2014**)

3. Das Condições de Participação

3.1. Poderão participar da modalidade Compra Institucional as organizações fornecedoras, definidas como cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado e os demais produtores considerados beneficiários conforme item 3.2 que detenham a Documentação de Aptidão ao PRONAF (DAP).

3.2 Em caso de organizações fornecedoras, deverão manter arquivados os documentos que comprovem, os pagamentos aos beneficiários fornecedores pelo prazo mínimo de 10 anos. (Redação dada pelo Decreto nº 8.293, de 2014, artigo 13.º 4º).

3.3. Serão beneficiários fornecedores da modalidade Compra Institucional os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

3.4. A comprovação da aptidão dos beneficiários fornecedores será feita por meio da apresentação da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF - DAP ou por outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, em articulação com outros órgãos da administração pública federal, em suas respectivas áreas de atuação.

4. Envelope nº. 01 – Habilitação

4.1 As organizações e os agricultores familiares deverá apresentar no Envelope nº 01 os documentos abaixo relacionados, sob pena de Inabilitação, a saber:

a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

- b) Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) Jurídica para associações e cooperativas;
- c) Cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;
- d) Em caso de organizações formalmente constituídas, será exigido cópia do Estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade, registrado na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. Em se tratando de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- e) Declaração de Produção Própria, conforme consta no Anexo III para Pessoa Jurídica e no Anexo IV para Pessoa Física.

5. Envelope nº. 02 – Proposta de Venda

5.1 No envelope nº. 02 deverá ser entregue a Proposta de Venda contendo as seguintes informações:

- **Modelo Anexo I** – para DAP Jurídica;
- **Modelo Anexo II** – para DAP Física.

5.1.1 Valor unitário e valor total de cada item do preço do dia com base no boletim SIMA (Sistema de Informação de Mercado Agrícola/Pesagro/RJ) e o percentual de desconto será dado para o fornecimento dos produtos.

5.1.1.1 Para ter acesso ao boletim do SIMA o produtor deverá efetuar um cadastro na Pesagro/RJ (<http://www.pesagro.rj.br/boletimsima>) Telefone: (21) 2333-8200 no qual receberá por e-mail o boletim diário.

5.1.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta e indiretamente no fornecimento dos gêneros.

5.2 Os envelopes deverão ser entregues na Divisão de Suprimentos da Assistência Estudantil (DIGSAES) – **Comissão de Julgamento, até as 09h00 do dia 27.07.2016**, mediante declaração de recebimento, situado à Rodovia BR 465, Km 7, Seropédica - RJ (Próximo aos alojamentos masculinos, ao lado do SEAP e setor de manutenção dos alojamentos).

5.3. Os envelopes entregues após o prazo estabelecido, mesmo que por motivos involuntários e independentemente do interstício de tempo, não integrarão os procedimentos desta Chamada Pública e serão devolvidos.

6. Do Credenciamento

6.1. A (s) reunião (ões) realizadas pela **Comissão de Julgamento** poderá (ão) ser assistida(s) por qualquer pessoa, porém só terão direito de usar a palavra, rubricar documentos, assinar a ata, consignar registros, os representantes devidamente credenciados para tanto, o qual deverá ser assinado pelo representante legal da proponente.

6.1.1. O credenciamento deverá ser apresentado à **Presidência da Comissão Julgadora**, no início da reunião de abertura dos envelopes ou constar no envelope nº 01 (documentos de habilitação).

6.2. Fica dispensado o credenciamento de que trata este item, caso a INTERESSADA esteja representada por seu responsável legal, que deverá comprovar essa condição por meio da apresentação do contrato social, estatuto ou documento pertinente, antes do início da reunião.

7. Da Abertura dos Envelopes

7.1. Às **09h01 do dia 25.07.2016**, em reunião pública, no Salão Azul dos Órgãos Colegiados, a **Comissão de Julgamento** especialmente designada para este fim pela Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros que procederá à abertura dos envelopes nº 01 – Documentos para Habilitação, que os analisará e procederá a habilitação e distribuirá para apreciação e análise recíproca dos representantes dos INTERESSADOS presentes, que os rubricarão, juntamente com os demais membros da Comissão. Os envelopes de nº 02 – Proposta de Venda, permanecerão lacrados e em poder da **Comissão de Julgamento**.

7.2. Na hipótese de não haver intenção de recursos, a **Comissão de Julgamento** registrará em ata desistência de interpor recurso e efetuará a abertura dos envelopes de nº 02 efetuando a classificação das mesmas durante a reunião, e declarará a vencedora.

7.3. Caso não ocorra desistência expressa ao direito de interpor recursos, nos termos do item anterior, os documentos constantes do envelope nº 02 (proposta de venda) serão examinados em reunião previamente designada pela **Comissão de Julgamento** e divulgada às participantes, sendo os envelopes nº 02 rubricados pelos presentes credenciados e abrirá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a formalização do recurso e contrarrazões.

7.4. Findo o prazo estabelecido para apresentação do(s) recurso(s), a Comissão agendará uma nova data e horário para divulgação do julgamento e abrirá os envelopes de nº 02, classificando as propostas considerando vencedora a **Proposta que ofertar o maior desconto percentual, do preço do dia por item**.

7.5 - O limite de venda por ano das organizações fornecedoras será a soma dos limites individuais dos beneficiários fornecedores que vendem produtos para as organizações que se enquadram nos critérios definidos nesta convocação.

7.6 - As vendas realizadas por organizações fornecedoras deverão ser originadas integralmente de beneficiários fornecedores, conforme definido nesta convocação, devendo ser respeitado o limite individual.

7.7 - Para definição dos preços máximos de aquisição será utilizado o boletim do SIMA (Sistema de Informação de Mercado Agrícola) – PESAGRO RIO, para produtos convencionais, acrescido de 30% em se tratando de produtos orgânicos ou agroecológicos dos produtos da agricultura familiar e suas organizações, consoante disposto no art. 17, parágrafo único, da Lei nº 12.512, de 2011.

7.8 - Fica facultada ao órgão responsável pela compra a utilização dos preços de referência estabelecidos nas aquisições do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

7.9 – Conforme a Resolução nº 50 de 26/09/2012, artigo 7§ 2º, a Comissão Julgadora (CJ) classificará as propostas segundo critério de priorização de:

- I - agricultores familiares do município;
- II - comunidades tradicionais, quilombolas ou indígenas;
- III - assentamentos da reforma agrária;
- IV - grupos de mulheres;
- V - produção agroecológica ou orgânica.

7.10 – Na hipótese edital de empate entre duas ou mais propostas, como critério de desempate, será realizado um sorteio público entre as respectivas empresas, do qual todos serão intimados.

7.11 - Serão desclassificadas as propostas:

- a) que não atendam as exigências deste Edital;
- b) rasuradas ou de interpretação dúbia;
- c) que oferecerem vantagens baseadas nas propostas dos demais proponentes.

7.12 - Proclamado o resultado final do certame, o objeto será adjudicado à vencedora e encaminhado o processo à homologação pela autoridade competente.

7.13 – A **CJ** adjudicará quantos fornecedores sejam necessários para completar o valor total que a instituição demanda de cada item, até completar o valor total deste Edital.

8. Da Publicação do Resultado

8.1. O resultado do presente certame será divulgado mediante comunicado aos participantes e publicado no Jornal Rural Semanal, no Diário Oficial da União - Seção 3.

8.2. Os demais comunicados e/ou contatos da **Comissão de Julgamento** serão efetuados diretamente ao representante indicado pela empresa na proposta.

9. Impugnações ao Edital

9.1. Ficará impedido de impugnar os termos deste Edital de Chamada Pública, perante a administração o proponente que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes nº 01 (documentos de habilitação).

9.2. A impugnação deverá ser entregue no Protocolo Geral da UFRRJ, sito à Rodovia BR 465, Km 7, Seropédica – RJ, e endereçada ao Senhor Pró-Reitor de Assuntos Financeiros.

9.2.1 O Protocolo Geral da UFRRJ, após receber a impugnação, encaminhará para a **Comissão de Julgamento** para análise e decisão de aceitação pela autoridade competente, ou seja, o Ordenador de Despesa da UFRRJ.

9.3. A decisão sobre a impugnação será (comunicada ao representante da empresa proponente), indicado na proposta, através de fac-símile, e-mail ou

comunicação pessoal certificada no processo e, caso procedente a impugnação, o Edital será retificado e será feita uma nova Chamada Pública obedecendo o prazo original.

9.4. A partir da data da publicação deste Edital, qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos, pelo e-mail: (digsaes@ufrj.br) ou formalmente por escrito a CJ, sobre quaisquer procedimentos para participação do certame até o 2º (segundo) dia útil que antecederem a abertura do envelope.

10. Dos Recursos Administrativos

10.1. O prazo para interposição de eventuais recursos contra os resultados de julgamento de classificação/desclassificação e habilitação/inabilitação será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após a intimação do ato ou lavratura da ata de cada fase da licitação, desde que não haja desistência dos proponentes presentes à reunião em que foi divulgado o resultado de julgamento.

10.2. Ocorrendo desistência expressa por parte de todas as INTERESSADAS, do direito de interpor recurso, quanto à classificação/desclassificação de propostas, o que constará em Ata, a Comissão procederá na mesma reunião, a abertura do envelope nº 02 (proposta de venda), das proponentes classificadas.

10.3. O(s) recurso(s), por escrito, deverá(ão) ser entregues na Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros e endereçada à Comissão de Julgamento designada.

10.4. A Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros, após receber o(s) recurso(s), fará o protocolo dos mesmos e solicitará à Comissão a instrução do processo e após, notificará aos demais proponentes da interposição.

10.5. Os demais proponentes terão 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação feita pela Comissão, para apresentação de contrarrazões ao recurso.

10.6. Transcorrido o prazo para apresentação das razões do recurso, o processo será encaminhado à autoridade competente para decisão final.

10.7. A decisão sobre o recurso será divulgada no site próprio da UFRRJ, na Imprensa Oficial e ao representante da empresa, indicado na proposta, através de fac-símile, e-mail ou comunicação pessoal certificada no processo.

10.8. Os envelopes nº 02 (proposta de venda) dos proponentes inabilitados permanecerão lacrados e, após apreciação de eventuais recursos, ficarão à disposição para retirada junto à Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros da UFRRJ.

10.9. A não retirada dos envelopes após 30 (trinta) dias de sua disponibilização acarretará o descarte dos mesmos.

10.10. A inabilitação da INTERESSADA importa preclusão de seu direito de participar da fase subsequente da licitação.

11. Local e periodicidade de entrega dos produtos

11.1 O(s) produto(s) deverá (ão) ser entregue(s) conforme cronograma de entrega estabelecido pela direção do Restaurante Universitário.

11.2 O(s) produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data envio do pedido.

11.3 O(s) produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de higiene e limpeza, devidamente classificados dentro dos padrões usuais de mercado, acondicionados e transportadas obedecendo as normas de qualidade para produtos in natura, com tamanho e coloração uniformes.

11.4 Por ocasião da entrega será verificada a qualidade do produto, por um profissional técnico da Área de Alimentação do Restaurante Universitário, que aprovará ou recusará o recebimento de acordo com a necessidade de utilização do gênero na preparação das refeições do Restaurante.

12. Do Pagamento

O pagamento será realizado a cada 15 (quinze) dias corridos a contar da data da entrega da primeira remessa, por meio de Nota de Empenho, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada antecipação de pagamento, para cada faturamento.

13. Do Critério de Julgamento de Demais Disposições

13.1 - O critério de Julgamento será o de **maior desconto percentual** dos preços do dia divulgados pelo boletim do SIMA (Sistema de Informação de Mercado) para hortifrutigranjeiros.

14. Da Publicação

14.1. O presente Edital de Chamada Pública estará disponibilizado para fotocópia mediante acesso ao site www.ufrj.br, a partir do dia 30.06.2016.

14.2. Informações através dos telefones números: 2681-4685 (DIGSAES), 3787-3748 (Restaurante) e endereço eletrônico (digsaes@ufrj.br).

Seropédica, 16 de junho de 2016.

Josué Gonçalves Bahia
Presidente da Comissão de Julgamento

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Comissão de Julgamento
PROAF

CONTRATO N.º/2016

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016 – GProR/PROAF

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de direito público, nos termos do Decreto 8.319 de 20 de outubro de 1910, organizada sob a forma de autarquia de regime especial com sede à Rodovia BR 465, Km 7, na cidade de Seropédica – Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 29.427.465/0001-05, representado neste ato pela sua Magnífica Reitora, Professora Ana Maria Dantas Soares, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art.17 da Lei 12512/2011; Resolução nº 50 de 26.09.2012 expedida pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos/MDA, através da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Decreto nº 7.775, de 04.07.2012, expedido pela Casa Civil da Presidência da República, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado _____ (nome do grupo formal) com sede à _____, n.º _____, em _____/UF, inscrita no CNPJ sob n.º _____, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei n.º 12.512, de 14/10/2011, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 01/2016 – GProR/PROAF, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, para atendimento da demanda regular dos órgãos e entidades da administração pública, de acordo com o edital da Chamada Pública n.º 00/2013- GProR/PROAF, o qual fica fazendo parte integrante do presente Contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Proposta de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar será de até R\$ 8.000,00 (oito mil Reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa de Aquisição de Alimentos na Modalidade de Compras Institucionais.

CLÁUSULA QUARTA:

A entrega dos gêneros alimentícios será realizada conforme cronograma de entrega estabelecido pela direção do Restaurante Universitário.

Parágrafo Primeiro: A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 00/2013- GProR/PROAF.

Parágrafo Segundo: O recebimento dos gêneros alimentícios dar-se-á mediante apresentação das Notas Fiscais de Venda, que será recebido, conferido e certificado a classificação do produto pelo responsável pelo recebimento no local de entrega.

CLÁUSULA QUINTA:

Pelo fornecimento do produto, nos quantitativos descritos na Proposta de venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor correspondente aos produtos entregues no interstício de 15 (quinze) dias de fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA:

No valor mencionado na cláusula quinta estão incluídas as despesas com frete, seguros, embalagens, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula quarto parágrafo segundo e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do período.

Parágrafo Único: Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2% (dois por cento), mais juros de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA NONA:

Nos casos de inadimplência da CONTRATANTE, proceder-se-á conforme o que determina as legislações relacionadas.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes da Proposta de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos as Notas Fiscais de Compra apresentadas nas prestações de contas, bem como a Proposta de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesse particular poderá:

- I. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- II. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- III. fiscalizar a execução do contrato;
- IV. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

Parágrafo Único: Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo dos Coordenadores dos Restaurantes Universitários, servidora Matildes das Dores de Oliveira Carneiro-matrícula 3083188 -UFRRJ.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública n.º 00/2013- GProR/PROAF, pela Resolução do Grupo Gestor do PAA n.º 50, de 26.09.2012 e pela Lei n.º 12.512, de 14/10/2011, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardada as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fac-símile transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vigésima, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA:

O presente contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:

As dúvidas e controvérsias porventura surgidas na execução deste Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão apreciadas e julgadas no FORO da justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro/RJ, conforme Art. 109, Inciso I, da Lei nº 8.666/93.

E, por estarem de pleno acordo com as Cláusulas e condições expressas neste instrumento, os contratantes citados firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Seropédica, _____ de _____ de 2016.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
CNPJ nº 29.427.465/0001-05
Contratante

Empresa: _____
CNPJ: _____
Contratada

Testemunhas:

CPF _____

CPF _____

Anexo K - Exemplo do Boletim do Sistema Integrado do Mercado Agrícola (SIMA) fornece cotação diária dos preços praticados no Mercado Atacadista da CEASA-RJ.

I - IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES	
1. Nome do Proponente:	2. CNPJ:
3. Endereço:	4. Município
5. CEP:	

Boletim nº 01	1	Março	2018	Pág. 05/12		
PRODUTO / CLASSE / TIPO	Cotação (R\$ 1,00)				Variações (%)	
Frutas Nacionais	Minima	Mais Comum	Máxima	Média	Máx / Min	ND / DA
ABACAXI ANANÁS / SMOOTH CAYENNE						
.Grande (UNI - 2,5 Kg)						
. Médio (UNI - 2,0 Kg)						
. Pequeno (UNI - 1,5 Kg)						
ABIO (CXTA 2 Kg)						
AÇAÍ POLPA CONGELADA (SC 1 Kg)	6,30	9,20	10,60	8,83	68,25	
ACEROLA CONGELADA (SC 1 Kg)	12,00	15,00	20,00	15,50		
AMEIXA (CXTA 6 Kg)						
. FORTUNA	40,00	45,00	45,00	43,75	12,50	
. LETICIA						
. LINDA ROSA						
. MEL	25,00	30,00	35,00	30,00	40,00	
. SANTA ROSA						
.Grande (UNI - 2,5 Kg)	12,00	15,00	20,00	15,50	66,67	
ATEMÓIA (CXTA 2 Kg)						
BANANA FIGO (CXTa 20 Kg)	40,00	45,00	50,00	45,00	25,00	
BANANA MAÇÃ (CXTa 20 Kg)						
. Extra	55,00	60,00	65,00	60,00	18,18	
. Especial	50,00	55,00	60,00	55,00	20,00	
BANANA NANICA / D'AGUA (CXTa 20 Kg)						
. Extra	35,00	40,00	40,00	38,75	14,29	
. Especial	25,00	30,00	30,00	28,75	20,00	
BANANA PACOVAN (CXTa 20 Kg)						
BANANA PRATA CLIMATIZADA (CXTa 20 Kg)						
. Extra	45,00	50,00	55,00	50,00	22,22	
. Especial	35,00	40,00	40,00	38,75	14,29	
BANANA OURO (CXTa 20 Kg)	45,00	50,00	55,00	50,00	22,22	

Anexo L – Anexos de proposta de venda da Chamada nº. 1 e Erratas do Edital.

6. Nome do representante Legal:	7. CPF:
8. DDD/ Fone:	9. Banco:
10. N° da Agência:	11. N° da Conta Corrente:

ANEXO I

PROPOSTA DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL / CHAMADA PÚBLICA N°: 01/2016

II - FORNECEDORES PARTICIPANTES (somente para associações ou cooperativas)					
	1. Nome:	2. CPF	3.DAP	4. N° da Agência	5. N° da Conta Corrente
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					

III- RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS			
1. Identificação do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade

Anexo L – Continuação

V - DESCREVER MECANISMOS DE ENTREGA DOS PRODUTOS			
IV - TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO			
1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Percentual de desconto no preço do dia (SIMA)

VI - CARACTERÍSTICAS DO FORNECEDOR PROPONENTE (breve histórico, números de sócios, missão, área de abrangência)

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas nesta proposta e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:			
		Assinatura do Representante	Fone:
			E-mail:
			CPF:
Local	Data	Agricultores Fornecedores	Assinatura

ANEXO II

PROPOSTA DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL / CHAMADA PÚBLICA N°: 01/2016

I - IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR	
1. Nome do Proponente:	2. CPF:
3. Endereço:	4. Município:
5. CEP:	6. DDD/ Fone:
7. Banco:	8. Agência:
9. N° da Conta Corrente:	10. DAP:

II – RELAÇÃO DE PRODUTOS				
	1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Percentual de desconto no preço do dia (SIMA)
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				

III - DESCREVER MECANISMOS DE ENTREGA DOS PRODUTOS

IV - CARACTERÍSTICAS DO FORNECEDOR PROPONENTE (breve histórico, números de sócios, missão, área de abrangência)

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas nesta proposta e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e data: ____/____/____.

Assinatura: _____

DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA- PESSOA JURÍDICA

Declaro para os devidos fins que de acordo com o art.3º, inciso IV da Resolução nº 50/12, alterada pela Resolução nº 64, do GGPAA, os produtos ofertados no edital de Chamada Pública nº 01/2015 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para PAA - modalidade compra institucional, com dispensa de licitação prevista no art. 17 da Lei 12.512/2011, e demais normas, **são oriundos da produção dos associados desta entidade.** Declaro, também, para os mesmos fins que será respeitado o valor máximo anual de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil reais) por unidade familiar, de acordo com o disposto no art. 3º da Resolução 50/2012 do GGPAA, concomitante ao art. 19, I, alínea "e" do Decreto nº 8.293 de 12 de Agosto de 2014.

Local e Data:

Assinatura**ANEXO IV****DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA- PESSOA FÍSICA**

Declaro para os devidos fins que de acordo com o art.3º, inciso IV da Resolução nº 50/12, alterada pela Resolução nº 64, do GGPAA, os produtos ofertados no edital de Chamada Pública nº 01/2015 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para PAA - modalidade compra institucional, com dispensa de licitação prevista no art. 17 da Lei 12.512/2011, e demais normas, **são oriundos da produção própria.** Declaro, também, para os mesmos fins que será respeitado o valor máximo anual de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) por unidade familiar, de acordo com o disposto no art. 3º da Resolução 50/2012 do GGPAA, concomitante ao art. 19, I, alínea "e" do Decreto nº 8.293 de 12 de Agosto de 2014.

Local e Data:	
Assinatura	

Anexo L - Continuação

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRO-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS
COMISSÃO DE JULGAMENTO DE CHAMADA PÚBLICA

Chamada Pública nº 01/2016-GProR/PROAF.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, na modalidade de Compra Institucional em dispensa de licitação, Lei 12.512/2011 de 14/10/2011 e Resolução nº 50/2012, datada de 26.09.2012.

Processo nº 23083.10177/2014-51.

Data de abertura dos envelopes: 25.07.2016 às 9h00.

ERRATA

- 1. Objeto. Onde lê-se:

"V - seja respeitado o valor máximo anual de R\$ 8.000,00 (oitomil reais) para aquisições de alimentos, por unidade familiar, independente de os beneficiários fornecedores participarem de outras modalidades do PAA, observado o disposto no art. 19, 1º, do Decreto nº 7.775, de 2012; e"

Leia-se:

"V - seja respeitado o valor máximo anual de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para aquisições de alimentos, por unidade familiar, independente de os beneficiários fornecedores participarem de outras modalidades do PAA, observado o disposto no art. 19, 1º, do Decreto nº 7.775, de 2012; e"

- 3. Das Condições de Participação. Onde lê-se:

"3.1. Poderão participar da modalidade Compra Institucional as organizações fornecedoras, definidas como cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado e os demais produtores considerados beneficiários conforme item 3.2 que detenham a Documentação de Aptidão ao PRONAF (DAP)."

Leia-se:

"3.1. Poderão participar da modalidade Compra Institucional as organizações fornecedoras, definidas como cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado e os demais produtores considerados beneficiários conforme item 3.3 que detenham a Documentação de Aptidão ao PRONAF (DAP)."

- 5. Envelope nº 02 – Proposta de Venda. Onde lê-se:

"5.1.1.1 Para ter acesso do boletim do SIMA o produtor deverá efetuar um cadastro na PESAGRO/RJ (<http://www.pesagro.rj.br/boletimsima>), Telefone: (21) 2333 – 8200 no qual receberá por e-mail o boletim diário."

Leia-se:

Anexo L - Continuação

"5.1.1.1 Para ter acesso ao boletim do SIMA o produtor deverá acessar o link (<http://www.nesagro.ri.gov.br/index.htm>) e para maiores informações, ligar para os telefones: 21 2333 8202, 21 2333 8201, 21 2333 8200."

- 9. Impugnações ao Edital. Onde lê-se:

"9.3. A decisão sobre a impugnação será (comunicada ao representante da empresa proponente), indicado na proposta, através de fac-símile, e-mail ou comunicação pessoal certificada no processo e, caso procedente a impugnação, o Edital será retificado e será feita nova Chamada Pública obedecendo o prazo original."

Leia-se:

"9.3. A decisão sobre a impugnação será (comunicada ao agricultor familiar e/ou representante da cooperativa), indicado na proposta, através de fac-símile, e-mail ou comunicação pessoal certificada no processo e, caso procedente a impugnação, o Edital será retificado e será feita nova Chamada Pública obedecendo o prazo original."

- 10. Dos Recursos Administrativos: Onde lê-se:

"10.3. O(s) recurso(s), por escrito, deverá(ão) ser entregues na Pró-reitoria de Assuntos Financeiros e endereçada à Comissão de Julgamento designada."

Leia-se:

"10.3. O(s) recurso(s), por escrito, deverá(ão) ser entregues na Pró-reitoria de Assuntos Financeiros, localizada no Prédio Principal da UFRRJ, sala 104, e endereçada à Comissão de Julgamento designada."

Onde lê-se:

"10.7. A decisão sobre o recursos será divulgada no site próprio da UFRRJ, na Imprensa Oficial e ao representante da empresa, indicado na proposta, através de fac-símile, e-mail ou comunicação pessoal certificada no processo."

Leia-se:

"10.7. A decisão sobre o recursos será divulgada no site próprio da UFRRJ, na Imprensa Oficial ao agricultor familiar e/ou representante da cooperativa, indicado na proposta, através de fac-símile, e-mail ou comunicação pessoal certificada no processo."

- 11. Local e periodicidade de entrega dos produtos. Onde lê-se:

"11.2 O(s) produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data de envio do pedido."

Leia-se:

"11.2 O(s) produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data de envio do pedido, da forma a ser combinada com o beneficiário."

- 12. Do Pagamento. Onde lê-se:

"12.1 O pagamento será realizado a cada 15 (quinze) dias corridos a contar da data da entrega da primeira remessa, mediante apresentação de documento próprio correspondente ao fornecimento efetuado, e comprovação dos preços praticados no boletim do SIMA, vedada antecipação de pagamento para cada faturamento"

Leia-se:

"12.1 O pagamento será realizado a cada 15 (quinze) dias corridos a contar da data da entrega da primeira remessa, mediante apresentação de nota fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, e comprovação dos preços praticados no boletim do SIMA, vedada antecipação de pagamento, para cada faturamento".

- 13. Do Critério de Julgamento de Demais Disposições. Onde lê-se:

"13.1 O critério de julgamento será o de maior desconto percentual dos preços do dia divulgados pelo boletim do SIMA (Sistema de Informação de Mercado) para hortifrutigranjeiros".

Leia-se:

"13.1 O critério de julgamento será o de maior desconto percentual dos preços do dia divulgados pelo boletim do SIMA (Sistema de Informação de Mercado) para hortifrutigranjeiros, observando o critério de priorização (item 7.9)".

- Na Minuta de Contrato N°...../2016. Onde lê-se:

"A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de direito público, nos termos do Decreto 8.319 de 20 de outubro de 1910, organizada sob a forma de autarquia de regime especial com sede à Rodovia BR 465, Km 7, na cidade de Seropédica - Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o n° 29.427.465/0001-05, representado neste ato pela sua Magnífica Reitora, Professora Ana Maria Dantas Soares, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art. 17 da Lei 12.512/2011; Resolução n° 50 de 26.09.2012 expedida pelo Grupo Gestor do Programam de Aquisição de Alimento/MDA, através da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Decreto n° 7.775, de 04.07.2012, expedido pela Casa Civil da Presidência da Republica, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado _____ (nome do grupo formal) com sede à _____, n° _____, em ____/UF, inscrita no CNPJ sob n° _____, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei n° 12.512, de 14/10/2011, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública n° 01/2016 - GProR/PROAF, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem."

Leia-se:

"A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de direito público, nos termos do Decreto 8.319 de 20 de outubro de 1910, organizada sob a forma de autarquia de regime especial com sede à Rodovia BR 465, Km 7, na cidade de Seropédica - Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o n° 29.427.465/0001-05, representado neste ato pela sua Magnífica Reitora, Professora Ana Maria Dantas Soares, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art. 17 da Lei 12.512/2011; Resolução n° 50 de 26.09.2012 expedida pelo Grupo Gestor do Programam de Aquisição de Alimento/MDA, através da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Decreto n° 7.775, de 04.07.2012, expedido pela Casa Civil da Presidência da Republica, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado _____ (nome do grupo formal ou agricultor familiar) com sede à _____, n° _____, em ____/UF, inscrita no CNPJ ou CPF sob n° _____, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei n° 12.512, de 14/10/2011, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública n° 01/2016 - GProR/PROAF, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem."

- Na última página da Minuta de Contrato, nas assinaturas das partes. Onde lê-se:

" _____
Empresa: _____

CNPJ: _____ "

Leia-se:

"

Beneficiário: _____

CNPJ ou CPF: _____ "

Seropédica, 14 de julho de 2016.

Comissão de Julgamento da Chamada Pública nº 01/2016 do PAA.